

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

EDUCAÇÃO AGRÍCOLA EM BASES
AGROECOLÓGICAS -
UMA PROPOSTA DE PROGRAMA DE
QUALIFICAÇÃO PARA EXTENSIONISTAS RURAIS

ERNANI JARDIM REIS

2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**EDUCAÇÃO AGRÍCOLA EM BASES AGROECOLÓGICAS -
UMA PROPOSTA DE PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PARA
EXTENSIONISTAS RURAIS**

ERNANI JARDIM REIS

Sob a Orientação do Professor
Antonio Carlos de Souza Abboud

e Co-orientação da Professora
Akiko Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Junho de 2008

630.7120981

R375e

T

Reis, Ernani Jardim, 1956-
Educação agrícola em bases
agroecológicas - uma proposta de programa
de qualificação para extensionistas rurais
/ Ernani Jardim Reis - 2008.
107f. : il.

Orientador: Antonio Carlos de Souza
Abboud.

Dissertação (Mestrado) - Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa
de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 72-75.

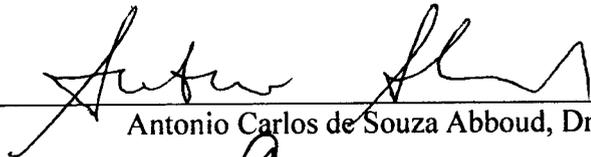
1. Ensino agrícola - Pós - graduação -
Brasil - Teses. 2. Educação rural - Brasil
- Teses. 3. Extensão rural - Estudo e
ensino - Brasil - Teses. 4. Ecologia
agrícola - Brasil - Teses. I. Abboud,
Antonio Carlos de Souza, 1960- . II.
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

ERNANI JARDIM REIS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

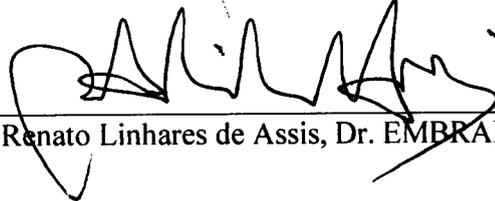
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 25 de junho de 2008.



Antonio Carlos de Souza Abboud, Dr. UFRRJ



Gabriel de Araújo Santos, Dr. UFRRJ



Renato Linhares de Assis, Dr. EMBRAPA Agrobiologia

Dedicatória

*Dedico este trabalho às pessoas com as quais divido meus
"amanheceres" de cada dia, e sem as quais, minha vida
teria menos horizontes a buscar:*

*À **Betinha**, minha companheira, fonte de força e amor à
vida e fonte de amor e força na vida.*

Aos meus filhos e filhas,

***Ângelo, Pedro, Teresa e Mariana**,
provas de que a vida me premiou,
provas de que vale a pena plantar o futuro,
por mais que possa parecer incerto.*

*Ao meu neto **Gabriel**,
um farol lá no horizonte,
a nos guiar e dar forças para continuar na construção do
mundo que sonhamos.*

Ernani Jardim Reis

Agradecimento Especial

*Se hoje comemoro avanços na vida profissional e pessoal,
reconheço desde o início o papel fundamental de minha companheira,
Elizabete Cristina Ribeiro Silva,
que como educadora nata que é, contribuiu definitivamente para a minha construção pessoal como
sujeito.*

Ernani Jardim Reis

AGRADECIMENTOS

*Pode parecer óbvio, mas não poderia deixar de lembrar, inicialmente, de meus pais, os mineiros **José de Castro Reis** e **Edelzira Jardim Reis**. Toda gratidão do mundo é pouca para retribuir o que os pais fazem por nós, bem como a família como um todo, para os quais sei muito bem o significado de nossas conquistas, que vibram e torcem por cada passo que avançamos na vida.*

Meu pai, “Seu Zé Reis”, falecido antes que eu me graduasse em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 1987, e minha mãe, guerreira como sempre, voltou a viver em Minas Gerais, irradiando energia e vontade de consertar o mundo.

Nascidos em 1912 e em 1922, testemunharam e vivenciaram um período de tantas transformações, quase um século, de guerras mundiais e o surgimento de milhões de novas tecnologias, causando espanto, alegria, conforto, saúde, doença, esperança e desespero aos seres viventes do planeta.

Como tantos outros brasileiros, eles também foram vítimas de um período intenso de mazelas sociais, sobretudo para a que me toca mais, provavelmente a origem da maioria das mazelas, ou seja, a ausência de políticas públicas conseqüentes, isentas de interesses menores.

Como tantos outros brasileiros com os quais nos esbarramos diariamente abarrotando as ruas das cidades, nasceram na roça e perderam o trem da história, de uma história que jamais poderá ser reconstruída, no máximo, poderá ser reparada, se nos apressarmos o suficiente para consertar o estrago enorme feito por séculos de injustiça social.

Com o esvaziamento populacional social, cultural e econômico do interior, resultado de uma absurda concentração fundiária, com a falta de perspectivas de melhores condições de vida, nos anos 1960 -1970, não houve outro jeito, vieram tentar a vida na metrópole.

Hoje, vivendo desde 1970 no Rio de Janeiro, compreendo o motivo de ter germinado em mim a vocação para dedicar-me ao trabalho com a agricultura, mesmo imerso no mundo urbano.

Devo minha vontade de servir à causa da Terra à autenticidade e à persistência dos “meus velhos”, pois mesmo no meio da “selva de pedra”, meu pai nunca deixou de sonhar com a vida rural, e sempre falava saudoso da rocinha lá no meio do mato, dos ovinhos de quintal, da pesca de uns lambarizinhos à beira de um riachinho limpo, da broa de milho assada na lenha, coisas assim..... tudo isso tocando no seu violão as “modas” do tempo que acordava com o cantar de galos e passarinhos, e não com o buzinaço dos carros de Copacabana.

Provavelmente, como resultado desta atmosfera doméstica, surgiu em meu universo, adolescente dos anos 70, este elo forte com as raízes, mesmo num ambiente em que todas as possibilidades seriam para que tudo isso fosse esquecido em favor de uma cultura absolutamente urbana.

Da mesma forma, minha mãe nunca perdeu seu senso de solidariedade, sentimento habitual da roça, que para sobreviver numa cidade grande, tinha que ser muito forte, tanto que continua solidária até hoje, e a quem tenho muito a agradecer por esta escola de vida.

Minha história com a Extensão Rural é antiga, desde que me aproximei da Agronomia identifiquei esta via, e reconheço como primeira companheira de construção de idéias, convicções e práticas, a colega e amiga Eng^a Agrônoma **Maria da Conceição Rosa**, conhecida carinhosamente como **Mariella**, da Emater-Rio, com quem trabalhei bastante e espero que esteja sempre por perto.

Ainda na Extensão Rural fluminense, reconheço na contribuição do amigo Eng^o Agrônomo **Guilherme Strauch**, um grande avanço para a Ater do Rio de Janeiro e do Brasil, a quem agradeço pelo tanto que enriqueceu minhas reflexões sobre o tema.

Da Emater-Rio também trago na bagagem a experiência compartilhada da gestão pública, quando assumi a Diretoria Técnica daquela empresa, sob a presidência do amigo Eng^o Agrônomo **Mário Lúcio Mello Jr.**, juntamente com a amiga Extensionista Social **Mônica Sobreira** na Diretoria Administrativa, quando nos foi oportunizado colocar à prova que é possível a gestão ética e responsável da máquina pública.

Do tempo de Emater-Rio, trago grande parte do combustível que tenho para continuar, e a contribuição de tantas amizades na empresa, o que é difícil enumerar, além de uma infinidade de famílias agricultoras, amigas e amigos com os quais compartilhei e recebi problemas, soluções, idéias e esperanças.

Após esta experiência na Extensão Rural desde 1993, 2006 foi um ano de abertura para novas possibilidades, que até então não estavam em meus planos. Candidatei-me a uma vaga no mestrado em Educação Agrícola da UFRRJ e participei do concurso para ingressar nos quadros técnicos da Embrapa Agrobiologia, tendo alcançado êxito em ambos os processos seletivos.

Assim, com relação ao PPGEA, devo agradecer e reconhecer o mérito dos Professores **Gabriel Araújo Santos e Sandra Barros Sanches**, por terem identificado a necessidade,, e pela construção de uma modalidade de formação adequada à realidade de docentes de CEFET's e EAF's, da qual também me beneficieei, tendo retomado os estudos em nível de mestrado, desenvolvendo o primeiro projeto de pesquisa com foco em Extensão Rural no âmbito deste programa.

Ainda do PPGEA, não poderia deixar de agradecer ao Prof. **Antônio Carlos de Souza Abboud** e à Prof^a **Akiko Santos**, orientadores que me oportunizaram uma liberdade criativa, ponderando e me guiando com competência nos momentos de maior dificuldade, além das Professoras **Rosa Cristina Monteiro e Ana Cristina de Souza Santos**, que em diversas oportunidades me concederam o apoio e o diálogo esclarecedor.

Hoje na Embrapa Agrobiologia, tenho o privilégio de compartilhar o trabalho de incansáveis idealistas de uma Agroecologia com o pé no chão e com os olhos no futuro, com a certeza de que é possível o investimento público ser aplicado em favor da sociedade.

Seria difícil citar os nomes de todos com os quais dividimos o trabalho diário, como o grupo de colegas da Área de Comunicação e Negócios, os trabalhadores de campo da

Embrapa, professores e bolsistas da UFRRJ, estagiários, técnicos, agricultores e agricultoras de todo o Brasil e do exterior que nos visitam.

*Entretanto, não poderia deixar de citar alguns pesquisadores, como **Renato Linhares de Assis**, sempre entusiasta e colaborador, **José Antônio Azevedo Espíndola**, uma referência de conversa esclarecedora, **José Guilherme Marinho Guerra e Dejair Lopes de Almeida**, exemplos de dedicação à Agroecologia, e o incansável e querido Professor da UFRRJ, **Raul de Lucena Duarte Ribeiro**, que dedica-se à Fazendinha Agroecológica do Km 47 como um sonho em permanente construção.*

Para concluir, não poderia deixar de agradecer ao conjunto de extensionistas que colaboraram com esta pesquisa, inclusive aquelas e aqueles que participaram pelo Grupo Novaterbrasil, imprescindíveis para esta realização.

*Agradeço também ao moderador daquele grupo de discussões na Web, o Eng^o Agrônomo **Francisco Roberto Caporal**, pelas ponderações pertinentes e pelo estímulo por ocasião da consulta que lhe dirigi sobre a viabilidade em submeter a consulta ao grupo, bem como pelas opiniões animadoras acerca da relevância desta pesquisa.*

Ernani Jardim Reis

RESUMO

REIS, Ernani Jardim. **Educação Agrícola em bases agroecológicas - Uma proposta de programa de qualificação para extensionistas rurais**. 2008, 86 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2008.

Esta dissertação apresenta e discute a necessidade, e propõe a criação de um novo programa de pós-graduação direcionado a extensionistas, considerando a tendência atual de enfoques com bases agroecológicas e transdisciplinares nas ciências agrárias. Ainda, há a tentativa de atender às demandas de um grupo de profissionais com peculiaridades de ordem logística e financeira. Essas peculiaridades incluem sua grande dispersão geográfica, isolamento, diversidade de ocupações e escassez de oportunidades de qualificação impostas pela carreira de extensionista no Brasil. Acima de tudo, os cursos convencionais de pós-graduação com dedicação exclusiva não parecem ser os ideais para esses profissionais. A presente proposta se beneficia da experiência de 15 anos do autor como extensionista rural e, ainda, considera as visões de agências oficiais de extensão rural, acadêmicos, políticos e produtores. O exemplo do PPGEA (programa de pós-graduação para o qual esta dissertação foi apresentada), que é direcionado para professores de escolas técnicas rurais, e que utiliza a pedagogia da alternância, foi também usado como modelo. A pesquisa consistiu em investigação de campo e documental. O trabalho de campo foi conduzido por meio do envio de formulários com explicações dos objetivos e uma lista de perguntas, ao sítio eletrônico 'Novaterbrasil', uma lista de discussão com cerca de 1100 usuários extensionistas. Cento e doze voluntariamente responderam e 12 foram descartados por falta de informações, ficando a amostra, de 100 respondentes. Esses respondentes originaram-se de 16 estados, a maioria da região Sudeste (76%) e pertencentes a 33 instituições. A maioria (53%) tinha idade de 20 a 40 anos, 59% tendo atuado em extensão rural por até 10 anos. Somente 25% haviam cursado mestrado e 56% declararam ter intenção em cursar. Agroecologia foi a área do conhecimento mais citada (22 respostas) como sendo o assunto do curso de mestrado pretendido, seguido de desenvolvimento rural sustentável (6 respostas), num total de 51 assuntos mencionados. Falta de tempo, dificuldades financeiras e problemas de mobilidade foram as principais limitações mencionadas para o ingresso em uma pós-graduação, segundo 60, 64 e 56% dos respondentes, respectivamente. Quando questionados sobre seu conhecimento em agroecologia, educação e comunicação, 77, 73 e 66% declararam conhecimento médio a completo conhecimento, respectivamente. Entretanto, em relação à pedagogia da alternância, 53% declaram desconhecimento. Após terem sido informados, 84% declararam o desejo em cursar pós-graduação sob esta pedagogia. O trabalho documental consistiu em análise detalhada de 14 programas credenciados pela CAPES, que tratam de agroecologia, desenvolvimento sustentável e educação agrícola. Todos, exceto o PPGEA, são presenciais e em regime de dedicação exclusiva. São baseados na fragmentação do conhecimento e direcionados a certas áreas específicas, não lidando explicitamente com transdisciplinaridade e carecendo de pesquisas sociais e experimentação com produtores. Estes programas oferecem anualmente 250 vagas, o que é muito abaixo da demanda dos extensionistas sozinhos. Assim, as demandas resultantes da análise dos questionários respondidos pelos extensionistas e a atual oferta de programas de pós-graduação junto ao MEC, revela uma lacuna óbvia, tanto quantitativa

quanto qualitativa, o que justifica a criação de um programa inovador capaz de atender as demandas deste grupo excluído de profissionais. Tal programa, baseado na pedagogia da alternância e na transdisciplinaridade é delineado, tendo como premissas os achados da pesquisa desta dissertação.

Palavras-chave: extensão rural, pedagogia da alternância, agroecologia, desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

REIS, Ernani Jardim. **Agricultural Education on agroecological bases - proposing a new graduate program for rural extension agents.** 2008, 86 p. Dissertation (Master Science in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2008.

This dissertation discusses the needs and proposes a new graduate program intended for rural extension agents, considering the current trend of agroecological and transdisciplinary approaches in the agricultural sciences. Also, it tries to meet the demands of a group of professionals with financial and logistical specificities. These include their large geographic dispersion, isolation, diversity of activities and the shortage of opportunities imposed by this career in Brazil. Above all, conventional full time graduate programs do not seem to be ideal for these professionals. This proposal benefited from the 15 year experience of the author, who acted as extension agent; it also considers the views of several official extension agencies, academics, agriculture policy makers and producers. The example of PPGEA (the graduate program for which this dissertation was presented), which is directed to secondary rural school teachers, making use of the alternation pedagogy approach was also used as a model. The research consisted of field and documental investigation. Field investigation was carried out by electronically sending a form with explanations of the objectives and a list of questions, to 'Novaterbrasil' network, a discussion group with 1100 Brazilian extension agents. One hundred and twelve professionals voluntarily answered the query. From those, 12 had to be discarded, because of lack of information, remaining 100 valid respondents. The respondents came from 16 states, mostly from the Southeast region (76%) and belonging to 33 institutions. The majority (53%) was 20 to 40 years old and 59% has acted as extension agents for up to 10 years. Only 25% had masters degrees and 56% declared their intention to apply for one. Agroecology was the main subject (22 answers) mentioned as the theme of their future master's programs, followed by sustainable rural development (6 answers), on a total of 51 mentioned subjects. Lack of time, financial constraints and mobility were the main limitations mentioned to enroll on a graduate program according to 60, 64 and 56% of the respondents, respectively. When asked about their knowledge of agroecology, education and communication, 77, 73 and 66% declared medium to full knowledge, respectively. However, regarding alternation pedagogy, 53% declared no knowledge. After being informed about this pedagogy, 84% declared the desire of pursuing their graduate studies under that frame. Documental investigation consisted of a detailed analysis of 14 graduate programs certified by the Brazilian Ministry of Education, dealing with agroecology, sustainable rural development, rural extension and education. All programs except PPGEA have full time requirements and are based on fragmentation of knowledge, being biased to certain specific areas and not fully dealing with transdisciplinarity, social issues and on-farm research. These 14 master's programs offer 250 annual entries which is much below the demand of the extension agents alone. Hence, the demands resulting from the query among official extension agents and the current offer of graduate programs sponsored by the Ministry of Education in Brazil reveals an obvious gap, both quantitative and qualitative, justifying the creation of a novel graduate program able to meet the demands of this excluded set of professionals. Such a graduate program,

based on the alternation pedagogy and transdisciplinarity is outlined, having as premises the findings of this research.

Key words: rural extension, alternation pedagogy, agroecology, sustainable development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
ADR	Agroecologia e Desenvolvimento Rural
AFDS	Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável
AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e de Extensão Rural-MS
ALASRU	Associação Latino Americana de Sociologia Rural
ARPASUL	Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul do Rio Grande do Sul
ASA	Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia
ASBRAER	Associação Brasileira das Entidades Estaduais de ATER
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assistência Técnica e Extensão Social
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CAV	Centro de Ciências Agroveterinárias
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCM	Comissão de Cursos Multidisciplinares
CCRAESP	Cooperativa Central de Reforma Agrária do Estados de São Paulo
CEAGRO	Centro de Capacitação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável
CEDRO	Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável Ltda RJ
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CESCAGE-PR	Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais - PR
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COOPervi	Cooperativa dos Produtores Rurais de Vianópolis
COAPSERI-BA	Cooperativa de Assessoria, Consultoria, Prestação de Serviços de Instrutoria, de Responsabilidade Ltda
CPAA	Centro de Pesquisas Agroflorestais da Amazônia Ocidental
CPDA	Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
DATER	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DEA	Departamento de Engenharia Agrônômica
D	Doutorado
DP	Docente permanente
EAF	Escola Agrotécnica Federal
EMATERCE-CE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
EMATER-DF	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
EMATER-MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais
EMATER-PR	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná
EMATER-RIO	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro

EMATER-RN	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte
EMATER-RO	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia
EMATER-RS	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural Rio Grande do Sul
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A
ERDL	Extensão Rural e Desenvolvimento Local
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós
ESAPP	Escola Superior de Agricultura de Paraguaçu Paulista
ESO	Estágio Supervisionado Obrigatório
ESTRUTURAR	Cooperativa de Trabalho – RJ
FACHA-RJ	Faculdade de Comunicação Hélio Alonso
FACREI	Faculdade Cristo Rei
FAMESF-BA	Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco
FAPEMIG	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FASER	Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Público Agrícola do Brasil
FATEA	
FAUBA	Faculdade de Agronomia da Universidade de Buenos Aires
FUFSE	Fundação da Universidade Federal de Sergipe
IES	Instituição de Ensino Superior
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INTA	Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária
IPA	Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária
iPERETÊ	Instituto Peretê para o Desenvolvimento
LASAT	Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins
M	Mestrado
M/D	Mestrado e Doutorado
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MINTER	
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NI	Não informado
NUTES	Núcleo de Tecnologia Educacional em Saúde (UFRJ)
OEPAS	Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária
ONG	Organização não-governamental
PESAGRO-RIO	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PGA	Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas
PGDR	Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
POSMEX	Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local
PPGADR Rural	Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural
PPGEA	Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola
PPGSPAF	Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar
PROBIC	Programa de Bolsas de Iniciação Científica
PROCAD	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PROCERA	Programa de Crédito Especial par a Reforma Agrária
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REDCAPA	Rede de Instituições Vinculadas à Capacitação em Economia e Políticas Agrícolas da América Latina e do Caribe
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SERTA	Serviço de Tecnologia Alternativa
SIA	Serviço de Informação Agrícola
SIPA	Sistema Integrado de Produção Agroecológica
SPAF	Sistemas de Produção Agrícola Familiar
SRRJ	Superintendência Regional do Rio de Janeiro
SRSP	Superintendência Regional de São Paulo
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UCB	Univiversidade Católica de Brasília
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEMS	Universidade Estadual do Mato Grosso Do Sul
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFERSA-RN	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNEAGRO	Cooperativa dos Engenheiros Agrônomos e de Profissionais em Desenvolvimento Rural e Ambiental de Santa Catarina
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UNESC	Centro Universitário do Espírito Santo
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIMAR	Universidade de Marília
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UNIPAC-TO	Universidade Presidente Antônio Carlos Campus
UNIRCOOP	Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo
UNIVALE	Universidade do Vale do Rio Doce
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Distribuição de faixa etária de extensionistas entrevistados.....	15
Tabela 02 - Distribuição geográfica de extensionistas entrevistados.....	16
Tabela 03 - Distribuição dos entrevistados por entidade em que atuam e por região.....	17
Tabela 04 - Distribuição do público por tempo de atuação em Ater.....	18
Tabela 05 - Distribuição do público por curso de graduação.....	19
Tabela 06 - Distribuição do público por I.E.S. de origem.....	19
Tabela 07 - Distribuição dos cursos de mestrado realizados pelo grupo amostrado.....	22
Tabela 08 - Distribuição do público em grupos interessados ou não na realização de um curso de mestrado.....	22
Tabela 09 - Distribuição de áreas de cursos de mestrado, segundo sugestões dos respondentes.....	23
Tabela 10 - Distribuição do público em grupos que atribuem ou não a dificuldade para realização de um curso de mestrado à falta de tempo ou por impossibilidade de liberação por parte do empregador.....	25
Tabela 11 - Distribuição dos entrevistados em grupos que atribuem ou não a dificuldade para realização de um curso de mestrado à falta de condições financeiras	25
Tabela 12 - Distribuição do público em grupos que atribuem ou não dificuldade para realização de um curso de mestrado à inexistência de uma universidade próxima.....	26
Tabela 13 - Distribuição do público em grupos que atribuem a dificuldade ou não para realização de um curso de mestrado ao desinteresse nos cursos de mestrado disponíveis.....	26
Tabela 14 - Distribuição dos entrevistados em grupos que atribuem ou não a dificuldade para realização de um curso de mestrado a falta de informação sobre os mesmos.....	27
Tabela 15 - Distribuição dos entrevistados em grupos conforme auto-avaliação acerca dos conhecimentos gerais na área de agroecologia.....	27
Tabela 16 - Distribuição dos entrevistados em grupos que informam o nível de conhecimentos gerais na área de educação.....	28
Tabela 17 - Distribuição dos entrevistados quanto ao nível de conhecimentos gerais na área de comunicação.....	29
Tabela 18 - Distribuição dos entrevistados quanto ao interesse em mestrado pela pedagogia da alternância.....	30
Tabela 19 - Caracterização geral dos cursos de pós-graduação estudados.....	32

Tabela 20 - Caracterização dos cursos de pós-graduação estudados por área de concentração e linhas de pesquisa.....	33
Tabela 21 - Caracterização dos cursos de pós-graduação conforme as cargas horárias e o número de créditos exigidos para titulação.....	37

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Avaliação do público sobre a suficiência / adequação dos conteúdos da graduação para o exercício da atividade extensionista.....	20
Figura 02 - Avaliação da importância da realização de curso regular de pós-graduação para a ação extensionista.....	21
Figura 03 - Distribuição dos entrevistados em grupos que realizaram ou não realizaram cursos de mestrado.....	21
Figura 04 - Distribuição dos entrevistados quanto ao seu conhecimento sobre a pedagogia da alternância.....	29
Figura 05 - Fatores que justificam a pertinência da aplicação da pedagogia da alternância em programas de formação de extensionistas.....	62
Figura 06 - Fatores que justificam a pertinência da criação de redes para a implementação de programas de formação de extensionistas.....	63
Figura 07 - Requisitos para a criação de redes para a implementação de programas de formação de extensionistas em função das particularidades da transição agroecológica.....	64

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO.....	1
2-REVISÃO DA LITERATURA.....	3
2.1- Extensão Rural: Definições, origem, evolução e características gerais...	3
2.2- Educação no contexto da Extensão Rural: Paradigmas e tendências.....	7
3 - MATERIAIS E MÉTODOS.....	12
3.1- Estudo de Caso.....	12
3.2- Diagnóstico do perfil de extensionistas rurais.....	13
3.3- Levantamento detalhado de alguns programas brasileiros de pós- graduação em agroecologia, extensão rural e temas correlatos.....	13
4 - RESULTADOS.....	15
4.1- Resultados do diagnóstico do perfil de extensionistas rurais.....	15
4.1.1- Caracterização geral.....	15
Faixa etária.....	15
Distribuição geográfica.....	15
Vínculo do público respondente por instituição/estado.....	16
Distribuição do público por tempo de atuação em Ater.....	18
Distribuição do público por curso de graduação.....	18
Distribuição do público por I.E.S.de origem.....	19
Avaliação do público sobre a suficiência / adequação dos conteúdos da graduação para o exercício da atividade extensionista.....	20
Avaliação do público sobre a importância do avanço dos conhecimentos através de um curso regular de pós- graduação para a ação extensionista.....	21
Levantamento sobre cursos de mestrado realizados pelo público.....	21
Levantamento sobre o interesse em realizar um curso de mestrado.....	22
Levantamento sobre a área de interesse para a realização de um curso de mestrado.....	23
Dificuldades para realização de um curso de Mestrado.....	24
Indisponibilidade de tempo ou de liberação pelo empregador.....	24
Dificuldades financeiras.....	25
Inexistência de uma universidade próxima.....	25
Desinteresse nos cursos de mestrado disponíveis.....	26
Falta de informação sobre os cursos disponíveis.....	27
Conhecimentos gerais na área da agroecologia.....	27
Conhecimentos gerais na área da educação.....	28
Conhecimentos gerais na área da comunicação.....	28
Conhecimento acerca da pedagogia da alternância.....	29
Interesse em participar de um curso de mestrado em Extensão Rural Agroecológica pela pedagogia da alternância.....	29
4.2- Levantamento dos cursos de pós- graduação em agroecologia, extensão rural e temas correlatos.....	31

4.2.1- Detalhamento dos cursos de pós-graduação em agroecologia, extensão rural e temas correlatos.....	38
Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável / UFPA	39
Agroecologia / UEMA.....	41
Agroecologia e Desenvolvimento Rural /UFSCAR.....	42
Agroecossistemas / UFS.....	44
Agroecossistemas / UFSC.....	45
Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia / UFAM.....	46
Ciências Agrárias / UFMG.....	47
Desenvolvimento Rural / UFRGS.....	49
Educação Agrícola / UFRRJ.....	50
Extensão Rural / UFSM.....	52
Extensão Rural / UFV.....	54
Extensão Rural e Desenvolvimento Local / UFRPE.....	55
Fitotecnia / UFRRJ.....	58
Sistemas de Produção Agrícola Familiar / UFPEL.....	59
5- DISCUSSÃO.....	62
6- CONCLUSÕES.....	69
7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
8- ANEXOS.....	76
Anexo A- Questionário.....	76
Anexo B- Fichas de identificação dos cursos estudados.....	80

1- INTRODUÇÃO

A Extensão Rural no Brasil está completando 60 anos, e observamos que ainda persistem contradições explícitas e uma busca por novos caminhos, para que cumpra com o seu papel.

Mas que papel é esse? Como definir o papel do Extensionismo Rural hoje? Em que contexto atua este segmento junto aos atores sociais? O que a sociedade espera da Extensão Rural? O que a Extensão Rural tem para oferecer a esta sociedade? Que métodos de trabalho são adequados ao trabalho extensionista? Em que matriz tecnológica serão aplicáveis às abordagens extensionistas? E que outras perguntas poderemos formular? E que respostas obteremos?

O fato é que nos últimos 60 anos o mundo mudou muito e rápido. Certo é também que a institucionalidade estabelecida nas estruturas governamentais também mudou, assim como a sociedade, o que resultou em alguns fatores favoráveis a um necessário redirecionamento.

E a Extensão Rural também mudou? Se nos primórdios a intencionalidade era uma, e agora, será que é outra? Mas se mudou, mudou para o quê? O processo formativo se alterou ou continua o mesmo?

Extensionistas rurais de nível superior formam-se em universidades, cuja estrutura mantém algumas características de reprodução do paradigma cartesiano, com ênfase na formação tecnicista e na fragmentação do conhecimento, e são profissionais que atuam num contexto dinâmico de questões sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais, portanto precisam se preparar para esta missão através de uma formação integrada e continuada.

Com relação à matriz tecnológica, podemos considerar também que houve grandes mudanças em relação à época da implantação da Extensão Rural no Brasil. O que se pode dizer quanto ao posicionamento institucional, do ponto de vista conceitual, metodológico e estrutural ?

Nas últimas décadas, estamos testemunhando a construção de uma nova e complexa ciência, a Agroecologia, que vem se estruturando com base em uma relação de complementaridade com outros campos do conhecimento, possuindo assim características potenciais para o estabelecimento de uma nova ordem¹, cujos desdobramentos poderão contribuir fortemente para mudanças na dinâmica do desenvolvimento humano, em especial a dinâmica das relações sociais no campo.

Tudo indica que estas características da Agroecologia, como potencial alavanca de uma nova ordem já vem manifestando-se, pois contemplamos hoje um quadro inédito, no qual esta ciência vem ganhando a adesão de tantos setores da sociedade e conciliando visões muitas vezes inconciliáveis.

E por se traduzir em tanta complexidade, e dispor de um arcabouço teórico-conceitual e metodológico aplicável a tantos campos do conhecimento humano, para esta ciência vem convergindo uma grande quantidade e diversidade de expectativas, estudos e ações, envolvendo diversos segmentos sociais.

E é neste contexto que pensamos a Extensão Rural, e em como transcender às dificuldades impostas por sucessivas políticas de desmonte das estruturas públicas, que

¹ “(...) A nova ordem não é inventada por nenhum indivíduo em particular, mas surge espontaneamente em decorrência da criatividade coletiva da organização. Este processo passa por diversos estágios distintos. Para começar, é preciso que dentro da organização haja uma certa abertura às perturbações, para que o processo se desencadeie; é preciso que haja uma rede ativa de comunicações, dotada de múltiplos anéis de realimentação para que o acontecimento inicial seja amplificado. O estágio seguinte é o ponto de instabilidade, que pode manifestar-se sob a forma de tensão, caos, incerteza ou crise. Nesse estágio, o sistema pode entrar em *colapso* ou pode *romper uma barreira* e entrar num novo estado de ordem, caracterizado pela novidade e por uma experiência de criatividade que muitas vezes parece mágica(...)” CAPRA (2005, p.128)

resultaram em um quadro de estado mínimo, freqüentemente ausente em áreas essenciais, como educação, saúde, segurança, e tantas outras, além deste serviço público assegurado pela Constituição Federal.

Como o Poder Público poderá atender com qualidade a uma sociedade que paga uma das mais altas cargas tributárias do mundo?

Esta e tantas outras, fazem parte das incontáveis perguntas que precisam ser respondidas, e das quais a academia também deve se ocupar.

Entretanto, os tempos mudaram, e embora ainda predomine no setor primário da economia a utilização de métodos de produção baseados em pacotes tecnológicos, não é mais permitido a uma entidade de Extensão Rural deixar de acompanhar estas mudanças.

A transição paradigmática, tanto epistemológica quanto social, nas últimas décadas, originou um ambiente de disputas conceituais e de protagonismo. Assim, temos um quadro que desafia o pesquisador a fazer ciência incorporando saberes até então desconsiderados, em busca de uma nova construção, conformando atitudes de consensos e integração de tantas áreas do conhecimento e da práxis humana.

A busca por novos paradigmas conduziu o pensamento epistemológico à formulação de uma perspectiva de produção do conhecimento que vem sendo sistematizada sob a denominação de transdisciplinaridade, e há um reconhecimento institucional que “para o estabelecimento de um novo paradigma, orientado ao desenvolvimento rural sustentável e ao estabelecimento de estilos de agricultura sustentável, com base nos princípios da Agroecologia, deve-se ter como ponto de partida um processo de capacitação massiva de extensionistas e assessores técnicos capaz de garantir a implantação de um enfoque de Ater baseado em processos educativos potencializadores do ser humano como cidadão.” (BRASIL, 2004).

Esse novo paradigma aponta para uma formação mais abrangente, que vá além de uma formação instrumentalista. O diferencial do que ora se pretende propor, atualmente vem sendo divulgada como a Teoria da Transdisciplinaridade (NICOLESCU, 2005), que afirma que “(...)a transdisciplinaridade é simultaneamente um *corpus* de pensamento e uma experiência vivida. Estes dois aspectos são inseparáveis(...)”. E este mesmo pensador advoga que “ (...) o advento de uma cultura transdisciplinar, que poderá contribuir para a eliminação das tensões que ameaçam a vida em nosso planeta, é impossível sem um novo tipo de educação, que leve em conta *todas* as dimensões do ser humano(...)”

A hipótese a ser trabalhada nesta dissertação é a de que existe uma demanda não atendida de formação de recursos humanos junto aos extensionistas rurais, os quais não se identificam com as ofertas de cursos atualmente disponíveis.

A presente pesquisa busca elementos consistentes para propor um modelo de programa de formação de extensionistas rurais, considerando as particularidades de época e lugar, de forma a contribuir efetivamente para a consolidação de uma nova Extensão Rural no Brasil.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 - Extensão Rural: Definições, origem, evolução e características gerais.

Para o recorte que se pretende neste trabalho, recorreremos a Sanches de Puerta (2004), que define a Extensão Rural por distintas perspectivas e atendendo a diferentes critérios:

“(…) pode ser concebida de pelo menos seis formas, dependendo do grau de participação dos camponeses, agricultores ou ator social no processo em questão. A saber, podemos falar de Extensão Rural como:

i) Informação, quando o destinatário se limita a receber conselhos práticos ou informações úteis para sua atividade sem ter possibilidade de retroalimentar o processo, o qual ocorre, por exemplo, em programas de rádio ou televisão, folderes, revistas, livros, etc.;

ii) Assessoramento, quando o destinatário precisa do agente de desenvolvimento para resolver um problema ou tirar uma dúvida, em que a sua participação se limita a dar o primeiro passo;

iii) Educação, quando o destinatário recebe uma série de conhecimentos para que mais tarde possa resolver problemas de forma autônoma, de modo que sua participação se centra nesta segunda fase;

iv) Comunicação, quando a educação é concebida no sentido freiriano, quando uma reflexão conjunta sobre a realidade do ator social rural onde a distância entre educador e o educando desaparece;

v) Animação, quando o agente de extensão catalisa ou acompanha um processo apoiando-o com seus conhecimentos e influências e desaparece de cena quando este está em marcha;

vi) Ação política, quando o agente de extensão se envolve nas demandas, conflitos, etc. do ator social rural, quando este já não faz mais um papel de receptor de informações ou habilidades, de educando, ou ‘concientizando’, e sim passa a ação dentro do movimento social ou de forma individual.

Esta definição de um conjunto de atividades, todas elas extensionistas, mas com diferentes graus de participação, nos leva a continuar falando de ‘extensão’ e a não adotar outros termos, como ‘transferência de tecnologia’, como preferem muitos autores, tomadores de decisão política e agentes de desenvolvimento(…), ou ‘educação’, ou ‘comunicação’, como propugnavam nos anos 70 Freire ou Bosco Pinto e Dias Bordenave respectivamente.” (SANCHES DE PUERTA, 2004, p.1)

Segundo o autor acima, em geral, quando se aborda o aspecto histórico da Extensão Rural, é comum que:

“(…) se dê um salto no tempo, desde as experiências remotas de assessoramento aos agricultores, como acontecia na Mesopotâmia(1880 a.C.) ou nas Dinastias Chinesas (s.VI a.C.-1368 d.C.) até o surgimento de formas institucionalizadas de Extensão de caráter público na Europa e Estados Unidos(…), a ‘Agronomia Social’(…)organização extensionista existente na Rússia durante o século XIX, como o modelo de Extensão Rural proposto por Chayanov (…)”(SANCHES DE PUERTA, 2004, p.2)

Entretanto, nesta oportunidade, não é intenção aprofundar na abordagem histórica, e portanto, considerando que, já que o modelo de extensão rural transplantado para o nosso país foi aquele desenvolvido nos Estados Unidos, procuraremos nos limitar a uma retrospectiva sucinta do mesmo.

Assim, segundo Fonseca (1985), este modelo de Extensão Rural originou-se naquele país após a Guerra da Secessão, quando a agricultura americana passava da estrutura escravista para a mercantil e capitalista, em um momento difícil em que os pequenos fazendeiros não podiam concorrer com as empresas capitalistas emergentes. Como consequência, os agricultores passaram e se organizar em associações para discutir seus problemas, convidando especialistas para intercambiar informações, passaram a organizar eventos promocionais e se aproximar da pesquisa agrícola de escolas e universidades.

Em torno de 1870, em vários estados americanos já existiam Conselhos de Agricultura, promovendo pequenos cursos e conferências, com publicação de folhetos, que em pouco tempo culminaram em cursos para mulheres, sobre preparo de alimentos e aspectos nutricionais.

Com a evolução deste processo, em 1914 o Governo Federal encampou essas experiências e instituiu o Trabalho Cooperativo de Extensão Rural, com o objetivo de levar à população ausente dos Colégios Agrícolas, conhecimentos úteis e práticos relacionados à agricultura, pecuária e economia doméstica, cuja finalidade era promover a adoção de modos eficientes de administração da propriedade e do lar.

A extensão rural americana passou a funcionar como um elo entre as estações de pesquisas experimentais das universidades e os agricultores, que segundo o modelo clássico, tinha o objetivo de transmitir conhecimentos produzidos pela pesquisa a este segmento da população, e levar os problemas destes até a fonte de pesquisa.

Ainda, segundo Fonseca (1985), o modelo acima foi utilizado como base da criação e organização dos Serviços de Extensão Rural implantados nas regiões consideradas subdesenvolvidas após a Segunda Guerra Mundial, e teve Everett Rogers como mentor da adequação deste ao mundo subdesenvolvido, resultando no modelo difusionista - inovador, a partir da teoria difusionista.

Mattelart (2007) comenta assim o aporte da teoria difusionista:

“Nos anos 60, Everett Rogers limitara a definição da inovação ao que ‘é comunicado, por certos canais, num tempo determinado, entre os membros de um sistema social’. A inovação consistia em transmitir um dado de cuja utilidade era preciso persuadir os futuros usuários. Inscrevia-se esse modelo em uma concepção unívoca de progresso, a modernização ou a adoção de inovações contribuindo necessariamente para o ‘desenvolvimento’. Essa maneira de ver ligava a rejeição à persistência de traços característicos das chamadas culturas tradicionais. A estratégia difusionista confundia-se, na prática, com a da mercadologia de produtos”.(MATTELART ,2007)

Segundo Barros (1994), a implantação do sistema de extensão rural no Brasil teve a iniciativa de algumas organizações americanas e do sistema bancário, que deu sustentação à experiência que se realizou, desde 1948, quando o capitalismo tentava recompor suas forças no terceiro mundo, sobretudo na América Latina, onde o Brasil sempre foi um grande mercado de matérias-primas e de consumo de seus bens industriais. Naquele ano, sob o patrocínio da AIA - American International for Economic and Social Development, e do Governo de Minas Gerais, por intermédio da Caixa Econômica Estadual, foi implantado o Crédito Supervisionado realizando as primeiras experiências de modernização do setor rural, no sentido de introduzir na tecnoestrutura do Estado a ideologia dos modelos *Farm Security Administration* e *Farm Home Administration* da sociedade americana.

A seguir, destacam-se aspectos relevantes da origem da Extensão Rural no Brasil, dentre os quais os modelos introduzidos entre nós, de origem norte-americana, que procediam de uma sociedade em fase muito mais avançada tecnologicamente que a nossa, e que partiam do pressuposto de um setor arcaico que ainda não era conhecido por aqueles que os estavam introduzindo.

A introdução do Crédito Supervisionado também se baseou em dois outros pressupostos: no de que havia necessidade de injetar recursos econômicos no setor rural, e no de que o homem rural não sabia como usar economicamente esses recursos; finalmente, para os introdutores do Sistema de Extensão entre nós, o setor rural era impermeável ao avanço do capital no campo.

Em 1900, iniciava-se a publicação do Boletim da Agricultura, que chegou a distribuir 415.250 publicações em 1917. Em 1938, foi criado o Serviço de Publicidade Agrícola, vinculado ao Ministério da Agricultura, cujas publicações eram distribuídas de forma impessoal, o que passou a ser diferenciado com a criação das entidades de Extensão Rural, quando os extensionistas, sem deixar de utilizar os meios de comunicação, atuavam na forma de contatos pessoais com os líderes rurais, com estes intermediando as ações junto aos agricultores e comunidade rurais.

Nos anos 1940 e 1950, a informação agrícola atinge seu auge, com o Serviço de Informação Agrícola (S.I.A.), dispondo de vários recursos de difusão: rádio, jornais, cinema, etc. Este serviço chegou a possuir emissora própria de rádio, a Rádio Rural, e a produzir 350 filmes, exibidos em instalações cinematográficas sofisticadas, no Rio de Janeiro. Ainda com base em Barros (1994), que tomava como referência cinco períodos na história da Extensão Rural no Brasil, considerando as seguintes fases:

1º) Criação da ACAR- Associação de Crédito e Assistência Rural, que inicia em 1948 e vai até 1955;

2º) De 1956 a 1963, com a criação da ABCAR- Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, que modifica o sistema de crédito, que passa a ser denominado Crédito Rural Orientado;

3º) De 1964 a 1974, com a extinção da ABCAR;

4º) De 1975 a 1979, no final do II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento, com a criação da EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

5º) No início do III PND, de 1980 até os dias atuais (em 1994).

Como a referência acima levou em conta o período até 1994, vale acrescentar uma 6ª fase, marcada pela extinção da Embrater em 1990 e uma 7ª fase, com a criação do Dater.

Desde a origem da extensão rural, a comunicação, mesmo que sob paradigmas questionáveis, sempre foi um fator preponderante. Com relação aos recursos comunicacionais voltados para a agricultura no Brasil, Bordenave (1983), destaca que os primeiros sinais ocorreram em 1899, no Estado de São Paulo, e efetivava-se em publicações oficiais sobre agricultura em geral.

Ainda segundo Bordenave (1983), ao final da década de 1950, estabeleceu-se uma nova orientação e a informação indireta cede lugar à direta, e os agentes da extensão rural passam a ter contato pessoal com os agricultores, e este avalia que não havia diferença essencial entre o trabalho de extensão desenvolvido pelo S.I.A. e pela nova proposta, pelo caráter informativo, pois a extensão era entendida como o ato de estender o conhecimento dos centros do saber, principalmente as universidades, aos que não tinham acesso a ele. Além dos conhecimentos sobre agropecuária, passavam também outras informações sobre saúde, habitação e alimentação. Era a época do crédito supervisionado, com acompanhamento do extensionista, que obedecia a planos de administração da propriedade e da casa e era usado na construção de nova moradia, de curral ou silo, de fossas e redes de água.

Ainda com relação à comunicação rural, na avaliação de Correa Junior (1998), é possível afirmar que ainda está para ser construída uma abordagem capaz de justificar satisfatoriamente a existência desta disciplina, indo além em suas considerações, quando afirma que:

“Na medida em que a disciplina pode ser definida como ‘instrumento analítico determinado a partir do seu objeto’, o que sustentaria a alteridade da Comunicação Rural diante das demais ciências sociais, particularmente a Comunicação? Em princípio seria a existência de um modelo teórico-metodológico particular, mas as poucas incursões de ordem epistemológica realizadas até agora se limitam em rever a produção acadêmica ou a atuação de organizações de pesquisa e extensão rural. Para complicar esse quadro, fatores externos à academia, como a industrialização da agricultura e a presença cada vez maior dos meios de comunicação de massa no campo, recolocaram em xeque a especificidade do rural, cuja discussão vem sendo travada na área sociológica desde os anos trinta. Esse debate não deve ter chegado ao conhecimento de muitos pesquisadores que ainda consideram a Comunicação Rural como sinônimo de difusão de tecnologia para agricultores, apesar do surgimento de novos referenciais, principalmente a sociologia da agricultura e os estudos de recepção.” (CORREA JUNIOR, 1998)

Na visão do mesmo autor, o difusionismo influenciou tanto a produção acadêmica em comunicação rural no Brasil, que continua sendo responsável pela visão homogeneizada que se tem do setor primário da economia.

A instrumentalização dos recursos comunicacionais a partir de uma visão de sociedade rural como objeto da modernização, leva a uma vinculação desta forma de comunicação com o paradigma rogeriano², mesmo em se considerando que esta tenha recebido o aporte de novos conceitos e métodos.

“Como sabemos, o modelo americano de Difusão de Inovações na Agricultura capitaneado por Everett Rogers, obteve no Brasil, particularmente nos anos de 1970/80, uma considerável aceitação por parte, tanto das agências governamentais de extensão agrícola, quanto pelos pesquisadores de Comunicação Rural e Extensão Rural. É importante salientar, de imediato, que apesar dos estudos realizados pela Difusão de Inovações terem sinalizado as estratégias mais eficazes de intervenção para a adoção tecnológica, o decantado desenvolvimento dos contextos populares do meio rural não ocorreu.(...)Desde os anos 1980, com a redemocratização do país e a consolidação da crítica rogeriana de Difusão de Inovações, se tornou consenso, entre os pesquisadores pós-paulofreirianos, de que a comunicação participativa ou horizontal é ponto de partida para construção de qualquer política socioeconômica e ambiental nas organizações governamentais e não governamentais que lidam com contextos populares.(...)” (CALLOU, 2006)

Em 1987, a Embrater, lança o documento “Políticas e Diretrizes de Formação Extensionista”, que trata da preparação do extensionista. Define a extensão rural como um processo educativo permanente, caracterizado pela relação e comunicação recíproca e constante dos técnicos com os produtores, suas famílias e suas organizações.

² “(...) Nesta perspectiva, difundida pelo ‘paradigma rogeriano’ e implementada pelos serviços de extensão rural, as inovações teriam sua fonte na ciência e não no saber dos produtores, ou no resultado de um processo dialógico entre estes, os produtores e os extensionistas(...)neste modelo, a técnica é considerada um objeto, resultado da investigação científica, o que lhe confere maior status. Esta, por sua vez, deveria ser transferida e posteriormente incorporada pelos produtores(...) o agricultor exerceria o papel de um simples receptor e executor de propostas, que seria planejadas fora daquele espaço, esfera da ciência e do mercado.(O extensionista, por sua vez, seria o promotor da inovação, interventor técnico(...).”(FERNANDES e BOTELHO, 2006, p.16)

Esta instituição ao assumir a função do trabalho de extensão como educativa, faz críticas à concepção que tem como princípio a transmissão (ou difusão) de conhecimentos, valores e normas de conduta, considerando-a inadmissível no trabalho do extensionista.

Propõe, assim, uma nova abordagem com a predominância da comunicação dialógica, participativa:

“A formação extensionista, dentro da concepção de educação para o desenvolvimento, constituir-se-á num processo educativo no qual os extensionistas estarão permanentemente construindo um ‘novo saber’ para um ‘novo fazer’. O processo educativo far-se-á através da ação/ reflexão /ação, isto é, através de momentos contínuos e permanentes da avaliação da prática. Seu desenvolvimento se processará no decorrer das atividades extensionistas através da capacitação inicial, de atividades de supervisão e de assessoria, de intercâmbios, de autotreinamento e de outras formas de capacitação (cursos básicos, pós-graduação, etc.). No entanto, para fins didático-operacionais, a capacitação inicial e os ciclos de estudos serão considerados o núcleo central da formação extensionista.” (EMBRATER, 1987).

Observa-se naquele documento uma preocupação explícita com a formação extensionista, que incorporava até elementos do discurso freiriano, porém, sem conseguir ocultar algumas contradições, como a de realizar uma educação para o desenvolvimento, o que nos remete ao discurso difusionista.

Percebe-se também que, embora houvesse no discurso oficial uma abertura, no sentido de uma ampliação nos processos formativos, que incluía até a pós-graduação, na prática se assumia de forma pragmática, com a justificativa de fins didático-operacionais, a restrição de tais processos à capacitação inicial e aos ciclos de estudos, realizados no âmbito das entidades de Ater, em seus centros de treinamento.

Também não se explicitava aí, uma preocupação com o modelo de formação daqueles profissionais, em nível de graduação ou nas escolas técnicas de nível médio, que se realizava e continua impregnado até os dias atuais do mesmo padrão tecnicista.

Embora se sugerisse também uma preocupação da relação da tecnologia com o meio ambiente, o que se observou na prática foi a implantação de programas de massificação de tecnologias e, na avaliação de Callou (2006), “(...) foram observados, fundamentalmente, além dos prejuízos ambientais, o aumento da concentração de terra e as migrações campo-cidade, na medida em que os ‘pacotes tecnológicos’ desarticulavam as relações de trabalho no campo e endividavam os pequenos produtores rurais(...).”

2.2 - Educação no contexto da Extensão Rural: Paradigmas e tendências

Ao iniciar esta abordagem, torna-se oportuno nos reportar a Fonseca(1985), que ao perguntar “*Para que e para quem serviu o projeto educacional extensionista brasileiro realizado no período de 1948 a 1968*”, empreende um exercício de reflexão do ponto de vista sociológico e procura compreender e explicar certos indícios do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e o que representam os problemas sociais rurais e, por que não dizer, educacionais rurais, no que temos o seguinte quadro:

“(...) o projeto educacional extensionista, poderia ser caracterizado realmente como um projeto educacional apenas durante vinte anos de sua existência -1948-1968. A partir daí, o Sistema Brasileiro de Extensão começou a passar por transformações que culminaram na criação da EMBRATER, cuja justificativa de implantação baseia-se no atendimento às necessidades de expansão do sistema produtivo brasileiro. Dentro dessa perspectiva, seu objetivo maior era transferir tecnologia agropecuária para os produtores rurais. Antes da EMBRATER, a ABCAR (órgão nacional

responsável pelo trabalho extensionista) tinha como público somente os pequenos e médios agricultores. Sua tarefa era educá-los, ou seja: ensinar a ajudarem-se a si mesmos na busca de uma maior produtividade e de melhores condições de vida.” (FONSECA, 1985)

Segundo Barros (1994), este processo apresenta três fases, e sua análise refere-se ao Estado de Minas Gerais: “(...) a primeira representa o momento pioneiro da ACAR, a segunda acha-se ligada ao chamado ‘milagre econômico brasileiro’, e finalmente, a terceira, isto é, a mais recente, procura identificar a existência de mudanças nas propostas extensionistas”.

E assim, detalha a primeira destas fases, sintetizando as ações de caráter educativo desenvolvidas:

“Na primeira, a assistência técnica não se destinou ao trabalhador rural, com relação ao aspecto de difusão da ‘moderna tecnologia’, mas somente abordou aspectos de vacinações de trabalhadores, atendimento aos filhos dos operários, lições de higiene, hortas caseiras e escolares, ensinamentos de como fazer colchões, sabão, instalar fossas, filtros, cisternas e como cuidar da educação alimentar, definidos mais claramente a partir do segundo período dessa fase, como atividades de bem-estar social, e não atividades de assistência técnica. Nessa fase, a ACAR justifica e orienta seu trabalho para ‘modernizar o meio rural’, melhorar suas condições econômicas e sociais, usando uma metodologia de ‘alcance individual para o crédito rural’, e de ‘alcance de grupo e de massa’ para a assistência técnica e para o bem-estar social- é a fase em que a ACAR se propõe a resolver os ‘problemas da fazenda’ e os ‘problemas do lar’, concentrando seu trabalho basicamente na família rural, procurando aumentar sua produtividade agrícola, com a finalidade de fazer crescer sua renda, liberar mão-de-obra e aumentar o bem-estar dessa família rural, considerada pelo extensionista como a unidade formadora da sociedade rural.”(BARROS, 1994)

Desta forma, confirmando Fonseca (1985), nos primeiros 20 anos da extensão rural brasileira, de 1948 até o final da década de 60, havia uma preocupação de fundo educativo, cujo paradigma cabe discutir. Isto veio a se diluir nos anos subseqüentes com a inauguração da segunda fase e a implantação do difusionismo se concretizando:

“(...) a assistência técnica é definida como a orientação técnica dada a agricultores não-mutuários e mutuários, utilizando-se ‘metodologia própria’ de modo individual, grupal e massal. O enfoque principal é o aumento de produtividade e , para isso, é necessário substituir a tecnologia ‘tradicional’ por uma nova, capaz de estabelecer novos padrões de produtividade, isto é, ‘modernizar’ a empresa rural.(...)”(BARROS, 1994)

Passou-se a definir os projetos da seguinte forma:

“econômicos - englobam as atividades para aumentar a eficiência da produção e comercialização das culturas e criações pela mudança de tecnologia empregada, melhorando assim o abastecimento de alimentos e matérias-primas aos consumidores; e do bem-estar social – abrangem as atividades para melhoria do nível educacional, das condições de saúde e de habilitação profissional da mão-de-obra, motivando e capacitando o agricultor para a mudança da tecnologia, aumento da sua renda e melhoria do seu padrão de vida.”(BARROS, 1994)

Na terceira fase, ainda segundo Barros (1994), “destacou-se a participação do produtor e da comunidade rural, na execução da política governamental para o desenvolvimento sócio-econômico do setor rural”, que complementa, “(...)revelando o papel legitimador das políticas

governamentais desempenhado pelo extensionista(...)”. Nesta fase, a atividade de crédito rural atende preferencialmente aos médios e grandes produtores, buscando atingir por meio de assistência técnica o maior número de produtores rurais e por meio da atividade de bem-estar social os produtores jovens e mulheres.

Com a redemocratização do país, entre os anos de 1985 e 1990, durante o Governo do Presidente José Sarney, primeiro presidente civil depois do regime militar iniciado em 1964, no período conhecido como Nova República, optou-se “(...) por uma extensão rural voltada para a pequena produção como um dos mecanismos capazes de alimentar pesquisas e lideranças políticas com relação ao pequeno produtor, deixando a grande produção por conta da iniciativa privada.” (BARROS, 1994)

No que Barros (1994) complementa: “Cremos que será, realmente, o caminho novo a ser trilhado pelo extensionismo, pois aos grandes produtores não falta capital nem experiência técnica, a fim de continuarem o processo de produção para exportação, que iniciaram à custa do Serviço de Extensão Rural e com o patrocínio da rede bancária do País”.

Assim, temos registrado no Documento Final do VI Congresso dos Trabalhadores da Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil, como uma diretriz da Faser (1997), uma proposta educativa mais definida:

“(…) É necessário que o extensionista se capacite nesta tarefa suprimindo as deficiências que a educação formal tem em relação à Extensão Rural construtivista e à agricultura familiar.(…) A FASER entende que a Extensão Rural necessita de um programa de formação e capacitação dos recursos humanos adequados para o trabalho com a agricultura familiar. A decadência do processo de formação de extensionistas, com a exclusão inclusive do pré-serviço, tem comprometido a capacidade dos extensionistas fazerem Extensão Rural. A FASER defende, no entanto, que a capacitação dos extensionistas, deve ser objeto de estudo permanente de todos os extensionistas.(…) O modelo construtivista de Extensão Rural requer uma prática de educação e comunicação que coloque o homem como centro do processo de aprendizagem e sujeito do processo de comunicação.” (FASER, 1997)

Como podemos verificar, tais propostas encontram-se alinhadas com a pedagogia libertadora, conforme preconizado por Freire (2002), um caminho buscado por setores expressivos da Extensão Rural, mas que tem encontrado grandes resistências, como as relatadas por Caporal (1991):

“(…) Não possuindo ideologia própria e não tendo uma posição política de classe, os extensionistas aparecem como trabalhadores ‘neutros’, o que na realidade não são, tanto que as próprias organizações extensionistas tem sido palco de embates ideológicos que geram momentos instituintes³ como o repensar, onde seus próprios funcionários mostraram-se divididos, em defesa de ‘interesses de classe’ distintos, ou seja, os ‘interesses de classe’ das classes fundamentais. Todavia, o fato da instituição extensão rural, apesar das mudanças propostas ao longo dos anos e, especialmente no recente ‘episódio do repensar’, permanecer quase inalterada desde a sua origem, indica não só a hegemonia das classes dominantes e sua força de estabelecimento do poder relacional do Estado e de seus aparelhos, mas também a enorme ambigüidade que envolve seus funcionários, o que os faz agir e pensar, em geral, como se fosse o próprio Estado ou como se

³ ‘(...) Ao querer ser instituinte, o homem reconstrói a sociedade em que vive. Nesta reconstrução manifesta-se o seu aspecto utópico. Esta é sua característica diferencial em relação aos outros seres viventes.(...)’ (SANTOS, 2003, p. 49)

pertencesse à classe burguesa, tornando sua ação educativa um ato de dominação e exclusão das classes subalternas.” (CAPORAL, 1991)

Desta forma, como contraponto à realidade diagnosticada na análise acima, a Faser reafirma posições que preconizam novos referenciais para a formação extensionista dentro de paradigmas avançados de educação:

“(…) O processo pedagógico do modelo difusionista, baseado nos conceitos de Skinner, o qual advoga a modelagem, deve dar lugar à pedagogia construtivista, fundamentada nas idéias de Jean Piaget, Vigotsky e de Paulo Freire, que defende o homem como ser capaz de gerar conhecimento. Assim, a filosofia de comunicação baseada em processos persuasivos do tipo ‘lavagem cerebral’ deve dar lugar ao processo dialógico, defendido por Paulo Freire, entre outros.(…) a FASER entende que os métodos de extensão rural, com visitas, reuniões, dias de campo, entre outros, devem ser reconstruídos e usados a partir dos princípios pedagógicos e de comunicação construtivistas. O mesmo vale para os meios de comunicação (...) disponíveis à população rural.” (FASER, 1997)

Avançando mais um pouco, de forma a contemplar as tendências atuais, chegaremos a PNATER- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (2004), que resultou de um processo de consulta, buscando a construção participativa de um modelo de ATER, e esta vem consolidar como diretrizes do atual governo as propostas apresentadas em 1997 pela Faser, conforme descrito no parágrafo anterior.

Assim, dentro da política referenciada (PNATER), passamos a destacar os aspectos relacionados à educação:

“(…)Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da agroecologia(…) Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializam os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável.(…) Desenvolver ações de capacitação de membros de Conselhos ou Câmaras Técnicas de ATER(ou similares), apoiando a formação e qualificação dos conselheiros.(…) Fortalecer iniciativas educacionais apropriadas para agricultura familiar, tendo como referência a Pedagogia da Alternância⁴, assim como outras experiências educacionais construídas a partir da realidade dos agricultores familiares.(…)

⁴ “O conceito de alternância(..) ainda é um conceito ausente no glossário das ciências da educação na sociedade brasileira.(…)Apesar das experiências brasileiras não serem tão recentes como possa parecer em um primeiro momento, elas ainda não se tornaram objeto de reflexões e produções acadêmicas sistemáticas e contínuas, de maneira a contribuir para a compreensão de sua natureza e das características do projeto político pedagógico que vem sendo construído em nossa sociedade, assim como as práticas educativas que vem sendo desenvolvidas em seu interior.(SILVA e QUEIROZ, 2006, p.63)

“(…) temos de propor um nova pedagogia: uma Pedagogia da Alternância, por exemplo, que, por sua vez, tem de estar apoiada numa nova epistemologia, numa nova teoria do conhecimento. Temos de ir até a raiz das coisas se quisermos realmente transformá-las. E a raiz da pedagogia é a visão de mundo que está por trás dela. A transdisciplinaridade propõe uma nova teoria do conhecimento e talvez ela possa ser o campo ou um dos campos epistemológicos nos quais a Pedagogia da Alternância deite as suas raízes. A Pedagogia da Alternância enfatiza o respeito à cultura do sujeito do campo; a transdisciplinaridade enfatiza a urgência de cultivar o campo do sujeito. Portanto, caminham de mãos dadas, pois não é possível cultivar o campo do sujeito sem respeitar as suas raízes, a cultura na qual ele está inscrito, por isso, o primeiro dos sete eixos básicos da evolução transdisciplinar na Educação é "a educação intercultural e transcultural" (...) que tem sido implementada de maneira brilhante pela Pedagogia da Alternância.(…)” (SOMMERMAN, 2008, p.1)

Estabelecer vínculos e facilitar parcerias com as entidades de pesquisa nacional, estadual e com estabelecimentos de ensino.(...) Articular com o Ministério da Educação e entidades de ensino, visando adequar os currículos e a formação profissional aos requisitos da Política Nacional de ATER(...) Propor e apoiar processos de capacitação em ATER para extensionistas, assessores técnicos e outros agentes, desde os níveis de execução, inclusive com apoio à produção de material didático-pedagógico.(...) propor outras políticas complementares voltadas ao desenvolvimento rural sustentável que envolvam atividades de ATER, além da capacitação de técnicos, agricultores familiares, populações tradicionais e assentados;(...)”(BRASIL, 2004)

A PNATER demonstrando preocupações com mudanças efetivas na Assistência Técnica e Extensão Rural, e entendendo a formação extensionista como essencial neste processo, dá um destaque à questão da capacitação para a transição agroecológica, quando afirma que:

“(...) Para o estabelecimento de um novo paradigma, orientado ao desenvolvimento rural sustentável e ao estabelecimento de estilos de agricultura sustentável, com base nos princípios da agroecologia, deve-se ter como ponto de partida um processo de capacitação massiva de extensionistas e assessores técnicos capaz de garantir a implantação de um enfoque de Ater baseado em processos educativos potencializadores do crescimento do ser humano. (...) O processo de capacitação para a transição deverá ter um conteúdo capaz de formar os profissionais para atuarem como agentes de desenvolvimento local, com condições de investigar, identificar e disponibilizar aos agricultores, demais públicos da extensão e ao conjunto de pessoas que vivem no meio rural um conjunto de opções técnicas e não técnicas, compatíveis com as necessidades dos beneficiários e com o espaço territorial onde estejam inseridos. Para que seja viabilizada a proposta de capacitação para a transição, o Dater promoverá um amplo processo de ‘formação de formadores’. Ao mesmo tempo, deverão ser estabelecidos programas continuados de atualização profissional e nivelamento de informações compatíveis com a Política Nacional de ATER e com as dinâmicas de desenvolvimento local, regional ou territorial, para todos os atores. Do ponto de vista metodológico, as atividades de formação deverão privilegiar metodologias baseadas na Pedagogia da Alternância. As ações de capacitação devem abranger além dos técnicos, os agricultores e outros agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento rural, considerando sempre as demandas e realidades locais, regionais ou territoriais.” (BRASIL, 2004)

Desta forma, vale destacar que não se pretende neste trabalho ir além do que já existe de propostas para implementação de ações no sentido da transição agroecológica, sobretudo no que concerne aos programas de formação, mas identificar formas de efetivar ações e políticas públicas para que estas propostas se concretizem.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 - Estudo de Caso

Tendo como base Lüdke e André (1986), Martins (2006) e Yin(2005), a presente pesquisa, caracteriza-se como um estudo de caso, considerando-se as evidências e especificidades da pesquisa em educação, que:

“(...) situado entre as ciências humanas e sociais, o estudo dos fenômenos educacionais não poderia deixar de sofrer as influências das evoluções ocorridas naquelas ciências. Por muito tempo elas procuraram seguir os modelos que serviram tão bem ao desenvolvimento das ciências físicas e naturais(...) como se pudesse ser isolado(...) a fim de se constatar a influência que cada uma delas exerceria sobre o fenômeno em questão(...) percebendo que poucos fenômenos nessa área podem ser submetidos a esse tipo de abordagem analítica, pois em educação, as coisas acontecem de maneira tão inextricável que fica difícil isolar as variáveis envolvidas e mais ainda, apontar claramente quais são as responsáveis por determinados efeitos.” (LÜDKE E ANDRÉ , 1986, p.3),

Assim, tendo como eixo orientador as referências acima, e por considerarmos o objeto da presente pesquisa como bem delimitado, com contornos claramente definidos, com um interesse próprio, singular e com um valor em si mesmo, o Estudo de Caso justifica-se.

Embora alguns autores acreditem que todo estudo de caso seja apenas qualitativo, segundo Lüdke e André (1986), em educação ocorrem estudos que também comportam uma abordagem quantitativa, no que está de acordo com Martins (2006) e Yin (2005).

Ainda, vale destacar algumas características desta metodologia, com destaque na ênfase para a interpretação em contexto, buscar retratar a realidade de forma completa e profunda, de usar uma ampla variedade de fontes de informação, procurar representar diferentes e conflitantes pontos de vista e utilizar-se de linguagem e forma mais acessíveis que outros relatórios de pesquisa.

Desta forma, Lüdke e André (1986), caracterizam o desenvolvimento desta metodologia em três fases: 1- Aberta ou exploratória; 2- Coleta de dados e análise e 3- Interpretação sistemática de dados e elaboração de relatório, fases estas que se superpõe em diversos momentos, dificultando identificar as linhas que as separam.

Contextualizando tais indicações com a presente pesquisa, podemos considerar que a fase exploratória se realizou tendo como base, inicialmente a experiência pessoal do pesquisador na abordagem das questões e pontos críticos presentes no objeto do estudo, em cujo segmento atuou por 16 anos, considerando-se a experiência de 2 anos na docência profissional agropecuária e os demais 14 anos na Ater pública estatal, como extensionista da Emater-Rio. Esta fase da pesquisa teve também o aporte de contribuições de consultas à literatura pertinente e da documentação disponível, além do contato permanente com inúmeros profissionais ligados ao fenômeno estudado.

Na segunda fase, caracterizada por Babbie (2005) como um levantamento, pois considera que “(...)unidades de análise são tipicamente pessoas, mas também podem ser famílias, cidades, estados, nações, companhias, indústrias, clubes, agências, governamentais, etc”(…), no que esta pesquisa se inclui, considerando-se que trabalha com uma unidade de análise composta por extensionistas rurais de instituições governamentais e não-governamentais, identificados com a Agroecologia, e em pleno exercício de suas atividades técnicas, além dos programas de pós-graduação desenvolvidos em Instituições de Ensino Superior brasileiras.

3.2 - Diagnóstico do perfil de extensionistas rurais

Com base em Martins (2006), a partir da delimitação do estudo, optou-se pela adoção de um questionário como instrumento de coleta de dados, para que se levantasse entre profissionais de Ater, suas opiniões sobre a formação em graduação, interesse em pós-graduação, nível de conhecimentos nas áreas de agroecologia, educação e comunicação, bem como suas dificuldades para participar de programas de formação em nível de pós-graduação.

O objetivo foi realizar uma amostragem do conjunto de extensionistas rurais que representasse da melhor maneira a capilaridade, o isolamento e a dispersão característica da Ater.

Um dos meios adotados para veicular esta consulta foi a Rede Novaterbrasil na Internet, que é um grupo de discussões específico deste público, que reúne mais de 1.100 participantes em todo o país, entre profissionais atuantes e demais pessoas interessadas no tema, para que o questionário fosse respondido espontaneamente, seguindo indicações de Martins (2006).

O autor acima considera a utilização deste meio eficaz, desde que acompanhado de uma comunicação aos possíveis respondentes voluntários, esclarecendo sobre os propósitos da pesquisa, responsáveis, patrocinadores e etc, conforme foi de fato encaminhado. Na carta que acompanhou o questionário, constava inclusive o compromisso do pesquisador de retornar ao conjunto de extensionistas que respondessem todos os desdobramentos que viessem a ocorrer sobre os propósitos desta pesquisa (Anexo A).

Assim, através da Rede Novaterbrasil, 40 (quarenta) respondentes aderiram espontaneamente à pesquisa colocada para aquele grupo de discussões, conforme dados que serão apresentados adiante.

Conforme planejado, buscou-se ampliar esta consulta, também de forma espontânea, junto a profissionais de Ater acessíveis por outros meios, além daquele grupo de discussões na Internet.

Foram acessados extensionistas da Emater-MG, da Emater-Rio, da Cati-SP e de diversas outras organizações, utilizando-se para esta finalidade abordagens pessoais em eventos técnicos diversos, cujas temáticas fossem correlatas à Agricultura Familiar e Agroecologia.

Foram respondidos questionários também via correio eletrônico, por intermédio de redes de contato pessoais e profissionais, completando desta forma um total de 112 questionários respondidos.

Todas as modalidades de acesso ao público amostrado foram desenvolvidas ao longo do ano de 2007.

3.3 - Levantamento detalhado de alguns programas brasileiros de pós-graduação em agroecologia, extensão rural e temas correlatos

Foram reunidas as informações disponíveis relativas à estrutura dos cursos de pós-graduação já existentes, contidos em revisão de literatura e documental, de forma que fosse possível projetar um arcabouço inicial que subsidiasse uma proposta de formação inserida no contexto da Extensão Rural Agroecológica.

Nesta revisão, foram levantados os principais atributos de diversos cursos, cujos temas, fossem correlatos à vertente do pensamento agroecológico e da extensão rural, e obrigatoriamente reconhecidos pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior.

Os atributos, tais como as áreas de concentração, linhas de pesquisa, número de disciplinas, número de créditos e outros, foram analisados e comparados, com o objetivo de se obter elementos robustos para qualificar uma nova proposta, compatível com o PPGEA – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ, tanto para a proposição de

uma nova área de concentração, quanto para subsidiar o Mestrado de Educação Agrícola na inserção transversal da abordagem extensionista agroecológica em seus conteúdos programáticos, ou até mesmo na criação de um novo programa de pós-graduação.

4- RESULTADOS

O trabalho desenvolveu-se em duas etapas, foram realizados o diagnóstico do perfil de extensionistas rurais e o levantamento detalhado dos cursos de pós-graduação, e os resultados alcançados foram sistematizados com o objetivo de permitir uma avaliação daquele conjunto de informações, facilitando a observação e a comparação dos diversos atributos e características resultantes deste estudo.

4.1 - Resultados do diagnóstico do perfil de extensionistas rurais

Nesta etapa foi aplicado o questionário apresentado no anexo A, respondido de forma espontânea, totalizando 112 questionários, dos quais resultaram efetivamente 100 respondentes, sendo 34 mulheres e 66 homens, considerando-se que 12 pessoas entre as 112 iniciais, ou omitiram a formação sobre a formação em nível de graduação ou declararam ser extensionistas com formação em nível médio, o que as exclui do perfil do público em análise. No grupo considerado de 100 pessoas, 40 pessoas responderam pela Rede Novaterbrasil e 60 pessoalmente ou via correio eletrônico, a partir de contatos telefônicos.

4.1.1 - Caracterização geral

Nesta seção serão organizados os resultados obtidos na pesquisa, na forma de tabelas e gráficos, além de algumas considerações acerca dos mesmos, que poderão se desenvolver com base em evidências quantitativas e/ou como resultados de impressões colhidas junto ao público.

Faixa etária

Neste item percebemos uma distribuição bastante homogênea nas faixas etárias estratificadas da amostragem realizada, entretanto percebe-se um menor número na faixa etária acima de 50 anos de idade, o que pode significar um menor interesse e/ou disponibilidade de profissionais nesta faixa etária, para participar de um processo de transição como o proposto nesta pesquisa (Tabela 1).

TABELA 01 - Distribuição de faixa etária dos(as) extensionistas entrevistados(as).

FAIXA ETÁRIA	Nº DE EXTENSIONISTAS
20-30 anos	26
31-40 anos	27
41-50 anos	29
51-60 anos	19
TOTAL	99

Obs: A soma total desta tabela foi de 99 pessoas em função da omissão da idade por uma pessoa.

Distribuição geográfica

Predominou na distribuição geográfica de origem dos respondentes a região sudeste, com 75 % da amostra (Tabela 2). Isto pode estar correlacionado com a distribuição do número de extensionistas existentes nas regiões representadas na pesquisa, pois, se considerarmos apenas esta região, segundo a Asbraer(2006), possui aproximadamente 20% dos quadros de extensionistas de entidades de Ater estatais brasileiras, mas também pode estar refletindo a interferência dos contatos pessoais do pesquisador nesta amostragem.

Neste aspecto também há que se considerar ser esta a região melhor dotada de meios de comunicação e de condições de participação em um processo como este, onde há maior concentração demográfica e facilidade de fluxo de informações, além de sediar a instituição protagonista desta pesquisa.

Por tratar-se de uma amostragem na qual a adesão foi espontânea, os fatores citados acima podem ter influenciado nos resultados obtidos, entretanto há que se considerar também, que estes dados expressam evidências de uma capilaridade representativa da própria Ater, considerando-se o alcance de 16 estados da federação, conforme demonstrado na tabela 02.

TABELA 02 -Distribuição geográfica dos(as) extensionistas entrevistados(as).

ESTADO / REGIÃO	Nº DE EXTENSIONISTAS
São Paulo	36
Minas Gerais	27
Rio de Janeiro	12
Espírito Santo	01
Região Sudeste	76
Paraná	05
Rio Grande do Sul	02
Santa Catarina	02
Sul	09
Mato Grosso do Sul	03
Distrito Federal	02
Goiás	01
Centro Oeste	06
Pernambuco	03
Rio Grande do Norte	02
Bahia	01
Ceará	01
Nordeste	07
Rondônia	01
Pará	01
Norte	02
TOTAL	100

Vínculo do público respondente por instituição/estado

Verificou-se a participação efetiva nesta pesquisa, de 100 extensionistas, vinculados a 33 diferentes instituições governamentais e não-governamentais de 16 estados brasileiros. (Tabela 03)

Tabela 03- Distribuição dos(as) entrevistados(as) por entidade em que atuam e por região.

REGIÃO / ENTIDADES DE VÍNCULO	N ° DE EXTENSIONISTAS ENTREVISTADOS
SUDESTE	76
CATI-SP	28
CEDRO -RJ	01
COPAMP-SP	01
CCRAESP -SP	01
ESALQ-USP-SP	01
INCAPER-ES	01
INCRA-RJ	01
INCRA-SP	01
Instituto Giramundo Mutuando -SP	01
UENF/UFRRJ	01
UFSCAR -SP	01
MST-SP	01
EMATER-MG	25
EMATER-RIO	07
ESTRUTURAR - RJ	02
SUL	09
CAPA-RS	01
CEAGRO/MST-PR	01
CESCAGE-PR	01
EMATER-PR	03
EMATER-RS	01
iPERETÊ-SC	01
UNEAGRO- SC	01
NORDESTE	07
COAPSERI-BA	01
EMATERCE-CE	01
EMATER-RN	02
IPA-PE	02
SERTA-PE	01
CENTRO-OESTE	06
AGRAER-MS	03
COOPervi-GO	01
EMATER-DF	01
EMBRAPA-DF	01
NORTE	02
EMATER-RO	01
LASAT-PA	01
TOTAL	100

Distribuição do público por tempo de atuação em Ater

Neste aspecto podemos verificar a predominância da participação de extensionistas em início de carreira, contando com 46 % de extensionistas com até 5 anos de atividade (Tabela 04), o que evidencia algum engajamento desta faixa para com a proposta de uma formação para transição agroecológica. Estes resultados possivelmente indicam o vigor trazido pela renovação de recursos humanos do sistema de extensão rural, resultado de ações concretas de políticas públicas para o processo de formação já em andamento, e que tem na Agroecologia o seu eixo orientador.

É animador também o registro das faixas intermediárias estarem com uma representação alta, pois somamos ainda 31% do público entre 5 e 20 anos de atividade diagnosticado nesta pesquisa, no que podemos inferir que este público que ainda terá um longo período de dedicação às atividades de Ater manifesta afinidade com a temática em questão.

Complementando, é fundamental observar que na faixa de atuação acima de 20 anos, a amostragem registra uma participação de 23%, o que nos leva a identificar ser este um público a ser considerado para efeitos de planejamento de ações de formação, tendo em vista que, possivelmente conta com elementos-chave na gestão das entidades de Ater, que por já estarem em estágios mais avançados da carreira, podem estar ocupando posições gerenciais, sendo, portanto, fundamentais no processo de transição agroecológica.

Tabela 04 - Distribuição do público por tempo de atuação em Ater.

TEMPO DE ATUAÇÃO EM ATER	Nº DE EXTENSIONISTAS
Até 5 anos	46
5-10 anos	13
10-15 anos	09
15-20 anos	09
20-25 anos	11
25-30 anos	05
Acima de 30 anos	07
TOTAL	100

Distribuição do público por curso de graduação

Esta é uma característica marcante na pesquisa, pois a formação em Engenharia Agrônoma predomina entre o público respondente (Tabela 05), o que indica a necessidade de construção de um programa que venha a contribuir no resgate desta formação em nível de graduação, em grande parte, ainda impregnada do paradigma difusionista. Estes dados evidenciam também uma participação considerável de profissionais da área de Medicina Veterinária(5%) e Zootecnia(4%), profissões que, neste aspecto paradigmático, seguem uma lógica similar à da agronomia, sobretudo ao considerarmos os aspectos metodológicos e conceituais de Ater ainda preconizados em alguns destes cursos nas IES em que são ministrados. Os outros cursos, que somados, representam 17% da amostragem, em geral, não contam em sua estrutura curricular com disciplinas que remetem à atividade extensionistas.

Tabela 05 – Distribuição do público por curso de graduação.

CURSO DE GRADUAÇÃO	Nº DE EXTENSIONISTAS
Engenharia Agrônômica	74
Medicina Veterinária	05
Pedagogia	04
Administração de Empresas	03
Comunicação Social	03
Ciências Biológicas	02
Economia Doméstica	02
Engenharia Florestal	02
Tecnologias Agrônômicas	01
TOTAL	100

Distribuição do público por Instituição de Ensino Superior de origem

Neste aspecto percebe-se facilmente a predominância de I.E.S. tradicionais dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, refletindo a presença diferenciada que tais instituições fazem na formação de extensionistas rurais na região sudeste, e também neste caso, pode estar refletindo a influência pessoal do pesquisador. (Tabela 06)

Tabela 06- Distribuição do público por I.E.S. de origem

I.E.S. DE ORIGEM	Nº DE EXTENSIONISTAS
UFRRJ	13
UFV-VIÇOSA-MG	13
USP /ESALQ	09
UFLA	09
UNESP /FCAVJ- JABOTICABAL-SP	06
UNESP /BOTUCATU-SP	05
UNIMONTES	03
PINHAL-SP	02
PUC-CAMPINAS-SP	02
ESACMA	02
UNIMAR-MARÍLIA-SP	02
UFRPE	02
UEMG-DIAMANTINA-MG	02
ESAPP	02
UNESP-ILHA SOLTEIRA-SP	01
PASSO FUNDO-RS	01
UFERSA-RN	01
UNEB /DTCS	01
UEM-PR (MARINGÁ)	01
FAMESF-BA	01
UCB- UNIV. CATÓLICA-DF	01
UNIVALE	01
UNESC-COLATINA-ES	01

UFPR	01
UFPEL-PELOTAS-RS	01
UNIV. DE BARRA MANSA-RJ	01
FEF	01
UDESC/CAV	01
ALFENAS-MG	01
UNIPAC-TO	01
UFRN-RN	01
FAC. DE ADM. DE CURVELO-MG	01
UEL-PR	01
FAC. DE ZOOTECNIA DE UBERABA	01
UEMS	01
UFG-GO	01
FACHA-RJ	01
CENTRO UNIV. VOTUPORANGA-SP	01
UFCG-CAMPINA GRANDE-PB	01
FATEA-SANTO ANDRÉ-SP	01
ESA PURPAN-TOULOUSE-FRANÇA	01
FACREI	01
TOTAL	100

Avaliação do público sobre a suficiência/adequação dos conteúdos da graduação para o exercício da atividade extensionista.

Neste aspecto predomina a opinião que os conteúdos não foram adequados/suficientes para o exercício da atividade extensionista (Figura 01), o que indica a necessidade real de construção de alternativas de formação.

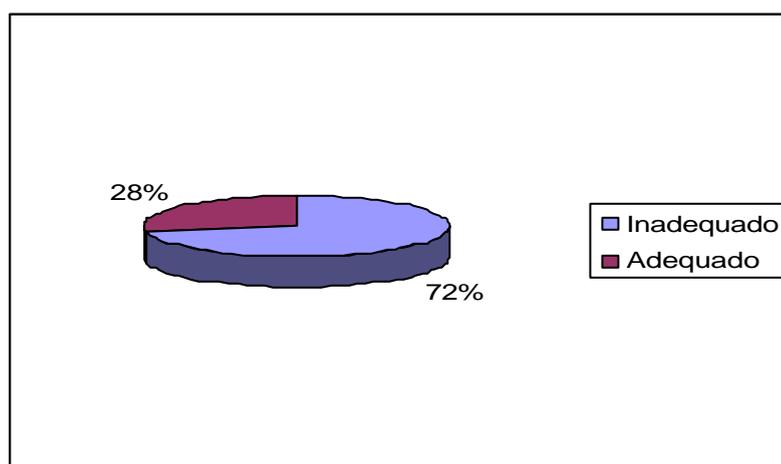


Figura 01 - Avaliação do público sobre a suficiência/adequação dos conteúdos da graduação para o exercício da atividade extensionista.

Avaliação do público sobre a importância do avanço dos conhecimentos através de um curso regular de pós-graduação para a ação extensionista.

As respostas a esta questão (Figura 02) evidenciam uma necessidade manifestada de forma quase unânime, indicando um caminho para se construir alternativas de formação em nível de pós-graduação para o público em questão, sobretudo ao considerarmos as rápidas e profundas mudanças pelas quais passa o setor primário da economia, no qual, para se trabalhar em bases agroecológicas demanda o permanente aperfeiçoamento profissional.

A complexidade de que se reveste esta formação extrapola o âmbito daquele setor, exigindo competências que devem ser renovadas permanentemente, principalmente no contexto em que atua a quase totalidade desta categoria profissional, caracterizada pelo isolamento e capilaridade dos escritórios municipais de Ater.

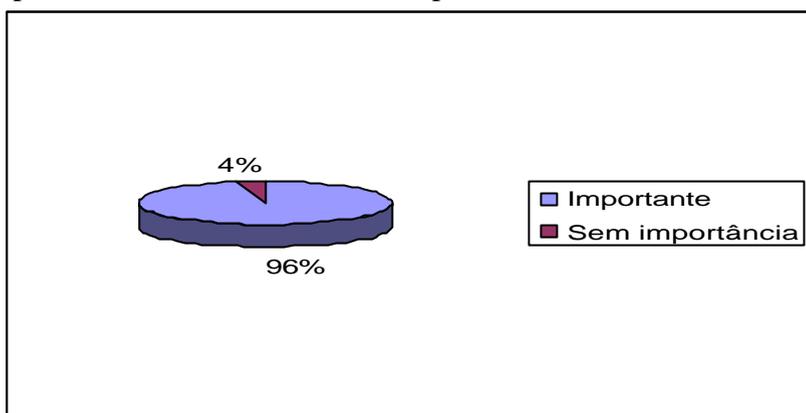


Figura 02 - Avaliação da importância da realização de curso regular de pós-graduação para a ação extensionista.

Levantamento sobre os cursos de mestrado realizados pelo público

Neste aspecto percebe-se que, embora haja um percentual de 25% dos extensionistas amostrados que já realizaram algum curso de mestrado (Figura 03), o interesse do grupo pela proposta em desenvolvimento permanece.

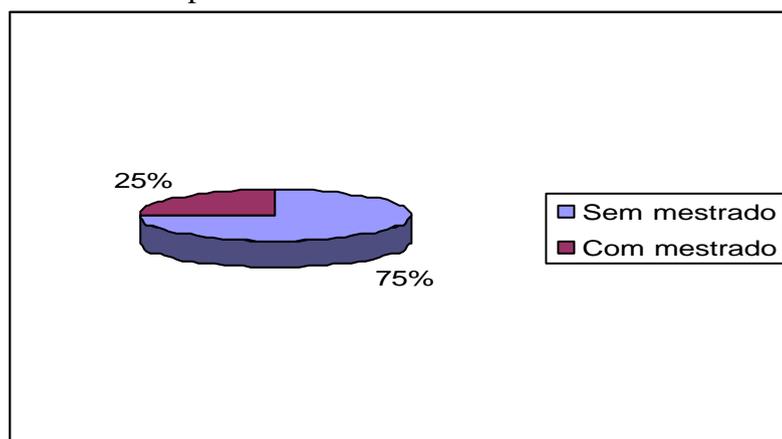


Figura 03 - Distribuição dos entrevistados em grupos que realizaram ou não realizaram cursos de mestrado.

Tabela 07- Distribuição dos cursos de mestrado realizados pelo grupo que respondeu “SIM” na questão anterior.

CURSO DE MESTRADO REALIZADO	Nº DE EXTENSIONISTAS
Agroecologia	02
Agricultura	01
Agroecossistemas	01
Bioquímica Vegetal - incompleto	01
Ciências Ambientais e Florestais	01
Ciência do Solo	01
Desenvolvimento Agrícola e Sociedade	01
Desenvolvimento Local	01
Engenharia Agrícola	01
Epidemiologia Aplicada	01
Fitotecnia	01
Gestão de Recursos Agroambientais	01
Horticultura	01
Manejo Florestal	01
Manejo Integrado de Fitonematóides	01
Medicina Veterinária	01
Planejamento e Desenv. Sustentável	01
Processamento de Alimentos	01
Recursos Florestais	01
Sist. Agrários e Desenv. Rural Sustentável	01
Zootecnia- em andamento	01
Não informados	05
TOTAL	27

Obs: Foram considerados 25 cursos , pois os cursos “em andamento” e “incompleto” não se enquadram no critério estabelecido.

Levantamento sobre o interesse em realizar um curso de mestrado

Neste item 29 % dos entrevistados não responderam e 56% manifestaram interesse em realizar um curso de mestrado.

Entre os 15% que responderam negativamente, 8% mudaram de opção e responderam “SIM”, ao serem indagadas sobre o interesse em realizar um curso de mestrado nos moldes desta proposta (Tabela 18), o que, a princípio pode representar alguma inconsistência. Por outro lado, também pode ser interpretado como uma manifestação diferenciada em função de características do curso proposto na última questão.

Tabela 08-Distribuição do público em grupos interessados ou não na realização de um curso de mestrado.

INTERESSE EM REALIZAR CURSO DE MESTRADO	Nº DE EXTENSIONISTAS
SIM	56
NÃO	15
NÃO RESPONDERAM	29
TOTAL	100

Levantamento sobre a área de interesse para a realização de um curso de mestrado

Neste item foram relacionadas preferências dos entrevistados, tendo sido registradas todas as opções manifestadas pelos respondentes (Tabela 09).

Foram redigidos os títulos tal qual as respostas, independentemente da existência dos mesmos, acatando-se assim a manifestação da intenção das pessoas entrevistadas.

Verifica-se uma preferência predominante por temas que convergem para uma matriz tecnológica sustentável, no caso de uma construção transdisciplinar, o que manifesta a afinidade do grupo com uma mudança paradigmática nos programas de formação em nível de pós-graduação.

Temas como agroecologia, desenvolvimento rural sustentável, agricultura orgânica, meio ambiente, sociologia rural, agricultura irrigada agroecológica, agricultura familiar, agricultura, sociedade e extensão, agroecossistemas, antropologia, área ambiental relacionada a recursos hídricos, comunicação rural, controle biológico, cooperativismo, desenvolvimento sustentável, educação no campo, energia renovável, dentre outros, compõe o que se espera de uma formação holística, almejada por uma parcela considerável de atores sociais preocupados com vias alternativas ao modelo hegemônico.

Nesta amostragem, registramos a ocorrência de mais de 50% dos temas com as características acima, o que representa uma tendência relevante no grupo estudado, e em contrapartida, podemos identificar pouco mais de 10% que pretendem dedicar-se ao estudo de temas relacionados à cadeia produtiva, como fruticultura, olericultura e etc, e os demais, pulverizam-se em temas diversos, como economia, biologia, botânica e etc.

Assim, temos um mosaico diversificado indicando a necessidade de construção de alternativas de formação que atendam à complexidade expressa neste estudo.

Tabela 09 - Distribuição de áreas de cursos de mestrado, segundo sugestões dos respondentes.

CURSO DE MESTRADO PRETENDIDO	Nº DE REPETIÇÕES
Agroecologia	22
Desenvolvimento Rural Sustentável	06
Extensão Rural	06
Agricultura Orgânica	04
Fitotecnia	04
Meio ambiente	04
Fitopatologia	03
Fruticultura	03
Economia	02
Entomologia	02
Sociologia Rural	02
Administração Rural	01
Agricultura Irrigada Agroecológica	01
Agricultura Familiar	01
Agricultura, Sociedade e Extensão	01
Agroecossistemas – CCA / UFSC	01
Antropologia	01
Apicultura	01
Área Ambiental relacionada a rec. hídricos	01
Biologia Animal	01
Comercialização	01
Comunicação Rural	01

Controle Biológico	01
Cooperativismo	01
Culturas	01
Cultura do Café	01
Desenvolvimento Sustentável	01
Educação no Campo	01
Energia Renovável	01
Epidemiologia Exper. e aplic. às zoonoses	01
Etnobotânica	01
Homeopatia Animal	01
Irrigação	01
Marketing	01
Manejo de Ambientes Florestais	01
Nutrição Humana	01
Olericultura	01
Organização Rural	01
Plantas Medicinais	01
Produção de Ruminantes (Leite)	01
Floricultura	01
Frutic. de Clima Subtropical / Temperado	01
Fruticultura Comercial	01
Gestão Ambiental	01
Industrialização da Produção	01
Relação dos Rec. Hídricos e Agric. Familiar	01
Segurança Alimentar	01
Sistemas Alternativos de Produção Animal	01
Solos	01
TOTAL DE TEMAS	51

Dificuldades para realização de um curso de mestrado

Indisponibilidade de tempo ou de liberação pelo empregador.

Nesta questão, além das respostas por escrito, também houve manifestações complementares que atribuem tal dificuldade ao fato dos cursos disponíveis, que em geral, funcionam sob regime de dedicação exclusiva, acarreta em um longo afastamento de profissionais do trabalho, dificultando desta forma na negociação com os gestores das entidades de Ater. Houve a omissão de 10 % dos entrevistados neste item(Tabela 10).

Tabela 10 - Distribuição do público em grupos que atribuem ou não a dificuldade para realização de um curso de mestrado à falta de tempo ou por impossibilidade de liberação por parte do empregador.

FALTA DE TEMPO COMO DIFICULDADE	Nº DE EXTENSIONISTAS
SIM	60
NÃO	30
NÃO RESPONDERAM	10
TOTAL	100

Dificuldades financeiras.

Neste aspecto 9 % dos entrevistados não responderam, o que não prejudica uma análise deste quadro. Esta condição é inerente ao segmento que atua em Ater, pois as condições salariais são insuficientes para o financiamento da formação continuada, havendo ainda uma agravante, pois os serviços de Ater pública estatal são vinculados aos governos estaduais, o que leva a grandes disparidades salariais, em função do grau de prioridade destes governos para as políticas públicas para o setor primário.

Em geral, o processo de capacitação profissional ocorre no âmbito das próprias entidades, em seus centros de treinamento, com recursos repassados, em geral, pelo MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário, ou na modalidade de ensino à distância, através do financiamento deste mesmo ministério, em parceria com outras instituições, como a REDCAPA/CPDA/UFRRJ, dentre outras iniciativas. Este processo de formação vem contribuindo sobremaneira na construção de uma transição paradigmática da Ater no Brasil, mas, considerando o quantitativo de extensionistas em atividade no país, ainda há muito que realizar neste campo.

Estes dados contribuem para a justificativa da necessidade de programas de formação em nível de pós-graduação para extensionistas rurais, que devem ser implementados em universidades públicas e gratuitas, nas quais os recursos federais para capacitação e implementação da PNATER- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural sejam alocados, valorizando o principal ativo das entidades de Ater, que é o seu potencial de recursos humanos.

Tabela 11 - Distribuição dos(as) entrevistados(as) em grupos que atribuem ou não a dificuldade para realização de um curso de mestrado à falta de condições financeiras.

ASPECTOS FINANCEIROS COMO DIFICULDADE	Nº DE EXTENSIONISTAS
SIM	64
NÃO	27
NÃO RESPONDERAM	09
TOTAL	100

Inexistência de uma universidade próxima

Neste aspecto 7 % dos(as) entrevistados(as) não responderam, 56% informou que a distância constitui fator limitante para a realização de um curso de mestrado e 37% informou que não (Tabela 12).

Podemos inferir que devido à distribuição geográfica da amostra, por se concentrar em 76 % na região sudeste, este fator não tenha um peso maior, considerando ser esta uma região privilegiada com a presença de diversas IES e menores distâncias entre estados e municípios.

Esta pesquisa possivelmente está representando esta realidade, o que nos leva a considerar que 56% seja um valor bastante alto, ao contextualizar a amostragem concentrada na região sudeste, o que pode estar refletindo o isolamento e a capilaridade das equipes extensionistas, mesmo em condições mais favoráveis no aspecto abordado.

Neste aspecto há que se considerar a possibilidade de interferência das questões familiares, pois a distância implica também em isolamento desta natureza, fator preponderante na decisão em participar de programas de formação em regime de dedicação exclusiva, como os que geralmente são oferecidos.

Concluindo, se o público extensionista avalia ser este um fator limitante na região sudeste, provavelmente na região norte, nordeste e nas demais a situação será muito mais grave. Este dado pode justificar a necessidade de construção de programas de pós-graduação que apliquem a pedagogia de alternância para a formação continuada de extensionistas rurais.

Tabela 12 - Distribuição do público em grupos que atribuem ou não a dificuldade para realização de um curso de mestrado à inexistência de uma universidade próxima.

DISTÂNCIA COMO DIFICULDADE	Nº DE EXTENSIONISTAS
SIM	56
NÃO	37
NÃO RESPONDERAM	7
TOTAL	100

Desinteresse nos cursos de mestrado disponíveis.

Neste aspecto 16 % dos(as) entrevistados(as) não responderam, 15% informaram o desinteresse nos cursos disponíveis e 69% não atribuem a esta causa dificuldade para realização de um curso de mestrado.

Verificou-se na tabela 09 que este grupo tem interesse em 51 temas diferentes para a realização de um curso de mestrado (Tabela 09), e a figura 03 informa que 25% de extensionistas rurais desta amostragem já havia realizado cursos neste nível (Figura 03).

Assim, com base nesta amostragem, podemos inferir que a motivação para a formação continuada é presente neste segmento, justificando desta forma a oferta de alternativas dirigidas a este público.

Tabela 13 - Distribuição do público em grupos que atribuem ou não dificuldade para realização de um curso de mestrado ao desinteresse nos cursos de mestrado disponíveis.

DESINTERESSE NOS CURSOS DISPONÍVEIS	Nº DE EXTENSIONISTAS
SIM	15
NÃO	69
NÃO RESPONDERAM	16
TOTAL	100

Falta de informação sobre os cursos disponíveis.

Neste aspecto 11 % dos(as) entrevistados(as) não responderam, 31% atribuíram esta dificuldade à falta de informação sobre os cursos e 58% não atribuíram. Percebe-se uma tendência de que o fator limitante realmente não seja falta de informação sobre os programas, sobretudo pela facilidade para se constatar este fato, bastando acessar os recursos de divulgação utilizados pelas IES, principalmente pela WEB, com riqueza de detalhes, facilidades para inscrição e contatos.

Tabela 14 - Distribuição dos(as) entrevistados(as) em grupos que atribuem ou não a dificuldade para realização de um curso de mestrado a falta de informação sobre os mesmos.

FALTA DE INFORMAÇÃO COMO DIFICULDADE	Nº DE EXTENSIONISTAS
SIM	31
NÃO	58
NÃO RESPONDERAM	16
TOTAL	100

Conhecimentos gerais na área da agroecologia

Os resultados obtidos nesta questão podem estar refletindo o esforço que tem sido feito no sentido da divulgação dos princípios e aplicação da agroecologia em diversos níveis, tanto na esfera governamental quanto não-governamental.

A apropriação crescente destes princípios por parte de diversos segmentos, pode ser resultante de políticas públicas implementadas nos últimos anos, como a Pnater, coordenada pelo MDA, além de programas setoriais conduzidos no âmbito de outros ministérios.

Por outro lado, os segmentos que atuam no setor primário vem sendo pressionados pela sociedade, no sentido de dar respostas às grandes questões que se apresentam, como as relacionadas à mudança climática, à saúde humana e ao meio ambiente de um modo geral, questões estas frequentemente relacionadas aos estilos de agricultura praticados pela humanidade. O que acredita-se estar favorecendo o nível de domínio deste tema por parte do público participante desta pesquisa, no qual 77% avalia-se entre médio e plenamente satisfatório (Tabela 15).

Tabela 15 - Distribuição dos(as) entrevistados(as) em grupos conforme auto-avaliação acerca dos conhecimentos gerais na área de agroecologia.

CONHECIMENTOS EM AGROECOLOGIA	Nº DE EXTENSIONISTAS
NENHUM	0
POUCO	23
MÉDIO	35
SATISFATÓRIO	36
PLENAMENTE SATISFATÓRIO	6
TOTAL	100

Conhecimentos gerais na área da educação

Neste aspecto 2 % dos(as) entrevistados(as) não responderam, e 73% se avalia como detentores de conhecimentos entre médio e plenamente satisfatório em educação (Tabela 16).

Será um ganho considerável se este conhecimento em educação se configurar em bases dialógicas, no sentido da construção participativa do conhecimento, como é desejável para o estabelecimento e consolidação de uma transição paradigmática na extensão rural, e portanto cabe um aprofundamento das indicações destes dados.

Tabela 16 - Distribuição dos(as) entrevistados(as) em grupos que informam o nível de conhecimentos gerais na área de educação.

CONHECIMENTOS EM EDUCAÇÃO	Nº DE EXTENSIONISTAS
NENHUM CONHECIMENTO	2
POUCO	23
MÉDIO	38
SATISFATÓRIO	28
PLENAMENTE SATISFATÓRIO	7
NÃO RESPONDERAM	2
Total	100

Conhecimentos gerais na área da comunicação

Neste aspecto apenas 1 % dos(as) entrevistados(as) não responderam, e chama atenção o fato de que 66% informam ter um nível de conhecimentos gerais na área de comunicação entre médio e plenamente satisfatório.

Cabe investigar mais a fundo a representação que fundamenta estes dados, considerando-se que, em geral, a comunicação tem sido tratada no contexto denominado de comunicação rural, de forma meramente instrumental e oposta a que ocorre em bases freirianas, em um ambiente de reciprocidade, onde não existem sujeitos passivos.

Segundo FREIRE (2002), a comunicação se reveste de significados que muitas vezes não são adotados na ação extensionista, e que define assim:

“(...)o diálogo problematizador, entre as várias razões que o fazem indispensável, tenha esta mais: a de diminuir a distância entre a expressão significativa do técnico e a percepção pelos camponeses em torno do significado. Deste modo, o significado passa a ter a mesma significação para ambos. E isto se dá na comunicação e intercomunicação dos sujeitos pensantes a propósito do pensado, e nunca através da *extensão* do pensado de um sujeito até outro.”

Tabela 17 - Distribuição dos(as) entrevistados(as) quanto ao nível de conhecimentos gerais na área de comunicação.

CONHECIMENTOS EM COMUNICAÇÃO	Nº DE EXTENSIONISTAS
NENHUM CONHECIMENTO	1
POUCO	32
MÉDIO	35
SATISFATÓRIO	27
PLENAMENTE SATISFATÓRIO	4
NÃO RESPONDEU	1
TOTAL	100

Conhecimento acerca da pedagogia da alternância

Neste item há um equilíbrio entre os grupos, possivelmente em decorrência da divulgação desta pedagogia no ambiente em que se discute agroecologia. A própria PNATER tem preconizado a sua adoção, e diversas políticas públicas vem incentivando a implementação de programas de educação com este referencial.

Por outro lado não há registro, dentre os programas estudados nesta pesquisa, de cursos de pós-graduação que a adotem, com exceção do PPGA/UFRRJ, o que pode indicar ser este um caminho promissor para o desenvolvimento de programas em diversas outras áreas do conhecimento, tendo em vista os excelentes resultados alcançados por este programa, que, de forma pioneira assume um papel de inclusão de um público alijado de outras oportunidades de formação continuada, como os quadros docentes de EAF's e CEFET's agrícolas de todas as regiões do país.

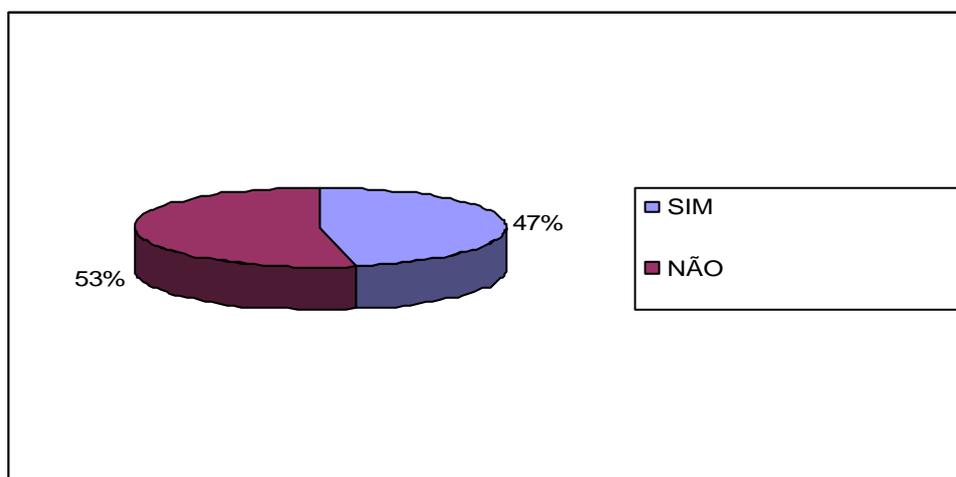


Figura 04 - Distribuição dos entrevistados quanto ao seu conhecimento sobre a pedagogia da alternância.

Interesse em participar de um curso de mestrado em extensão rural agroecológica pela pedagogia da alternância.

Nesta questão 3 % dos(as) entrevistados(as) não responderam, 84% responderam ter interesse e apenas 13% responderam não ter interesse em cursar um mestrado na modalidade proposta. Analisando os questionários respondidos, foi verificado que entre as pessoas que responderam "SIM", existem 9 pessoas que já haviam realizado curso de mestrado, conforme

registrado na figura 03, e 8 pessoas que anteriormente haviam manifestado desinteresse em cursar mestrado, conforme consta na tabela 08.

Estes dados podem indicar um grau elevado de atração por esta modalidade de formação, pois a adesão à proposta é quase 50% maior do que os 56% que inicialmente informaram ter interesse em cursar mestrado, conforme dados da tabela 08. Esta diferença possivelmente decorre do fato das respostas anteriores terem sido baseadas na modalidade convencional de cursos de mestrado, nos quais há exigência de dedicação exclusiva, que é a modalidade predominante.

Quando nesta questão o enunciado explicitou em detalhes a proposta, e o público respondente se deparou com uma série de informações novas para 53% daquelas pessoas, que não tinham conhecimento da pedagogia da alternância (Figura 03), parece ter ocorrido um reposicionamento em relação à mesma questão para a qual as respostas haviam sido contrárias.

De fato, percebemos que, em contatos pessoais, quando levamos estas informações acerca da pedagogia da alternância, é comum haver surpresa sobre tal possibilidade de formação, e mesmo quando se interage com públicos conhecedores desta pedagogia, é comum o desconhecimento das possibilidades de formação em nível de pós-graduação nela baseadas.

É possível perceber também muitos equívocos na compreensão da estrutura de formação construída com base nesta pedagogia, freqüentemente confundida com o ensino à distância, e em muitos casos injustamente estigmatizada como uma formação inadequada e inconsistente.

Tabela 18 - Distribuição dos(as) entrevistados(as) quanto ao interesse em mestrado pela pedagogia da alternância.

INTERESSE EM CURSAR MESTRADO PELA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA	Nº DE EXTENSIONISTAS
SIM	84
NÃO	13
NÃO RESPONDERAM	3
TOTAL	100

4.2 - Levantamento dos cursos de pós-graduação em agroecologia, extensão rural e temas correlatos.

Neste campo foram reunidas informações referentes a 14 cursos de pós-graduação autorizados pela CAPES, a partir de dados disponibilizados pelo Portal daquela Coordenadoria, considerando-se a última avaliação trienal em 2007 (Tabela 18).

Os cursos abaixo relacionados foram selecionados em função de características explicitadas em seus programas, propostas, ementários de disciplinas oferecidas, informações contidas em documentos de páginas hospedadas na WEB, informações colhidas no meio acadêmico diretamente, levando-se em conta sobretudo aspectos da formação em agroecologia, extensão rural, educação e demais temas correlacionados.

Para esta análise serão considerados as propostas e atributos dos cursos em questão, conforme a última avaliação trienal da Capes, com o objetivo de verificar características que possam subsidiar a elaboração de uma nova proposta.

Assim, analisando-se os textos originais e tecendo-se considerações acerca dos mesmos, no sentido de convergir para uma composição que atenda aos preceitos de uma nova

área de concentração que trate do tema Extensão Rural Agroecológica no ⁵PPGEA- Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ, ou até mesmo que subsidie a criação de um novo programa.

Vale ressaltar que nos dados abaixo, verifica-se a ausência de um padrão, como o número de créditos, horas de aula, número de áreas de concentração e linhas de pesquisa, o que evidencia uma relativa flexibilidade na formatação destes cursos, nestes aspectos relacionados.

Optou-se por considerar os valores médios, que resultaram em 412,86 horas de aula e 27,52 créditos exigidos para titulação, tendo em vista a ocorrência de valores extremos, que variaram de 240 a 960 horas de aula, e de 16 a 64 créditos.

Foi possível verificar também, que para efeitos de totalização dos créditos e horas/aula para titulação, alguns programas consideram o tempo para elaboração de dissertação, teses e realização de estágios, enquanto outros, somente contabilizam a carga horária efetiva das disciplinas cursadas.

Da mesma forma, os programas não apresentam padrão no que concerne ao número de áreas de concentração, linhas de pesquisa e carga horária (Tabelas 19 a 24), dificultando também nestes aspectos, uma comparação entre eles, conforme demonstraremos inicialmente nas tabelas abaixo, e em seguida, na seção 4.2.1, quando abordaremos de forma descritiva os aspectos mais relevantes dos mesmos, discutindo oportunamente seus atributos, bem como tecendo considerações sobre as possibilidades de contribuições para a presente proposta.

⁵ O PPGEA - Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ é um curso de mestrado com foco na formação de docentes do ensino médio profissionalizante dos CEFET's agrícolas e EAF's, cujo corpo docente é constituído por professores daquelas unidades de ensino, responsáveis por disciplinas técnicas e propedêuticas. Esta proposta poderá contemplar a inserção transversal da temática Extensão Rural Agroecológica ou equivalente na formação daqueles mestrados, considerando a necessidade de se adequar conceitualmente os conteúdos a serem trabalhados na formação em nível médio profissional agrícola. A apropriação de tais conceitos por estes docentes é de fundamental importância na formação dos futuros profissionais de nível médio, sobretudo dos que atuarão em Assistência Técnica e Extensão Rural, que poderão ser atores determinantes para a transição agroecológica ora em curso.

Tabela 19 - Caracterização geral dos cursos de pós-graduação estudados .

CURSO	GRANDE ÁREA	ÁREA	IES	NÍVEIS	CONCEITO	CRIAÇÃO	VAGAS/ANO
AFDS *	Ciências Agrárias	Agronomia	UFPA	M	4	1996	15
Agroecologia	Ciências Agrárias	Agronomia	UEMA	M	3	1996	NI
ADR**	Ciências Agrárias	Agronomia	UFSCAR	M	4	2006	NI
Agroecossistemas	Ciências Agrárias	Agronomia	UFS	M	3	2004	25
Agroecossistemas	Ciências Agrárias	Agronomia	UFSC	M	3	1995	30
ASA***	Ciências Agrárias	Agronomia	UFAM	M/D	4	1995	NI
Ciências Agrárias	Ciências Agrárias	Agronomia	UFMG	M	3	2006	08
Desenv. Rural	Outras	Multidisciplinar	UFRGS	M/D	5	1999/2003	20
Educ. Agrícola	Ciências Humanas	Educação	UFRRJ	M	3	2003	70
Extensão Rural	Ciências Agrárias	Agronomia	UFSM	M/D	4	1975	15
Extensão Rural	Ciências Agrárias	Agronomia	UFV	M	4	1968	NI
ERDL ****	Ciências Agrárias	Agronomia	UFRPE	M	3	2003	15
Fitotecnia	Ciências Agrárias	Agronomia	UFRRJ	M/D	5	1969/1997	NI
SPAF*****	Ciências Agrárias	Agronomia	UFPEL	M/D	4	2006/2006	19

Fonte: CAPES (2008)

*Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável** Agroecologia e Desenvolvimento Rural*** Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia****Extensão Rural e Desenvolvimento Local*****Sistemas de Produção Agrícola Familiar.

NI- Não informado M - Mestrado D- Doutorado M/D- Mestrado e Doutorado

Tabela 20 - Caracterização dos cursos de pós-graduação estudados por área de concentração e linhas de pesquisa.

NOME DO CURSO	AREAS DE CONCENTRAÇÃO	LINHAS DE PESQUISA
AFDS * (UFPA)	1-Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.	1-Desenvolvimento local e gestão territorial. 2-Interface entre saberes e desenvolvimento da Agricultura Familiar. 3-Transição Agroecológica na Amazônia.
Agroecologia (UEMA)	1-Agroecologia	1-Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. 2-Ecologia de Insetos, Fitopatógenos e Ervas Espontâneas em Agroecossistemas. 3-Ecossistemas e Agroecossistemas Tropicais. 4-Sistemas de Produção Agroecológicos.
ADR** (UFSCAR)	1-Agroecologia e Desenvolvimento Rural	1- Controle biológico. 2- Diversidade de Microorganismos Endofíticos e sua Aplicabilidade em Agroecossistemas. 3- Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas e Gestão Ambiental. 4- Multifuncionalidade da Agricultura e Desenvolvimento Rural. 5- Sistemas de Produção Agroecológicos.

Fonte: CAPES (2008)

*Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável ** Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Tabela 20 - Caracterização dos cursos de pós-graduação estudados por área de concentração e linhas de pesquisa.(Continuação)

NOME DO CURSO	ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO	LINHAS DE PESQUISA
Agroecossistemas (UFS)	1-Sustentabilidade e ecossistemas .	1- Agricultura, Meio ambiente e Sustentabilidade. 2- Manejo e Recuperação de Agroecossistemas. 3- Sistemas de Produção Sustentáveis.
Agroecossistemas (UFSC)	1- Agroecologia e Desenvolvimento Rural. 2-Sistemas Produtivos e Desempenho Sócio Ambiental.	1-Avaliação do desempenho ambiental. 2-Processos produtivos em agroecossistemas 3-Recursos naturais, conservação e manejo ambiental.
ASA *** (UFAM)	1- Agroecologia	1- Biologia de Insetos e Manejo Integrado de Pragas. 2- Biotecnologia e Melhoramento Genético. 3- Ecologia e Recursos Aquáticos. 4- Estudos socioeconômicos. 5- Manejo e propriedades de solos tropicais.
Ciências Agrárias (UFMG)	1-Agroecologia	1- Manejo ecológico da produção agrícola. 2- Uso, manejo e conservação da biodiversidade em ecossistemas naturais e agrícolas.

Fonte: CAPES (2008)

*** Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia

Tabela 20 - Caracterização dos cursos de pós-graduação estudados por área de concentração e linhas de pesquisa.(Continuação).

NOME DO CURSO	AREAS DE CONCENTRAÇÃO	LINHAS DE PESQUISA
Desenvolvimento Rural (UFRGS)	1- Desenvolvimento Rural	1- Dinâmicas Socioambientais do Espaço Rural. 2- Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural. 3-Mediações Político-Culturais, Estruturas Produtivas e Formas Sociais do Mundo Rural.
Educação Agrícola (UFRRJ)	1- Educação Agrícola	1- Formação Docente e Políticas para a Educação Agrícola. 2- Metodologia do Ensino e da Pesquisa para a Educação Agrícola.
Extensão Rural (UFSM)	1- Extensão Rural e Desenvolvimento.	1- Dinâmicas Econômicas e Sustentabilidade na Agricultura. 2- Dinâmicas Sócio-Ambientais e Estratégias de Desenvolvimento Rural. 3- Processos de Inovação Sócio-Tecnológica e Ação Extensionista.
Extensão Rural (UFV)	1- Cultura, Processos Sociais e Conhecimento. 2-Instituições Sociais e Desenvolvimento.	1- Construção de Saberes: Conhecimento Local e Ciência. 2- Identidades e Representações Coletivas. 1- Governança de Recursos Comuns e Desenv. Sustentável. 2- Redes Sociais e Processos de Comunicação.

Fonte: CAPES (2008)

Tabela 20 - Caracterização dos cursos de pós-graduação estudados por área de concentração e linhas de pesquisa.(Continuação).

NOME DO CURSO	ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO	LINHAS DE PESQUISA
ERDL **** (UFRPE)	1- Extensão Rural e Desenvolvimento Local.	1- Extensão Rural para o Desenvolvimento Local. 2- Políticas e Estratégias de Comunicação.
FITOTECNIA (UFRRJ)	1- Agroecologia 2- Fisiologia da produção 3- Fitossanitarismo 4- Produção vegetal	1- Práticas Agroecológicas. 2- Sistemas Biológicos de Fixação de N ₂ . 1- Biologia Molecular. 2- Ecofisiologia. 3- Fisiologia da Pós-Colheita. 4- Nutrição Mineral de Plantas. 1- Etiologia, Epidemiologia e Controle de Fitopatógenos. 2- Manejo Integrado de Insetos. 1- Fisiologia, Análise e Produção de Sementes. 2- Manejo e Produção de Culturas de Importância Econômica. 3- Melhoramento Vegetal.
SPAF ***** (UFPEL)	<Sem Área de Concentração>	1- Ambiente Físico e Dinâmica de Agroecossistemas. 2- Desenvolvimento Rural Sustentável. 3- Processos Biológicos nos Sistemas de Produção Agrícola.

Fonte: CAPES (2008) ****Extensão Rural e Desenvolvimento Local*****Sistemas de Produção Agrícola Familiar

Tabela 21 - Caracterização dos cursos de pós-graduação conforme as cargas horárias e o número de créditos exigidos para titulação.

NOME DO CURSO	CARGA HORÁRIA EXIGIDA	Nº DE CRÉDITOS
AFDS * (UFPA)	450 horas	30
Agroecologia (UEMA)	540 horas	36
ADR** (UFSCAR)	540 horas	36
Agroecossistemas (UFS)	420 horas	28
Agroecossistemas (UFSC)	450 horas	30
ASA***(UFAM)	960 horas	64
Ciências Agrárias (UFMG)	270 horas	18
Desenvolvimento Rural(UFRGS)	360 horas	24
Educação Agrícola (UFRRJ)	360 horas	24
Extensão Rural (UFSM)	375 horas	25
Extensão Rural (UFV)	360 horas	24
ERDL **** (UFRPE)	240 horas	16
Fitotecnia (UFRRJ)	315 horas	21
SPAF***** (UFPEL)	360 horas	24
MÉDIA	412,86 HORAS	27,52

Fonte: CAPES (2008)

*Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável** Agroecologia e Desenvolvimento Rural*** Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia****Extensão Rural e Desenvolvimento Local*****Sistemas de Produção Agrícola Familiar

4.2.1 - Detalhamento dos cursos de pós-graduação em agroecologia, extensão rural e temas correlatos:

Nesta seção serão discutidos aspectos relevantes dos cursos ora estudados, no sentido da construção de uma proposta promissora que contribua para a transição paradigmática da extensão rural.

Vale destacar as interações interinstitucionais que tem contribuído nesta construção, como verificamos a freqüência com que ocorrem parcerias com diversos centros de pesquisa da Embrapa de norte a sul do país, que envolvem 8 entre os 14 cursos estudados, dentre os quais registramos a participação da Embrapa Agrobiologia, da Embrapa Amazônia Ocidental, da Embrapa Amazônia Oriental, da Embrapa Clima Temperado, da Embrapa Meio Ambiente, da Embrapa Tabuleiros Costeiros e da Embrapa Meio-Norte.

Neste contexto também registramos parcerias dos programas e cursos ora estudados, com o INPA- Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, com algumas OEPAS- Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária, com entidades de ATER- Assistência Técnica e Extensão Rural, e de organizações internacionais, como a UNIRCOOP- Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo, da FAUBA- Faculdade de Agronomia da Universidade de Buenos Aires, do INTA- Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária, ambos da Argentina e da Escola Nacional de Formação Agrônômica de Toulouse, conforme poderão ser identificadas nas propostas dos cursos apresentadas a seguir.

Percebe-se nas propostas uma grande preocupação com a inserção social, com o desenvolvimento, em alguns casos, de ações junto às comunidades, de forma a contextualizar o aprendizado e oportunizar maior vivência e integração dos discentes no entorno das instituições e até mesmo em intercâmbios com outras regiões.

No caso do PPGEA/UFRRJ em especial, que se baseia na pedagogia da alternância, este intercâmbio ocorre pela própria estrutura do curso, pois as turmas são formadas com alunos de diversos estados e regiões do país, integrando os docentes que atuam nas EAF's e CEFET's agrícolas, que ao serem selecionados, passam a conviver com uma grande diversidade de contextos diferentes de sua origem e, quando ocorrem os estágios profissionais e pedagógicos, é muito comum ocorrer que os contatos realizados no decorrer das semanas de formação se concretizam em um intercâmbio enriquecedor.

Um outro aspecto relevante é a freqüência em que ocorre uma maior interação dos programas de pós-graduação com as dinâmicas da graduação nas universidades em que se desenvolvem, e até casos em que estes programas beneficiam até mesmo o ensino de nível técnico profissional, contribuindo com a formação dos alunos em vários níveis.

Foi possível destacar na análise documental alguns programas e cursos que implementam intervenções que contemplam maiores oportunidades de vivência de campo, como no caso do curso de mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, da UFPA, que defende que esta postura, conforme consta na proposta disponível na última avaliação trienal da CAPES, “permite um olhar diferenciado sobre a pertinência dos debates teóricos, assim como o interesse e as modalidades dos enfoques interdisciplinares. Esta vivência é organizada de modo que permita relativizar a familiaridade com o objeto, com o intuito de captar vivências e experiências particulares”.

Vale destacar que esta etapa da pesquisa não pretende alcançar possíveis características subjetivas, considerando que não serão adotadas técnicas de coleta de informações com este grau de aprofundamento, como entrevistas com atores envolvidos e análises de discursos, limitando-se a avaliar as propostas na forma como estão disponíveis nos documentos analisados.

Curso: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

UFPA - Universidade Federal do Pará

A proposta deste curso se insere no Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas da UFPA, desenvolvido em parceria com a Embrapa Amazônia Oriental, e objetiva formar professores, pesquisadores e profissionais de nível superior que atuam na área da agricultura familiar:

“(...)na elaboração de políticas públicas voltadas para o meio rural, no apoio e consolidação da educação do campo e/ou na implementação de ações de pesquisa, ou pesquisa-desenvolvimento, e/ou desenvolvimento voltados para a agricultura familiar. Dentre as preocupações básicas do Programa destacam-se a formação de recursos humanos capazes de atuar em estreita colaboração com as diferentes formas de organização da produção familiar, tanto no que diz respeito a mudanças técnico-econômicas dos sistemas produtivos, quanto à melhoria da gestão dos recursos naturais e das políticas públicas, na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável (...)” (CAPES, 2008)

Considerando-se as especificidades daquele bioma, este curso trabalha contextualizando as abordagens da agroecologia, como podemos correlacionar com Altieri (2000), que aprofunda seus estudos sobre as dimensões multifuncionais da agricultura ecológica na América Latina, e que muito contribui para compreender a realidade em que se desenvolve este programa:

“(...) A prática da interdisciplinaridade para o desenvolvimento rural procura, em uma primeira etapa, se apoiar em vertentes disciplinares que se constituem como fronteira entre as disciplinas clássicas ou em disciplinas ou práticas científicas integradoras, permitindo uma leitura e compreensão das dinâmicas agrárias locais, integrando fatores biofísicos e ecológicos, lógicas de desenvolvimento técnico e condicionantes sociais e econômicos regionais. (...) O Curso introduz reflexões sobre os fatores do meio biofísico e da ecologia com enfoque na agroecologia, visando a elaboração de conhecimento dos mecanismos ecológicos utilizados pelos agricultores em suas práticas cotidianas.(...)” (CAPES, 2008)

Pela construção do projeto pedagógico, esta proposta também se alinha com Simon (2007) e Caporal (2003), pois incorpora a dialogicidade, a participação autônoma, considera as questões ecossociais e a busca de estilos de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis, compreendendo a agricultura como um processo complexo e diversificado que ocorre em co-evolução entre as culturas e os ecossistemas.

“(...)Aspectos ligados ao desenvolvimento das técnicas, processo de inovação e divulgação, são trabalhados a partir de uma visão que incorpora as relações sociais em torno das discussões técnicas, as novas teorias da comunicação, questões de natureza institucional, propondo uma nova visão das práticas de extensão rural. Os condicionantes técnicos, econômicos e sociais da produção, que se manifestam no nível do estabelecimento, são integrados através de enfoque sistêmico, mais precisamente do conceito de produção dos sistemas agrários.

As estratégias de reprodução social das famílias, no contexto da produção social local, incluindo as estratégias econômicas (comercialização, crédito, associativismo), são trabalhadas na perspectiva de uma percepção integrada

pelas ciências sociais, através de um diálogo entre antropologia, elementos de sociologia rural e meso-economia.(...)” (CAPES,2008)

Esta proposta alinha-se a transdisciplinaridade preconizada por Sommerman (2006) e Nicolescu (2005), por combinar enfoques disciplinares e pedagógicos de forma que proporcione a construção do conhecimento sobre os principais temas que tratam da complexidade do meio rural e das condições para sua transformação, oportunizando assim o desenvolvimento de novas competências atitudinais, como resultado da vivência prática desenvolvida pelo programa.

“(...)Para subsidiar os debates teóricos em torno da realidade local, o curso conta com um trabalho de campo, voltado para a ação em prol do desenvolvimento, permitindo um conhecimento dos principais atores, de maneira a sentir como são colocadas as questões pertinentes aos problemas enfrentados pela Agricultura Familiar e como eles são resolvidos. Esta ida a campo permite dar suporte metodológico e analítico aos próprios objetivos de aprendizagem.

Junta-se a isso, o fato de que poucos cursos das ciências agrárias no Brasil dispõem de estágio no meio rural, prática esta observada amiúde nas universidades européias. A vivência de campo permite um olhar diferenciado sobre a pertinência dos debates teóricos, assim como o interesse e as modalidades dos enfoques interdisciplinares. Esta vivência é organizada de modo que permita relativizar a familiaridade com o objeto, com o intuito de captar vivências e experiências particulares.

Podemos, assim, listar os objetivos destes estágios como sendo: subsidiar a reconstrução do conhecimento teórico a partir da vivência da realidade do campo; facilitar a construção interdisciplinar das problemáticas a partir das questões levantadas no meio rural e levantar e sistematizar dados e informações, confrontando-os com diferentes versões e interpretações teóricas. O trabalho de campo permite verificar e aprimorar os conceitos sobre a agricultura familiar, estratégias de reprodução e sistemas de produção na prática e evitar que os discentes enfatizem a teorização destes temas sem desenvolver a capacidade de dar respostas concretas.

Em termos de modalidades pedagógicas, o curso é dividido em três momentos: o primeiro, voltado para a apreensão da complexidade do meio rural, num processo de aprendizagem repartido entre aulas teóricas que subsidiam um período de campo. O segundo tem como objetivo a elaboração do projeto individual de dissertação, com um reforço de disciplinas optativas escolhidas em coerência com o tema de dissertação, e com um reforço em termos de orientação científica do aluno por parte do corpo docente do curso. O terceiro momento é dedicado ao trabalho individual para elaboração e apresentação da dissertação. Toda esta dinâmica é reforçada pelo trabalho atento do colegiado, em reuniões em que se avalia e acompanha o desempenho de cada um dos discentes e do conjunto deles, propondo-se ajustes na condução pedagógica, nos casos em que isto se faz necessário.” (CAPES, 2008)

Curso: Agroecologia

UEMA - Universidade Estadual do Maranhão

Este programa também se caracteriza pela interação interinstitucional, e dentre outras instituições, desenvolve cooperação desde 2006 com a Embrapa Agrobiologia, da Embrapa Meio-Norte e da UFRRJ em dois projetos, sobretudo para alcançar resultados que atendam a próxima avaliação trienal da CAPES de 2007-2009.

Há um consenso entre Mattos et al. (2006), Gliessman(2000) e Altieri (2000) e o sentido da proposta deste programa, construído com base na abordagem interdisciplinar:

“(…)O Curso de Mestrado em Agroecologia busca a formação de profissionais que alcancem uma compreensão aprofundada sobre a estrutura, o funcionamento e o manejo dos agroecossistemas, integrando os fundamentos conceituais, os critérios e parâmetros da agroecologia, a partir de uma abordagem interdisciplinar. Define como seus objetivos, entre outros, o desenvolvimento de projetos e estudos que levem à compreensão dos problemas e minimizem os conflitos entre o produtivo e o ecológico, compatibilizando a economia e a ecologia no contexto do desenvolvimento sustentável.

Para o cumprimento destes objetivos o Curso pretende:

- ampliar, na região, o quadro de mediadores capazes de entender, investigar e promover o desenvolvimento territorial a partir da interação entre o conhecimento científico dos processos socioculturais, econômicos e ecológicos envolvidos no desenho e redesenho de sistemas agrícolas sustentáveis;
- aumentar a base de conhecimento sobre a natureza, o funcionamento e os indicadores de qualidade e de sustentabilidade dos agrossistemas do trópico úmido, para melhor aproveitar suas interações biológicas, os sinergismos de seus componentes e os saberes locais vinculados aos sistemas tradicionais;
- promover, em parceria com outros atores sociais locais e externos, um processo constante de análises e reflexões, gerando conceitos, conhecimentos, estratégias, metodologias e técnicas agroecológicas localmente apropriadas para apoiar processos de desenvolvimento do espaço rural na região de transição entre o trópico úmido e o semi-árido.

No planejamento estratégico do Programa estão incluídas como prioritárias as ações de investigação, formação e interação social e institucional para o desenvolvimento dos territórios rurais. Como trata de um campo científico novo, o Programa parte de um processo que se inicia nos fundamentos da transição agroecológica e busca evoluir para a consolidação de uma base de conhecimento capaz de oferecer alternativas para a instalação e manejo de agrossistemas tropicais sustentáveis, utilizando os princípios da Agroecologia.” (CAPES, 2008)

Ao propor o enfoque sistêmico, esta proposta alinha-se às idéias de Sommerman (2006) e Nicolescu (2005), no entanto não deixa claro se a interação com a realidade da agricultura familiar acontece efetivamente, ou se as práticas referenciadas são restritas ao ambiente institucional de pesquisa, como etapas experimentais dos projetos desenvolvidos, pois podemos perceber a intenção de ampliar este relacionamento com pesquisadores, agentes de desenvolvimento e comunidades de agricultores, mas não há relatos que demonstrem esta inserção já em processo:

“(…) Caberá ainda ao Programa estabelecer uma rede de intercâmbios regionais que permita o compartilhamento do conhecimento adquirido com pesquisadores, agentes de desenvolvimento e comunidades de agricultores, que a rigor deverão se constituir nas maiores beneficiárias dos resultados alcançados nos trabalhos de investigação do Programa.(…) Aspectos relacionados à interdisciplinaridade: Os Pesquisadores do Programa partem de um enfoque sistêmico para considerar o Agrossistema como sua Unidade de análise e de investigação, com o propósito de proporcionar as bases científicas de apoio ao processo de transição entre a agricultura tradicional e os modelos de agricultura sustentáveis.

Desta forma, a interdisciplinaridade do Programa se realiza por meio da convergência das seguintes áreas: estudos fundamentais sobre Ecossistemas e Agroecossistemas; características dos Sistemas de Produção Agroecológicos; Ecologia de Insetos e de Fitopatógenos e Ervas Espontâneas em Agroecossistemas e Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. Todas estas áreas estão focadas no objetivo de constituir a Agroecologia como um novo campo de conhecimento, capaz de formar um novo profissional mediador entre a ciência produzida em condições controladas e as necessidades prementes das famílias rurais.

Na prática a convergência destas áreas se manifesta principalmente na implantação e condução de vários Agrossistemas, desde os mais simples até os mais complexos, de onde alunos e professores extraem experiências e resultados para elaboração de dissertações e artigos.” (CAPES, 2008)

Curso: Agroecologia e Desenvolvimento Rural

UFSCAR- Universidade Federal de São Carlos

A proposta deste curso converge para o que preconiza a PNATER- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme contido no documento Brasil (2004), contemplando propostas de implementação da inter e multidisciplinaridade, alcançando a transdisciplinaridade, conforme preconizado por Sommerman (2006) e Nicolescu (2005), ao viabilizar que as práticas desenvolvidas no Campus sejam acessíveis às comunidades do entorno, sobretudo pela interação com setores da agricultura familiar:

“(…)O PPGADR é constituído por um proposta interinstitucional entre a Embrapa Meio Ambiente e o CCA/UFSCar através de um convênio (...)um programa de ensino e pesquisa interdisciplinar, pois a abordagem da agroecologia é feita fundamentalmente através do concurso de quatro ciências básicas: ecologia, agronomia, economia e sociologia; O PPGADR tem contado com a participação de alunos de várias regiões do país; As temáticas das dissertações de mestrado em desenvolvimento estão assentadas em pesquisas desenvolvidas em várias regiões do país; Tratamento pelo PPGADR das questões do desenvolvimento rural através do enfoque interdisciplinar, a partir das óticas social, ambiental e econômica.(…) o objetivo geral do Curso de Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural é integrar os diferentes saberes, competências, instrumentos teórico-metodológicos e práticos requeridos para a formação interdisciplinar e diferenciada de profissionais qualificados para contribuir no desenvolvimento e consolidação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltadas à temática da sustentabilidade dos agroecossistemas a

partir das inter-relações dos fatores ambientais e sócio-econômicos, característicos do enfoque agroecológico”. (CAPES, 2008)

Assim, a busca pela transdisciplinaridade se dá na interação com o setor produtivo, quando os trabalhos ali desenvolvidos tornam-se acessíveis à sociedade, oportunizando à comunidade acadêmica a vivência e ao setor produtivo o apropriação de conhecimentos importante à sua realidade:

“(…) desde 1997 o CCA possui uma área de três hectares, que vem sendo manejada segundo os princípios agroecológicos e que vem servindo de local para diversos experimentos e também de unidade demonstrativa para produtores que visitam o CCA. Nessa Área Agroecológica também instalou-se um pequeno engenho que produz, além de cana-de-açúcar, açúcar mascavo e rapadura orgânica. Essa área está em um local estrategicamente isolado de outras culturas da chamada agricultura convencional, para não receber nenhum tipo de contaminação de adubos químicos solúveis e agrotóxicos. Além disso, dispõe de um prédio adaptado para sediar o projeto "Integração produção-processamento de produtos orgânicos em pequenas propriedades".(CAPES,2008)

Esta proposta de formação reflete os pressupostos da Pnater, também defendidos por Alemany e Guzmán (2008) e diversos outros autores, no sentido do que se considera a formação para uma extensão rural alternativa.

“(…) Perfil do profissional a ser formado:

Atualmente, no mercado de trabalho, se observa uma crescente necessidade de profissionais com formação interdisciplinar para atuar em órgãos públicos, privados e do terceiro setor, em atividades relacionadas à sustentabilidade dos agroecossistemas, vista como resultante da ação conjunta dos fatores ambientais e sócio econômicos, que são a base para um desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o aluno formado pelo curso deverá ser aquele profissional capaz de integrar estes diferentes saberes e competências por meio da utilização de instrumentos teórico-metodológicos e práticos necessários a uma abordagem interdisciplinar baseada nos conceitos de Agroecologia.

Portanto, pretende-se formar profissionais:

1. Comprometidos com o entendimento e aplicação de conceitos e métodos adotados pela Agroecologia, enquanto dimensões fundamentais da agricultura sustentável;
2. Dotados de uma efetiva base científica e técnica para uma visão integrada e de natureza interdisciplinar na busca do desenvolvimento rural sustentável;
3. Capazes de produzir e difundir o conhecimento científico e o desenvolvimento de manejo agroecológico dos agroecossistemas, seja como pesquisadores, seja como docentes de nível superior;
4. Qualificados para consolidar e avançar os conhecimentos disponíveis, contribuindo diretamente em nível científico, e indiretamente, em níveis político, econômico, sociocultural e ambiental, para a implantação de sistemas agroecológicos de produção agrícola;
5. Habilitados para subsidiar a formulação e o planejamento de políticas públicas de desenvolvimento rural e de execução das mesmas, de modo a promover o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental, em várias instâncias territoriais, principalmente voltadas à agricultura de base familiar.” (CAPES, 2008)

Curso: Agroecossistemas

UFS- Universidade Federal de Sergipe

Este programa, também desenvolvido em parcerias interinstitucionais, com destaque para a parceria com a Embrapa Tabuleiros Costeiros, possui características avançadas para a formação de profissionais para uma extensão rural agroecológica, conforme recomenda a PNATER, BRASIL (2004).

“(…) O curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas do NEREN, com Área de Concentração em Sustentabilidade de Agroecossistemas, em nível de Mestrado Acadêmico, encontra-se implantado desde o I Semestre de 2004, com potencial de contribuição significativa no desenvolvimento científico e tecnológico no estudo de Agroecossistemas, do Estado de Sergipe, região Nordeste e no Brasil.

Considerando a qualificação dos recursos humanos disponíveis, a Infra-estrutura em laboratórios, a importância atual da temática, a localização estratégica da UFS no contexto da Região Nordeste, possibilita o treinamento de técnicos, têm como objetivos:

Geral:

- O Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas do Núcleo de Pós-Graduação e Estudos em Recursos Naturais tem por objetivo geral formar mestres em Agroecossistemas na Área de Concentração em Sustentabilidade de Agroecossistemas, que possam desenvolver atividades de forma sistêmica, assegurando uma prática adequada nas questões relacionadas com a produção em agroecossistemas.

“(…) Objetivos específicos:

Ampliar as opções de formação de recursos humanos, em nível de pós-graduação, para a melhor qualificação de profissionais no Estado de Sergipe e com abrangência na Região Nordeste;

Articular, gerar e/ou adaptar conhecimentos e tecnologias adequadas aos estudos de Agricultura sustentável e Gestão de Recursos Naturais, visando o desenvolvimento agrícola sustentável;

Formar profissionais(Mestres), que possam desenvolver atividades de forma sistêmica, assegurando uma prática adequada nas questões relacionadas com a produção em agroecossistemas;

Proporcionar treinamento qualificado a profissionais docentes e pesquisadores na área de Agroecossistemas, capacitando-os a identificar, equacionar, investigar e apontar soluções aos problemas da área que limitam as explorações agrícolas nos âmbitos local, regional e do País;

Contribuir na formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento científico e tecnológico do setor agrícola e da agroindústria, de forma a dar suporte ao desenvolvimento auto-sustentado, melhorando a qualidade de vida do trabalhador rural, com menor dano aos recursos naturais renováveis;

Qualificar profissionais capazes de articular ensino, pesquisa e extensão, e formar cidadãos através do exercício de princípios éticos;

Gerar, adaptar e difundir conhecimentos que possam resultar em aumento de produtividade na atividade agropecuária, aumentando a renda e satisfação de produtores e técnicos;

Formar profissionais em cuja atuação a qualidade do ambiente seja considerada, bem como seu papel social;

Buscar a formação e desenvolvimento da pessoa humana através da harmonização entre suas características sócio culturais com a dimensão técnico-científica.(...)” (CAPES,2008)

Percebe-se uma preocupação com o que preconizam Sommerman (2006) e Nicolescu (2005), em relação à interdisciplinaridade:

“(...) Promover a participação do corpo discente, procurando conscientizá-lo de seu papel à estrutura e funcionalidade do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, bem como no estabelecimento de sua relação com a sociedade;

Buscar a harmonização e ligação entre disciplinas através da apresentação e discussão do conteúdo das disciplinas em reuniões do Colegiado de Curso, bem como a relação das disciplinas com as demais atividades curriculares, considerando a realidade, o trabalho a ser desenvolvido e a função social da Universidade Pública;

Aumentar a inserção regional e nacional da Universidade Federal de Sergipe através do quadro docente e discentes do Programa proposto e de tecnologias geradas ou adaptadas à produção e preservação do ambiente, bem como à formação humanística e técnica, através do exercício de cidadania e de princípios éticos;

Melhorar a qualidade do ensino em Cursos de Graduação, especialmente àqueles das Ciências Agrárias do Departamento de Engenharia Agrônômica-DEA, através do envolvimento de Mestrandos em atividades com Graduandos para que estes tenham participação efetiva em atividades de pesquisa, extensão e ensino como bolsistas ou voluntários, auxiliando na sua formação humanística e técnica e motivação para melhor desempenho nos seus Cursos de Graduação;

Melhorar a qualidade do ensino e pesquisa em Cursos de Pós-Graduação especialmente àqueles da UFS, através do envolvimento de Mestrandos de outros Cursos e Núcleos, promovendo a integração, visando avanços significativos nos estudos de enfoque sistêmico, através da oferta de disciplinas e orientação, auxiliando nas atividades de ensino, pesquisa e extensão para melhor desempenho nos seus Cursos de Pós-Graduação.” (CAPES, 2008)

Curso: Agroecossistemas

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

Esta proposta apresenta as credenciais de uma realidade característica de uma região onde a agricultura familiar se faz representar de forma organizada e as instituições encontram-se estruturadas, incorporando parceiros fundamentais como a EPAGRI, alinhando-se às reflexões de Alemany e Guzmán (2008), que preconiza uma Ater alternativa, da mesma forma que se busca construir com a Pnater:

“(...) Os objetivos do Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas (PGA) são: a investigação, a compreensão e a intervenção transformadora de relações presentes no espaço rural, promovendo o desenvolvimento da inteligência voltada para o geral, mas também garantindo a competência em interpretar, construir e relacionar especificidades do conhecimento necessário à construção de um saber pertinente a uma determinada realidade.

VISÃO GERAL

A visão geral do curso é formar um Mestre com visão interdisciplinar dos processos que ocorrem no meio rural, atinentes ao desenvolvimento rural, e onde o agrário e o agrícola são componentes relevantes, mas não exclusivos. Nesse sentido, especial atenção é dada aos homens e mulheres do campo, que trabalham na Agricultura e que manejam os diversos agroecossistemas no cotidiano.

A interdisciplinaridade tem sido uma busca constante do curso, criado a partir de demandas concretas de professores do Centro de Ciências Agrárias, dos técnicos e pesquisadores da EPAGRI e mesmo de produtores, que não viam mais respostas dentro do modelo convencional agrícola e de Agricultura e de abordagens disciplinares.

Os estudos do meio rural, especialmente das relações que aí acontecem, são compreendidos a partir de uma abordagem de seus vários componentes e atores, sejam estes físicos, biológicos ou sociais.

A interdisciplinaridade que buscamos é no estudo dos agroecossistemas. Embora haja uma bem vinda participação de discentes e docentes de fora das Ciências Agrárias, é natural que a maioria deles sejam vinculados a esta área.(...)” (CAPES, 2008)

Curso: Agricultura e sustentabilidade na Amazônia

UFAM- Universidade Federal do Amazonas

Este programa desenvolve-se com fortes parcerias interinstitucionais, caracterizando-se como uma ampla rede, o que Capra (2002) sugere ser um pré-requisito para se alcançar a sustentabilidade.

As intervenções no campo da extensão relatadas se integram aos preceitos agroecológicos, dentro de uma perspectiva de coevolução, em se considerando o bioma no qual está inserido e os perfis social, cultural e econômico das populações amazônicas, dentro de uma visão transdisciplinar, como preconizam Sommerman (2006) e Nicolescu (2005), com ações que resultam em forte inserção social:

“(...) O Programa propõe-se a formar recursos humanos de alto nível para atuar em ensino, pesquisa e desenvolvimento na área de ciências agrárias, a partir de uma visão interdisciplinar da agricultura como fenômeno social e ecológico; promover e fomentar a pesquisa em ciências agrárias na região amazônica; contribuir para a melhoria da qualidade de ensino dos cursos de graduação da Faculdade de Ciências Agrárias, bem como para a melhoria da qualidade de vida e bem estar das populações amazônicas.

Atualmente o programa busca prioritariamente sua consolidação, através de promoção de ações de intercâmbio com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), com o Centro de Pesquisas Agrofloreais da Amazônia Ocidental (CPAA - Embrapa), e com programas consolidados da UFV e ESALQ/USP, através de parcerias criadas pela aprovação de dois PROCAD pela CAPES.

O Programa também tem buscado inserir-se socialmente e através de projetos de extensão com envolvimento de Docentes e Discentes, criando 4 cartilhas técnicas, implementando máquinas desfibriladoras para malva e juta, implantando hortas e viveiros comunitários, hortas escolas, e ministrando cursos de capacitação que visam contribuir para melhoria da qualidade de vida das famílias ribeirinhas.

Têm sido promovidos encontros, visitas técnicas, participação em bancas de membros das Instituições colaboradoras bem como Seminários de Avaliação do programa, com representantes das Instituições (INPA, UEA, EMBRAPA, UFV, ESALQ/USP) buscando estabelecer novas diretrizes, metas e estratégias, a fim de atingir uma maior inserção regional e consolidação do Programa.

Como resultado das parcerias vigentes que tem favorecido o crescimento e consolidação do programa, foi apresentada à CAPES uma proposta de criação do Doutorado a partir da reestruturação do programa no que concerne à criação de uma única área de concentração e novas linhas de pesquisa e a parceria com a EMBRAPA-Amazônia Ocidental. A nova proposta foi aprovada e a seleção está prevista para o final deste ano, sendo implementada no próximo ano.(...)” (CAPES,2008)

Curso: Ciências Agrárias

UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais

Este programa vem oportunizando a formação de profissionais com foco principal no semi-árido, com visão transformadora dentro daquelas características territoriais.

“(…) O objetivo do mestrado é formar profissionais com sólida base científica em Agroecologia e capacidade crítica e criativa, permitindo-lhes resolver problemas da agropecuária, da produção florestal, da coleta extrativista e do meio ambiente, principalmente aqueles de regiões com características de semi-árido.

Este profissional vai adquirir profundo conhecimento tecnológico e científico, tornando-se capaz de analisar e relacionar a exploração agropecuária como integrante da economia de um sistema, no qual interagem o manejo da produção e o uso de tecnologias capazes de transformar a realidade rural, observando os valores sociais, culturais e a conservação do meio ambiente.

As atividades acadêmicas, portanto, são voltadas para o desenvolvimento no aluno da capacidade de diagnosticar, interpretar e propor soluções economicamente viáveis, além de ser capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentado, por meio da adoção de alternativas tecnológicas e científicas que mantenham e recuperem a capacidade produtiva da terra; preservando seus recursos naturais e o meio ambiente; respeitando as diferenças culturais e buscando minimizar as desigualdades sociais.(...)” (CAPES, 2008)

Este curso vem se desenvolvendo com base nos preceitos da PNATER, pois trabalha na realidade do bioma em que está inserido, com foco na construção de alternativas de sustentabilidade para a agricultura familiar, envolvendo os mais diversos atores regionais, na formação de massa crítica e na ampliação das perspectivas de autonomia tecnológica para o desenvolvimento sustentável, resultado de preocupações com o contexto local e global:

“(…) A formação de recursos humanos em agroecologia, portanto, torna-se importante, não só pelo fato de atender essa enorme demanda de pequenos e médios agricultores, mas também, por apontar outros modelos de agricultura contendo maiores elementos de sustentabilidade, e que se baseiem nas potencialidades dos ecossistemas regionais e na cultura das populações que historicamente vivem e convivem com os cerrados e as caatingas do semi-árido brasileiro.(…) O clima semi-árido e as precárias condições de vida da

população tornam esta região semelhante ao nordeste brasileiro. Assim, foi incorporada à área de atuação da SUDENE, substituída depois pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste, com o intuito de se implementar políticas governamentais que pudessem promover o seu desenvolvimento. Estas políticas, entretanto, privilegiaram apenas alguns setores, gerando enormes disparidades que vêm se intensificando nas últimas décadas, na medida em que o Estado foi perdendo sua capacidade de investimento.

Para se buscar soluções para os graves problemas regionais, foram identificados territórios, sub-bacias hidrográficas ou grupos de comunidades articuladas em microrregiões que apresentam graves problemas sociais e ambientais. (...) A metodologia proposta prevê o envolvimento dos grupos locais no processo de geração de conhecimento e de propostas técnicas, de forma que as pesquisas desenvolvidas sejam imediatamente apropriadas pelos setores sociais interessados.

Considerando os graves problemas ambientais causados pela chamada "Agricultura Moderna", cujas conseqüências são, dentre outras, a emissão de gases de efeito estufa, espera-se que agroecologia se constitua em novo paradigma da agricultura mundial, e que os preceitos agroecológicos se sobreponham aos valores mercantilistas.

Espera-se num futuro próximo, após a consolidação do mestrado, transformá-lo em programa, criando o curso de doutorado com área de concentração em agroecologia, ampliando as ações da pós-graduação nesta área no Norte de Minas.(...)” (CAPES,2008)

No parágrafo seguinte desta proposta, este curso é denominado como sendo de mestrado em agroecologia, o que está em desacordo com as informações do próprio portal da Capes, que informa ser este u curso de mestrado em Ciências Agrárias com Área de Concentração em Agroecologia.

“(...) O Curso de Mestrado em Agroecologia tem uma importância muito grande para o desenvolvimento dos Cursos de Graduação em Agronomia e Zootecnia e Técnico em Agropecuária, em razão da integração desses cursos por meio, não só do envolvimento dos alunos em pesquisas, mas também utilizando o conhecimento gerado na pós-graduação sobre a região para a consolidação da formação teórica.

Esta pluralidade de formações e de atuações tem permitido uma visão integrada multidisciplinar dos problemas identificados. Nessas circunstâncias, tem sido possível a análise de questões sob diversas óticas, criando-se debates que permeiam as diversas áreas do conhecimento. Assim, novas informações, frutos da interação multidisciplinar, fazem parte dos ensinamentos teórico-práticos para os cursos de pós-graduação, graduação e técnico, melhorando a formação dos alunos em todos os níveis. ” (CAPES, 2008)

Um outro aspecto relevante na estrutura deste curso é o envolvimento de estudantes de graduação, inserindo assim este conjunto de futuros profissionais da área, na construção desta via de transição agroecológica, que é a formação em todos os níveis de escolaridade, ampliando desta forma o alcance de resultados e oportunizando o acesso destes a uma formação de vanguarda:

“(...) A flexibilização dos currículos dos Cursos de Agronomia e de Zootecnia permite que os alunos realizem atividades extracurriculares contando como crédito. Assim, a participação de alunos de graduação nas atividades de pesquisa das disciplinas de mestrado e nas dissertações é incentivada. Também, os alunos contemplados com bolsas de iniciação

científica tanto do PIBIC /CNPq quanto do PROBIC / Fapemig, cujo intuito é a iniciação do aluno na produção do conhecimento e convivência cotidiana com o procedimento científico em suas técnicas, organização e métodos, participam de pesquisas vinculadas à pós-graduação.

A realização de seminários de pós-graduação tem se constituído em outra importante alternativa para os alunos de graduação, uma vez que pode contar também como atividade extracurricular. Estes seminários tratam sempre de assuntos de vanguarda e é extremamente importante para a atualização dos alunos.

Os alunos de mestrado têm sido estimulados a participar como monitores de disciplinas de graduação e do Técnico em Agropecuária, de forma a adquirir a experiência necessária para a prática docente e ter uma maior inserção junto aos alunos de graduação.” (CAPES, 2008)

Curso: Desenvolvimento Rural

UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Este curso propõe uma formação que permita desconstruir a lógica intervencionista que predomina na relação do estado com a sociedade, abrindo uma perspectiva de se pensar o desenvolvimento dentro de outras relações de poder, considerando aí a complexidade envolvida, bem como o surgimento e a consolidação do conceito de agricultura familiar:

“(…) Como objeto central de estudo do PGDR, o desenvolvimento rural é tratado de forma ampla e sujeita a diversas abordagens teóricas e metodológicas. Nesta perspectiva, pode-se conceber o desenvolvimento rural como um processo geral que resulta de ações articuladas, visando induzir mudanças socioeconômicas, político-culturais e ambientais no espaço rural para a melhoria do bem-estar das populações rurais.

Em função destas características, o desenvolvimento rural é um típico objeto polissêmico e multidisciplinar, devendo, portanto, ser tratado por diversas disciplinas acadêmicas na busca de uma reflexão teórica integrada com a prática.

Entre os diversos temas abordados nas disciplinas ministradas e nos projetos desenvolvidos no âmbito do PGDR, destacam-se as mudanças no papel do Estado, o surgimento e a consolidação do conceito de agricultura familiar, o aprofundamento do processo de agroindustrialização da produção agrícola, os novos arranjos produtivos e sociais rurais, a territorialização do desenvolvimento e a problemática ambiental associada ao desenvolvimento rural.

A proposta do PGDR objetiva (i) aprofundar a compreensão de realidades agrárias complexas com vistas a elaboração de instrumentos de intervenção em prol do desenvolvimento rural; (ii) analisar e avaliar a concepção, implementação e a gestão de projetos e programas de desenvolvimento rural, assim como as conseqüências destas ações junto à sociedade; (iii) investigar a implementação de políticas públicas através da análise e avaliação das ações de desenvolvimento rural implementadas em nível regional e local; (iv) analisar os impactos e imbricações das políticas públicas contemporâneas fundamentadas na participação e na descentralização das populações rurais; e (v) conectar as reflexões em torno do desenvolvimento rural com o desenvolvimento socioeconômico e político-cultural geral.

Esses objetivos foram reajustados a partir das sugestões do CCM da Capes, quando, desde 2004, vem apontando para a necessidade do Programa integrar, de forma mais clara, o desenvolvimento rural a uma visão mais ampla do conceito de desenvolvimento.(…)” (CAPES, 2008)

Curso: Educação Agrícola

UFRRJ- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

A proposta do PPGEA - Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola foi incluída neste tópico, por se dedicar ao campo da Educação sob a ótica da transdisciplinaridade, se ocupando também da área de Meio Ambiente, onde as temáticas dos projetos são construídas com interfaces da agricultura, contemplando desta forma um viés agroecológico.

No entanto, além destes fatores, a concepção deste programa poderá contribuir de forma decisiva na construção da proposta em desenvolvimento.

A proposta que se busca construir alinha-se ao trabalho de SANCHES (2002), cuja tese de doutorado sinalizou uma trajetória para esta pesquisa, associada a diversas preocupações anteriores, relacionadas à formação em agroecologia, surgidas no exercício de atividades extensionistas.

Na tese referenciada acima, a autora formulou um programa que atendesse às necessidades de docentes em atividade na educação profissional agrícola.

O programa acima referido foi sistematizado após uma pesquisa, na qual ficou evidenciada a impossibilidade de liberação de docentes para realização de formação nos moldes tradicionais, e assim procurou-se resgatar, catalogar, organizar e interpretar textos relacionados com o ensino técnico agrícola, a formação de docentes, propostas metodológicas para a educação continuada, interdisciplinaridade e reforma da educação profissional.

Após levantamentos e análise da problemática, recorrendo-se a visitas, reuniões, entrevistas, aplicação de questionários e contatos com instituições nacionais e internacionais, elaborou-se uma proposta que atendesse às expectativas dos docentes da educação profissional agrícola, idealizado na modalidade lato e stricto sensu, em cinco campos: educação profissional agrícola, produção animal, produção vegetal, agroindústria e meio ambiente, com a formação estruturada para ser realizada em 18 meses.

“(…) Quando do processo de implantação do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola (PPGEA), os objetivos definidos e constantes dos documentos enviados foram:

1. Reforçar competências pedagógicas.
2. Aprimorar a formação técnico-científica.
3. Evidenciar as especificidades da Educação Agrícola.
4. Desenvolver a inteligência da complexidade.
5. Formar indivíduos, (atores) competentes, capazes de tomar decisões, de elaborar diagnóstico e de determinar ações dentro de um processo racional.
6. Exercer a autonomia de avaliação, julgamento e atualização permanente.
7. Elaborar e desenvolver competências sem fronteiras.
8. Buscar a formação crítica, centrada no ensino e investigação interdisciplinar.
9. Interrelacionar as múltiplas linguagens em que se expressam os conhecimentos.
10. Sistematizar e sintetizar os conteúdos culturais, buscando solucionar problemas, reelaborar conceitos e desenvolver atitudes propositivas.
11. Compreender o universo escolar na sua função social, emancipadora e na diversidade das expressões culturais.
12. Integrar e interagir o conhecimento entre áreas correlatas e diversas.
13. Desenvolver interesse e participar dos assuntos acadêmicos e administrativos.
14. Aprofundar a compreensão e avaliação de novos modelos.

15. Criar condições de integração das práticas escolares/ culturais locais com outras de universos sociais distintos.

16. Ser um partícipe do desenvolvimento regional integrando a Escola no todo social.

17. Construir e pautar-se através de um projeto de desenvolvimento pessoal. Estes objetivos têm servido como marco referencial na condução das ações desenvolvidas dentro do programa, delimitando suas fronteiras e orientando o corpo docente de formadores, orientadores, estudantes, parceiros e toda a comunidade que interagem com o programa para que não fujam ou percam o foco central e alvo do processo formador.

É importante salientar que por se tratar de um programa novo, com esta natureza, numa área de conhecimento carente de formação específica, os debates e as reflexões levados a termo dentro do próprio programa no seu fazer diário, levantam novos interesses e perspectivas, forçando desta forma a extensão dos limites e objetivos apresentados quando da elaboração da proposta. Este caráter dinâmico do programa é movido por forças tensionais, que poderiam ser aqui definidas quanto à natureza de suas origens como internas e externas.

As de origem interna são aquelas discutidas e apresentadas pelo próprio quadro ativo e participante (administração, professores, alunos, orientadores e funcionários) (...) As de natureza externa são apresentadas por parceiros não identificados quando da elaboração da proposta e que conhecedores da existência de um programa com tais características, se identificam como usuários potenciais, aportando assim, novas demandas e solicitações de atendimento.

O desafio maior tem sido o de reconhecer e aceitar este caráter dinâmico e inovador, mantendo todavia, o equilíbrio entre as forças naturais de tensão causadas pela dualidade existente entre, não se tornar tão amplo que seus objetivos venham a perder o foco, e com isso o programa se descaracterize, perdendo sua identidade e os seus limites, adquirindo uma feição amorfa, ou não aceitar, rever e incorporar novos objetivos como pressuposto de que o programa poderia se descaracterizar, tornando-se engessado, estático, com atitude resistente e conservadora.

Do equilíbrio entre estas duas forças resulta que o programa embora novo (início da primeira turma em 2003), vem praticando e tem como política a reavaliação permanente de seus objetivos, ajustando-os dentro da conveniência e da velocidade necessária que o caracteriza como um programa moderno, dinâmico e permeável, tudo isso ocorrendo dentro de um ambiente harmônico, crítico e reflexivo, onde os atores e parceiros têm voz ativa e determinante nas proposições de correções de rumos e objetivos.

Neste sentido e como exemplo desta atitude o programa seguindo recomendações advindas e surgidas neste ambiente, decidiu aceitar e abrir a partir de 2006, espaço no processo de inscrição e matrícula para candidatos com outras experiências, que não somente aquelas exclusivas dos profissionais atuantes nos CEFETs e Escolas Agrotécnicas. Assim já na turma de 2006 foram matriculados candidatos recém egressos de universidades e outros profissionais com outras experiências mas que desejavam se requalificar para se introduzir no mundo da docência em Educação Agrícola.(...)” (CAPES, 2008)

Este programa, entre todos os estudados nesta pesquisa, é o único que aplica a formação por alternância, a educação assistida e a pedagogia de projetos, e ainda, inovando com a criação de Centros de Formação, que oportuniza a aproximação da comunidade de entorno das instituições de ensino agrícola, evitando a dispersão ou saída de docentes para

regiões diferentes da origem, possuindo uma organização curricular estruturada para vincular os aspectos pedagógicos aos tecnológicos dentro dos núcleos temáticos:

“(…) Em função de uma clientela majoritariamente oriunda de instituições de Educação Técnica, (docentes de CEFETs e Escolas Agrotécnicas), que apresentam pela sua condição funcional impedimentos de deslocamentos e ausência do ambiente de trabalho por longos períodos, o PPGEA optou pela adoção de um fazer metodológico que viabilizasse o programa em toda sua plenitude resguardando entretanto todas os pressupostos de qualidade, avaliação e controle. Desta forma o PPGEA se organizou tendo como suporte os instrumentos disponíveis na Pedagogia da Alternância, na Educação Assistida, na Interdisciplinaridade e na Pedagogia de Projetos.(…)” (CAPES,2008)

Importante destacar a estrutura de rede em que este curso funciona, pois desde sua origem, este é um padrão base que envolve as Escolas Agrotécnicas Federais e os CEFET's agrícolas de várias regiões do país, além de instituições de ensino da França e da Argentina.

Em algumas destas instituições parceiras funcionam os pólos regionais, no sentido de viabilizar a realização de semanas de formação mais próximas da realidade do público atendido pelo programa, que são docentes destas mesmas instituições e de outras nos arredores.

Vale destacar que também compõe esta rede a Embrapa Agrobiologia, colaborando na orientação de mestrandos, além de apoiar a realização de semanas de formação, com atividades no SIPA- Sistema Integrado de Produção agroecológica, nas áreas de produção vegetal, produção animal e de meio ambiente

“(…)O Programa informa que sua criação em 2003 preencheu uma lacuna na preparação de docentes para o mundo agrário, agrícola e rural, e desde então, há uma relação constante entre o PPGEA e os Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs e Escolas Agrotécnicas - EAF's. Pelo reconhecimento dessa característica, o Programa foi convidado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário a participar da implantação de um Programa Especial de Formação de Residentes, em Educação no Campo e Agricultura Familiar Camponesa, em nível de especialização, para atuação específica em assentamentos rurais. O Programa teve sua construção realizada em colaboração com a Escola Nacional de Formação Agrônômica de Toulouse (França), e, desde então, mantém convênio com essa Instituição. Registra-se também convênio com a Faculdade de Agronomia da Universidade de Buenos Aires FAUBA (Argentina)(…).” (CAPES, 2008)

Curso: Extensão Rural

UFSM- Universidade Federal de Santa Maria

Este curso acompanhou a própria história da extensão rural no país, sendo pioneiro nesta área de formação, tendo sido antecedido pelo curso de pós-graduação em Extensão Rural da UFV. Como consta no texto que se segue, a criação deste curso foi totalmente condicionada pelo paradigma difusionista, tendo acompanhado a evolução de todo o processo sofrido neste campo.

Mesmo tendo-se adequado aos novos tempos, que na década de 1980, adotava abordagens da antropologia e da sociologia, ainda assim, persistia a formação tratada sob a ótica da transferência e adoção de tecnologias.

Muitas outras transformações podem ser verificadas no histórico relatado, até que, na atualidade, este curso vem formando dentro de uma estrutura que pode contribuir muito para o que preconiza a PNATER, apesar de não se registrar relatos de uma contextualização deste arcabouço teórico como política de inserção social do programa.

Possivelmente esta contextualização poderá se concretizar nos projetos desenvolvidos, considerando-se que as linhas de pesquisa comportam uma dimensão adequada para esta finalidade:

“(…) O objetivo geral do Curso é formar profissionais para atuar na docência, pesquisa, gestão e/ou ação extensionista, que estejam capacitados a analisar, em suas diferentes dimensões, a realidade do meio rural e de seus agentes econômicos e sociais, bem como propor, implementar, gerenciar e avaliar ações de desenvolvimento voltadas a este meio e a estes agentes.

É um curso, portanto, que visa proporcionar aos seus titulados instrumentos teóricos e metodológicos voltados ao desenvolvimento do meio rural e de seus agentes econômicos e sociais.

O Curso tem apresentado uma tendência de evolução desde a sua criação, sempre buscando adequar-se à dinâmica das ciências associadas à área e aos problemas enfrentados pela Extensão Rural em cada período. Tendo sido fundado em 1975, tinha inicialmente uma proposta voltada para o processo de difusão e adoção de inovações tecnológicas na agricultura aplicadas ao desenvolvimento rural, com base no paradigma chamado de difusionista.

Assim, nos primeiros anos de operação as pesquisas e ações do Curso estiveram mais voltadas para medidas de adoção de tecnologia, modelos de comunicação rural e formas de interação entre extensionistas e agricultores.

Na primeira metade dos anos 80, porém, como fruto de uma auto-avaliação que envolveu professores e alunos, uma nova proposta foi implementada, que incluía mudança de nome para Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, o qual mantém até hoje, além de uma nova proposta curricular que tirava do centro teórico metodológico o paradigma difusionista (embora este ainda mantivesse o seu espaço no Curso e na Extensão Rural) para compor uma base mais pluralista, que incluía também estudos antropológicos e sociológicos.

Assim, as questões sobre adoção de tecnologias, apesar de ainda serem contempladas, passaram a dividir espaço com os problemas relativos às relações sociais de produção no contexto do desenvolvimento rural, às políticas agrícolas, aos movimentos sociais no campo, dentre outros problemas emergentes na época.

Na década de 90, em sintonia com as transformações sociais e econômicas que ocorreram no período, novos temas novamente foram acrescentados às pesquisas do Curso, como o desenvolvimento regional, o meio ambiente sob várias perspectivas, a família e a saúde rural, o trabalho feminino, as formas de organização do trabalho rural, além do trabalho institucional e as formas de comunicação da extensão rural oficial e de formas alternativas, como ONGs, cooperativas e agroindústrias. Nesta época, se instituiu o conjunto de linhas de pesquisa que vigoram até 2004, e compreendiam as seguintes áreas:

- a) modelos e experiências em extensão rural e desenvolvimento;
- b) organização social rural;
- c) processos de comunicação rural e difusão tecnológica no meio rural;
- d) agricultura familiar e sustentabilidade;
- e) dinâmica econômica e desenvolvimento sustentável
- f) sociedade, meio ambiente e desenvolvimento.

Recentemente, durante os anos de 2003 e 2004, o Curso trabalhou em mais uma reforma curricular, visando atualizar suas linhas de pesquisa e

disciplinas às novas demandas da Extensão Rural e às capacidades docentes atuais. Tal reforma, que está sendo implantada a partir deste ano de 2005, resultou na agregação de novas disciplinas à base curricular anterior, reformulação das já existentes e reestruturação temática do Curso em três linhas de pesquisa:

a) Dinâmicas econômicas e sustentabilidade na agricultura, que tem como objetos de estudo as estratégias produtivas e de mercado no agronegócio; a análise de cadeias produtivas; políticas públicas e privadas de financiamento e comercialização da produção agrícola; mercados agropecuários; economia e gestão ambiental na agricultura; e emprego e renda no meio rural.

b) Processos de inovação sócio-tecnológicas e ação extensionista, que tem como objetos de estudo os processos de mediação e organização social rural (associativismo e cooperativismo); extensão rural (pública, privada e do terceiro setor); e redes de comunicação e divulgação científica.

c) Dinâmicas sócio-ambientais e estratégias de desenvolvimento rural, que tem como objetos de estudo a multifuncionalidade do espaço rural; sistemas agrários; ordenamento fundiário; agroecologia; turismo rural; educação ambiental; e estratégias de desenvolvimento rural.(...)”. (CAPES, 2008)

Curso: Extensão Rural

UFV- Universidade Federal de Viçosa

Esta proposta apresenta-se com uma autocrítica forte com relação ao próprio papel desempenhado na formação extensionista, questionando-se do ponto de vista teórico-metodológico:

“(...)A partir dos anos 90, vários fatores contribuíram para que os Programas de Extensão Rural existentes no país (nesse período eram apenas dois) modificassem a percepção de sua própria atuação no meio rural, iniciando-se nesse período um processo de autocrítica em relação aos pressupostos teórico-metodológicos até em então utilizados e os resultados alcançados na prática extensionista.

Em primeiro lugar, destaca-se a atuação e maior visibilidade dos movimentos sociais de luta pela terra, que não só intensificaram suas demandas, como também começaram a colocar em xeque o papel, a responsabilidade social e a ética de vários e diferentes agentes de intervenção e a questionar a efetividade de resultados dos projetos de desenvolvimento.

Em segundo lugar, a constatação das externalidades negativas oriundas do atual modelo de desenvolvimento, particularmente a degradação ambiental, a perpetuação da pobreza e da exclusão social, as assimetrias econômicas e políticas, a falta de assistência técnica e o vazio institucional de órgãos governamentais ligados à saúde e a educação, verificadas no meio rural, que conduziram obrigatoriamente ao questionamento da própria Extensão Rural e de seu comprometimento político com um modelo de intervenção ainda muito marcado pela noção de difusionismo tecnológico.

Em terceiro lugar, nesse mesmo período, houve uma participação mais acentuada de outros atores sociais no meio rural, como as ONGs, as empresas, os movimentos sociais e mesmo as igrejas, que passaram a ocupar os espaços vazios deixados pelo Estado, todos propondo projetos de intervenção, alguns inclusive opostos em intenção, metodologias e resultados. Tais ações tiveram especial resultado na definição do Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental da Reforma Agrária, direcionado

especificamente para os assentamentos rurais, e que, a partir de 2006, vem sendo coordenado em Minas Gerais por um DP do Programa. Dessa forma, talvez devido a esse aumento de interventores, a Extensão Rural praticada nas universidades e outros órgãos governamentais tenha sofrido um sucateamento, do qual os Programas de Pós-graduação ainda sentem os efeitos. .De qualquer forma, esses novos atores que entraram em cena acabaram também ocupando o terreno do extensionista, que foi obrigado a reformular sua identidade profissional e marcar suas diferenças em relação aos demais.(...)”. (CAPES, 2008)

Trata-se de uma visão alinhada com o que preconiza a PNATER, que é assumido de forma explícita, reforçando-se a necessidade de um caráter multidisciplinar e participativo, e preconizando a inserção social da ação extensionista, sem entretanto deixar claro de que forma oportuniza esta vivência e a atitude transdisciplinar na formação que realiza:

“(…) Finalmente, destacam-se as novas diretrizes da Política Nacional de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) que reforçam o papel do Estado nessa política pública enfatizando o seu caráter multidisciplinar, participativo e voltado para o desenvolvimento rural sustentável. Assim, esses fatores obrigaram a procura de novas alternativas de intervenção social em um contexto rural não só marcado por transformações rápidas, como também permeado por outros mediadores sociais, de diversas orientações teóricas, ideológicas e práticas. O extensionista rural tinha e continua tendo a urgência de atender a essas diferentes demandas apresentadas. Por um lado, está a própria demanda social do nosso objeto privilegiado de estudo e intervenção, ou seja, o mundo rural brasileiro que, por sua dinâmica peculiar, nos induz a atualizar nossas práticas como professores / pesquisadores / interventores, mas atualizar também capacitação dos extensionistas que temos colocado no mercado de trabalho.(...)”. (CAPES, 2008)

Curso: Extensão Rural e Desenvolvimento Local

UFRPE- Universidade Federal Rural de Pernambuco

Esta proposta reveste-se de um grau de complexidade bastante desenvolvido, caracterizando-se por forte tendência para a formação de rede, tanto em nível nacional quanto internacional.

Com base nestas articulações, o curso vem viabilizando um avanço nas oportunidades de intercâmbio de docentes e discentes, criando uma dinâmica que favorece o crescimento e a contextualização, que acontece na forma de estágios supervisionados.

Assim, os objetivos explicitados são os seguintes:

“(…)”

- a) Desenvolver pesquisas em Extensão Rural na perspectiva do Desenvolvimento Local contemplando as políticas e estratégias de comunicação e os processos de Extensão nos projetos de desenvolvimento das organizações governamentais e não-governamentais em territórios rurais;
- b) Formar pesquisadores e qualificar professores e técnicos de Extensão Rural a partir do pensamento comunicacional latino-americano e do desenvolvimento local, capazes de compreender a complexidade do território rural que combina atividades agrícolas e não agrícolas, com ênfase na região nordeste do Brasil;

c) Estabelecer intercâmbios de cooperação com outras instituições regionais, nacionais e internacionais, preocupadas com o desenvolvimento de contextos populares desfavorecidos, que possibilitem o aprimoramento do exercício da Extensão Rural nos cenários rurais transformados pelos processos de mundialização das culturas..

PERPECTIVA DE EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS

O Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX), criado em agosto de 2004, portanto com apenas dois anos e meio de funcionamento, vem procurando avançar academicamente no sentido de consolidar suas linhas de pesquisa.

Nesse esforço, concentra suas atividades em três níveis: formação discente; produção acadêmica docente e discente do Mestrado e da graduação; e articulações acadêmicas e técnicas do Programa com instituições de pesquisa e ensino, nacionais e internacionais.

No que diz respeito à formação discente, existe uma evolução favorável na medida em que os alunos começaram a defender as primeiras dissertações do Programa, quantidade que tende a aumentar de maneira expressiva até o início de 2007.(...) Quanto às articulações institucionais, o POSMEEX vem revelando uma evolução que levará à solidificação das parcerias já firmadas, a exemplo da Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo (UNIRCOOP), financiada pela Agence Canadienne de Développement International. Essa parceria tem possibilitado a produção de livros, viabilizado a participação de professores do POSMEEX em grupos de pesquisa interdisciplinares com pesquisadores de diferentes Universidades e de diferentes países,(...) No campo do associativismo/cooperativismo, temática vinculada a uma das linhas de pesquisa do POSMEEX, foram realizados, em 2006, em parceria com o Programa Associativismo para Pesquisa, Ensino e Extensão (PAPE) da UFRPE e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, dois cursos de pós-graduação *latu sensu* sobre Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável e outro sobre Cooperativismo e Desenvolvimento Local, ambos coordenados e ministrados por professores do POSMEEX.

A parceria desenvolvida, em 2006, entre o POSMEEX e o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), através do Projeto Casadinho do CNPq, encontra-se em andamento por meio da pesquisa Pescando Pescadores:

Políticas Públicas e Extensão Pesqueira para o Desenvolvimento Local. (...)a pesquisa envolve professores, alunos de pós-graduação e de graduação das universidades parceiras. O Projeto Casadinho, com uma pesquisa que envolve vários estados do Nordeste e com a disponibilidade de recursos para produção e aquisição de livros e compra de computadores e financiamentos de viagens de professores e alunos, possibilitará o incremento da produção científica do Programa. A expectativa do POSMEEX é a de que haja um aumento significativo de produção de artigos para revistas Qualis, além da consolidação dos grupos de pesquisa e uma melhor articulação da Pós-Graduação com a graduação estimulando, principalmente, os graduandos a se envolverem em atividades de pesquisa.

Uma outra tendência do POSMEEX diz respeito à celebração de convênios com outras instituições nacionais de pesquisa e extensão rural, como a Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária (IPA), e internacionais, a exemplo do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), da Argentina. Esses convênios, em andamento, possibilitarão a realização de seminários acadêmicos conjuntos, publicações em parceria, além de

intercâmbio para professores, técnicos e alunos das organizações conveniadas.

Em 2006, o POSMEX incorporou-se à Red de Desarrollo y Territorio. O objetivo dessa rede, criada durante o VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural (ALASRU), é o de intercambiar informações acadêmicas entre 7 (sete) universidades de seis países da América Latina.

Ainda em relação a parcerias internacionais está sendo discutido um projeto de um curso de Mestrado interinstitucional com algumas universidades sul-americanas envolvidas com a Rede Unircoop. Essa perspectiva poderá se concretizar num futuro Projeto Minter, voltado à formação de pesquisadores na temática Desenvolvimento Local e Economia Solidária. (...) Dessa maneira, o Programa poderá pensar num redesenho que ajuste o quadro atual de professores com as novas demandas de doutores da UFRPE à inserção no POSMEX. (...) O Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX) se integra aos cursos de graduação das Ciências Agrárias através do Programa PIBIC; do envolvimento dos estudantes nos estágios de Residência Agrária (UFRPE/MDA/INCRA/PROCERA), orientados e acompanhados, no campo, por professores do POSMEX; dos seminários acadêmicos promovidos pelo POSMEX e da participação dos alunos de graduação em projetos de pesquisa, a exemplo do Projeto Casadinho (CNPq).

Além disso, a maioria dos professores do POSMEX ministra disciplinas nos cursos de graduação e orientam Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO) e monografia de conclusão de Curso.

Em 2006, o Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX) iniciou uma pesquisa em parceria com o Programa de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), através do Projeto Casadinho. Conforme observamos anteriormente, essa pesquisa foi aprovada pelo CNPq e tem como finalidade mapear as políticas públicas de Extensão Pesqueira no Nordeste para o desenvolvimento local da pesca artesanal e analisar as apropriações dessas políticas no Estado de Pernambuco. A finalidade do projeto Casadinho é o de possibilitar o intercâmbio permanente entre um programa de pós-graduação em fase inicial (o caso do POSMEX) e um programa de pós-graduação já consolidado. A experiência do Projeto Casadinho permite além do desenvolvimento de uma pesquisa no âmbito da região nordeste, o envolvimento de professores e alunos do POSMEX em trabalhos vinculados às linhas de pesquisa do Programa o que favorece a emergência de temas para as dissertações. Além disso, o Projeto Casadinho incorporou alunos de cursos de graduação das Ciências Agrárias no intuito de estimular jovens estudantes em pesquisa acadêmica. Alguns deles já estão desenvolvendo sua monografia de conclusão de curso a partir de itinerários desse projeto. Quanto aos alunos do POSMEX, estão em andamento três dissertações cujos objetos são resultados da temática do Casadinho.

Outra experiência de intercâmbio institucional é a que diz respeito à parceria do POSMEX com a Rede de Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo (UNIRCOOP), conforme consta no Coleta Capes 2005. A UNIRCOOP foi formada em 1996 com o objetivo de desenvolver pesquisa, seminários e publicações conjuntas em desenvolvimento local e economia solidária. Participam da Rede 23 Universidades de 13 países das Américas, sendo que a UFRPE, através de Departamento de Educação, ao qual o POSMEX está vinculado, compõe o Comitê de Direção com a Universidade da Costa Rica, a Pontifícia Universidade Javeriana da Colômbia, a Universidade do Chile e a Universidade de Sherbrooke, no Canadá. Essa parceria com a UNIRCOOP,

neste ano 2006, resultou no financiamento de dois projetos de pesquisa acadêmica interinstitucional e inter-países. São eles: a) Políticas Públicas para el fomento y consolidación de asociativismo y cooperativismo en el médio rural de América Latina(...) b) Formación em cooperativismo, mercados globales y desarrollo local: acción formativa especial de intercooperación(...) Quanto ao programa MINTER, como também informamos na Coleta Capes 2005, o POSMEX recebeu duas solicitações para formação de professores de escolas técnicas estaduais. Solicitação esta que foi negada, em virtude de o POSMEX possuir ainda conceito 3 na CAPES.(...) A concepção acadêmica do POSMEX possibilita, de forma singular no Nordeste, a articulação das áreas das Ciências Agrárias e das Ciências da Comunicação para pensar processos de Extensão dentro da complexidade do desenvolvimento rural na sociedade contemporânea.(...)” . (CAPES, 2008)

Curso: Fitotecnia

UFRRJ- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Este programa, que funciona desde 1969, conveniou-se com a Embrapa Agrobiologia em 2005, consolidando uma relação de cooperação de mais de 30 anos, contando com uma base de 25% do seu quadro de docentes e orientadores vinculados aquele centro de pesquisa

“(...) O programa tem como objetivo atender à grande demanda e interesse de técnicos e pesquisadores de instituições públicas e privadas da região, bem como de profissionais recém formados que têm interesse pela pesquisa em áreas relacionadas a fitotecnia, proporcionando aos mesmos, formação que os tornem aptos a atuarem ou realizarem atividades de ensino ou pesquisa nas áreas de Produção Vegetal, Fisiologia da Produção, Agroecologia e Fitossanidade”.(...)O Curso de Pós-Graduação em Fitotecnia (CPGF) da UFRRJ, inicialmente criado na Escola Nacional de Agronomia, emitiu diplomas de 1969 a 1975. O Mestrado em Fitotecnia foi reativado em 1989 e o Doutorado em Fitotecnia criado em 1996.(...)”. (CAPES, 2008)

Com relação a extensão rural agroecológica, o principal diferencial deste programa se dá justamente na construção de uma parceria entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a Embrapa Agrobiologia, que resultou em uma experiência pioneira na pesquisa em agroecologia, denominada de SIPA- Sistema Integrado de Produção Agroecológica, também conhecido como Fazendinha Agroecológica km 47 .

Neste sistema desenvolvem-se projetos de pesquisa básica e aplicada, que, com a participação de pesquisadores, professores, alunos de graduação, pós-graduação e do curso técnico profissionalizante em Agricultura Orgânica da UFRRJ, ali conduzem seus experimentos de campo, no qual já foram desenvolvidas dezenas de teses e dissertações, além de se constituir em importante espaço de educação formal e não-formal para inúmeras instituições externas que contam com este espaço para trabalhar conteúdos correlacionados a agroecologia e à educação ambiental.

Este sistema também tem prestado relevantes serviços à agricultura familiar, considerando-se que, as experiências ali desenvolvidas, tem subsidiado entidades de Ater, Ong's e outras organizações na condução de trabalhos com vistas à construção do conhecimento agroecológico em diversas regiões do país e até do exterior, recebendo aproximadamente 2.000 visitantes anualmente.

“(...) O programa tem como objetivo atender à grande demanda e interesse de técnicos e pesquisadores de instituições públicas e privadas da região, bem como de profissionais recém formados que têm interesse pela pesquisa em áreas relacionadas a fitotecnia, proporcionando aos mesmos, formação que os tornem aptos a atuarem ou realizarem atividades de ensino ou pesquisa nas áreas de Produção Vegetal, Fisiologia da Produção, Agroecologia e Fitossanidade.

O Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia é constituído por 26 doutores, sendo vinte como docentes permanentes e seis como colaboradores. O corpo de docentes permanentes do programa é composto, em sua maioria (75,0%), por professores do Departamento de Fitotecnia e de outros Departamentos da UFRRJ, que orientam e lecionam na graduação e pós-graduação, e por um destacado grupo de pesquisadores da Embrapa Agrobiologia (25,0%), que também lecionam e orientam na pós-graduação e orientam alunos da graduação como bolsistas de iniciação científica. A participação destes docentes da Embrapa Agrobiologia, que co-habitam o "campus" do Km 47, foi ratificada por meio da assinatura de um convênio formal em janeiro de 2005, em atendimento à determinação da CAPES. A assinatura deste convênio veio fortalecer o projeto de cooperação, iniciado há pelo menos trinta anos, e que têm proporcionado o contato diário nas atividades de pesquisa, na elaboração de projetos e na organização de eventos, com resultados importantes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Um importante exemplo dos frutos resultantes desta parceria é a Fazendinha Agroecológica do Km 47, gerenciada por pesquisadores da Embrapa-Agrobiologia, da UFRRJ e da PESAGRO-RIO.(...) O Programa de Pós-graduação em Fitotecnia foi originalmente criado com quatro áreas de concentração, Produção Vegetal, Fisiologia da Produção, Agroecologia e Fitossanidade, que foram mantidas até o final de 2006 com a condução de onze linhas de pesquisa (Ecofisiologia; Biologia molecular; Fisiologia da pós-colheita; Nutrição mineral de plantas; Práticas agroecológicas; Sistemas biológicos de fixação de N₂; Ciência e tecnologia de sementes; Melhoramento vegetal; Manejo e produção de culturas de importância econômica; Etiologia, epidemiologia e controle de fitopatógenos; Manejo integrado de insetos). Nestas diferentes linhas estão distribuídos 25 projetos de pesquisa, dentro dos quais vêm sendo desenvolvidos os trabalhos de tese e dissertações.(...)”. (CAPES, 2008)

Curso: Sistemas de Produção Agrícola Familiar

UFPEL- Universidade Federal de Pelotas

Esta é uma proposta muito adequada à transição ora em construção, pois possui em sua estrutura a essência das preocupações da PNATER, dedicada à consolidação da agricultura familiar enquanto base para a sustentabilidade.

Construída sobre uma forte parceria com a Embrapa Clima Temperado e o apoio do MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário, envolve os segmentos comprometidos com a temática que lhe dá título, demonstrando promissora inserção social :

“(...)O curso surgiu muito bem fundamentado no que diz respeito aos seus objetivos, corpo docente, infra-estrutura e ineditismo da proposta.

O número de candidatos inscritos em seus dois primeiros anos de funcionamento se constitui numa demonstração inequívoca do acerto da

proposta, despertando interesse de profissionais não só das ciências agrárias, como de outras áreas de conhecimento correlatas.

Outro aspecto importante diz respeito a origem dos candidatos, oriundos das mais diversas regiões do país e com vínculo empregatício com universidades, EMBRAPA e outras instituições de pesquisa e ONGs.

O convênio de cooperação firmado recentemente entre o PPGSPAF e a EMBRAPA Clima Temperado possibilita a plena utilização da infraestrutura de suas unidades localizadas em Pelotas e formaliza a participação de seus pesquisadores nas atividades de ensino e de orientação.(...)“O Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, foi implantado no início de 2006, em nível de Mestrado e Doutorado, tem compromisso com a agricultura familiar.

São objetivos do Programa:

.formar recursos humanos para o ensino, pesquisa e produção agro-silvo-pastoril;

- aumentar a competitividade da capacidade produtiva regional, a partir da melhor compreensão dos processos de produção vegetal, da gestão da propriedade agrícola;

- aprofundar e expandir o conhecimento sobre o ambiente, especialmente nas relações solo-planta-atmosfera e suas interdependências com os processos fisiológicos e respostas agronômicas das espécies cultivadas;

- compreender a atividade agro-silvo-pastoril como perturbadora dos ecossistemas naturais a partir das relações entre energia, homem e ambiente;

- identificar e desenvolver práticas agronômicas e identificadas com os princípios de sustentabilidade e vinculadas à visão sistêmica de produção;

- capacitar os profissionais das ciências agrárias para atuarem na construção de modelos sustentáveis para agricultura familiar;

- potencializar a agricultura familiar como agente fundamental para promover o processo de desenvolvimento rural sustentável.(...) É proposta do programa manter um vínculo estreito com cursos de graduação da UFPel, notadamente o curso de Agronomia, com o qual seu corpo docente e de orientadores mantém forte relacionamento, seja ministrando aulas em suas diversas disciplinas, seja como professor orientador de estágios curriculares e extra-curriculares ou no envolvimento desses estudantes em projetos de pesquisa que dão suporte ao desenvolvimento de dissertações e teses.

Esse relacionamento é fundamental no processo de ensino-aprendizagem, possibilitando troca de experiências, reforço teórico e prático como complementação de seus estudos básicos e acima de tudo, fazendo com que esses estudantes sejam, também, sujeitos do processo de construção do conhecimento. Buscar a participação dos alunos através do PIBIC, com inserção de pelo menos 01 aluno em cada projeto de dissertação e tese.

Uma atividade importante desenvolvida por professores e orientadores do programa diz respeito ao envolvimento no Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul, espaço que reúne instituições como EMATER, EMBRAPA, Prefeituras, Cooperativas, Organizações Não-Governamentais e universidades, entre outras, que tem como objetivo discutir e formular propostas que busquem o desenvolvimento da agricultura familiar na zona sul do estado. Das propostas oriundas desse fórum, projetos de pesquisa são elaborados por pesquisadores da EMBRAPA com a participação de professores do programa, a partir dos quais dissertações e teses começam a ser desenvolvidas.

Os docentes, em sua grande maioria, participaram em bancas de dissertações e/ou teses em Programas da própria instituição (Agronomia, Produção e

Tecnologia de Sementes, Meteorologia, Fitossanidade) e também na UFRGS e UFSM.

Como se trata de um programa novo (segundo ano de funcionamento), ainda não foi possível estabelecer essa relação com outras instituições do país. No entanto, algumas tratativas estão sendo feitas com entidades que congregam pequenos agricultores da região como CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor) e ARPASUL (Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul do Rio Grande do Sul) com o objetivo de se estabelecer uma relação.(...)”. (CAPES, 2008)

5 - DISCUSSÃO

Ao idealizar a estrutura desta seção, optamos pela sistemática representada pelos diagramas das figuras 05, 06 e 07, que procuram traduzir a dinâmica do objeto desta pesquisa, caracterizado pela retroalimentação, onde um fator interage com o outro permanentemente, dificultando o estabelecimento de causas e efeitos. Portanto, vamos percorrer todo o campo estudado de forma a oportunizar uma visão abrangente do universo pesquisado.

Para esta abordagem, cabe aqui trazer à apreciação alguns aspectos que embasaram a concepção da tese de Sanchez (2002), que resultou na implantação do PPGEA - Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ.

Diversos dos pressupostos relativos à educação formal, que foram considerados naquele trabalho, prestam-se também para esta proposta, entretanto, considerando-se que o público formado por extensionistas rurais apresenta algumas características diferenciadas daquelas, o que os alinha ao trabalho da educação não-formal, cabe uma adequação no sentido de ajustar tais particularidades.



Figura 05 - Fatores que justificam a pertinência da aplicação da pedagogia da alternância em programas de formação de extensionistas.

Quando se imaginou um programa de formação em nível de mestrado para educadores e educadoras de EAF's e CEFET's agrícolas, pensou-se no contexto em que estão inseridos, como a distância dos centros de formação, a dificuldade para o afastamento por longos períodos e o ambiente do trabalho agrícola.

Contudo, o segmento de Ater apresenta uma situação diferencial, ou seja, a imersão nas comunidades em que atua, além do isolamento e da capilaridade, o que exige uma capacitação também diferenciada para alcançar seus objetivos.

Em contrapartida, na ação extensionista já ocorre uma condição adversa neste sentido, quando na função de animadores e facilitadores dos processos ensino-aprendizagem junto às comunidades rurais, ou mesmo em atividades de outra natureza, há necessidade de um maior amadurecimento em termos de concepções, formação teórica, conceitual e metodológica.

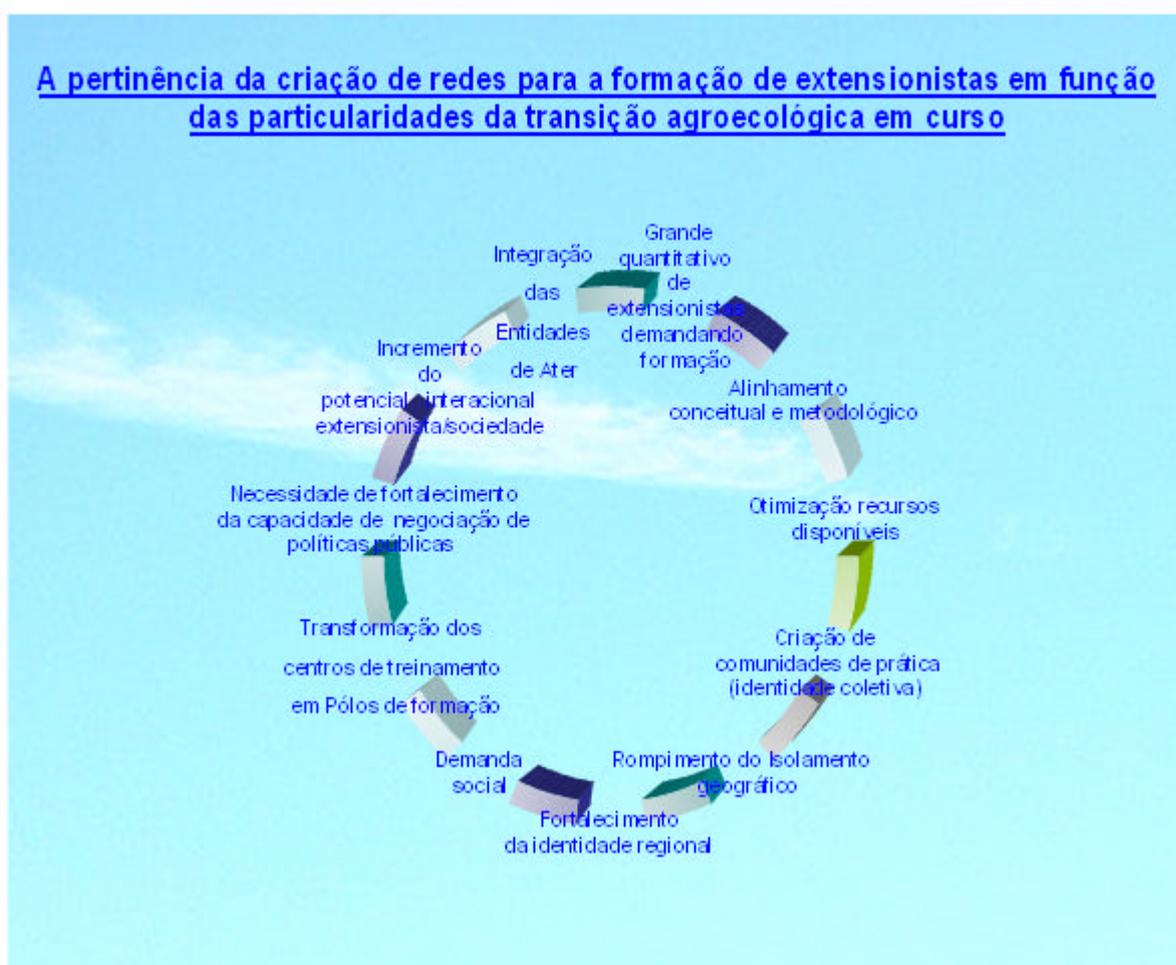


Figura 06 - Fatores que justificam a pertinência da criação de redes para a implementação de programas de formação de extensionistas.

Em geral as equipes locais de Ater são mínimas e as estruturas regionais das entidades também, condicionando-as a uma sobrecarga de atribuições, em função da multifuncionalidade característica desta atividade, que deve desenvolver atividades nas áreas social, econômica, cultural, política e ambiental de forma integrada.

O corpo docente e a comunidade escolar como um todo oferece aos educadores e educadoras das EAF's e CEFET's agrícolas um respaldo amplo, no qual, em condições rotineiras não ocorre o isolamento.

Assim, torna-se imprescindível que estas equipes sejam dotadas de múltiplas competências na condução de ações de facilitação em nível de grupos, organizações, comunidades, movimentos, considerando que não há legitimidade, viabilidade ou eficácia no trabalho com base em abordagem estritamente individualizada.

Assim, é desejável que se adapte a estrutura didática e pedagógica desenvolvida para o PPGA a esta condição, o que se traduz em considerar a realidade de isolamento, imersão e capilaridade do público extensionista.

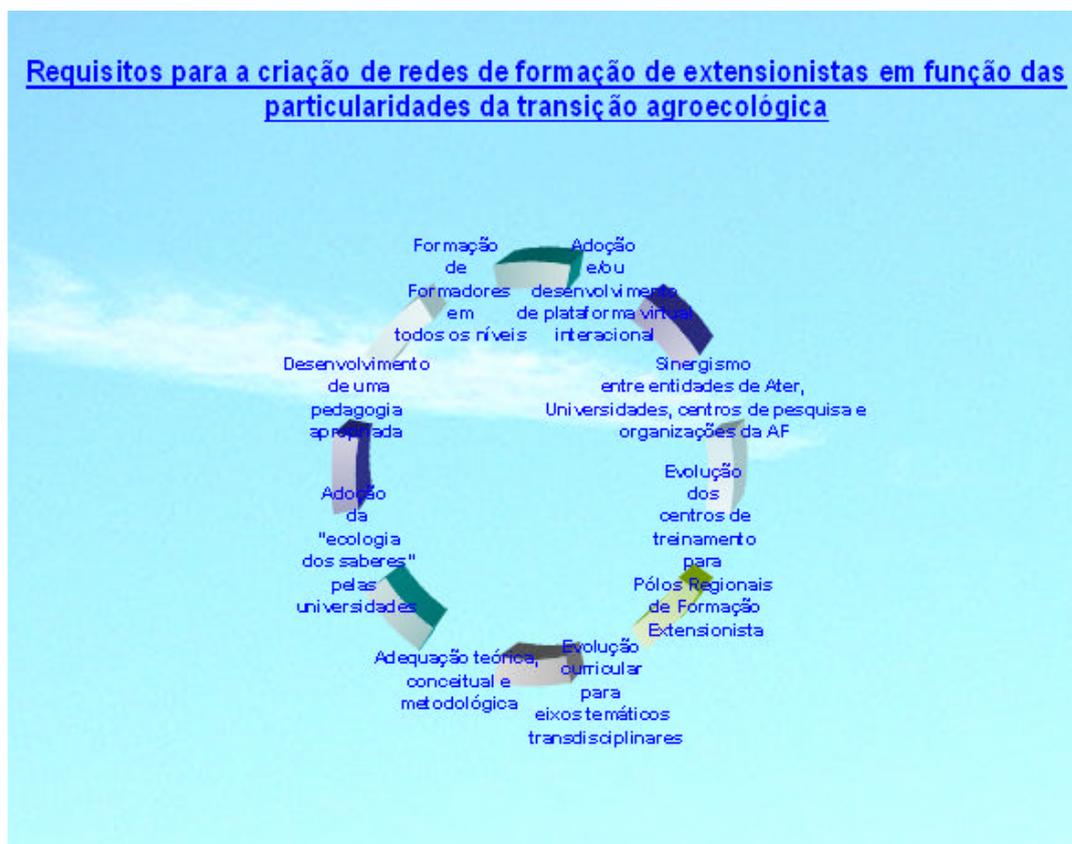


Figura 07 - Requisitos para a criação de redes para a implementação de programas de formação de extensionistas em função das particularidades da transição agroecológica.

Como a atividade de Ater tem o seu foco principal nas comunidades rurais, onde o processo educativo ocorre dentro de um contexto complexo, no qual os facilitadores e animadores encontram-se integrados participando da dinâmica social, cultural e econômica local, a pedagogia da alternância poderá cumprir um papel fundamental na formação em trabalho.

Esta pedagogia poderá reforçar a integração do mestrando às dinâmicas locais⁶, pois não o afasta por um longo período do trabalho, ao contrário, oportuniza a contextualização dos conteúdos aportados durante as semanas de formação, valorizando e potencializando a interação com a sua origem, conferindo maior legitimidade ao seu projeto de pesquisa.

⁶ “(...) A idéia de que o lugar pode ser um importante instrumento educacional foi proposta por John Dewey num ensaio de 1897. Dewey propôs que ‘façamos de cada uma das nossas escolas uma comunidade embrionária...com tipos de ocupação que reflitam a vida em sociedade mais ampla’. A intenção dele era ampliar o foco da educação, que ele considerava ‘demasiadamente especializada, unilateral e estreito’. Dewey propôs transformar em currículo a escola, as suas relações com a comunidade maior e todas as suas funções internas. O conhecimento regional, que refletia uma concepção mais abrangente do papel do lugar na educação, foi desenvolvido por Lewis Mumford durante a década de 1940.(...)”.(ORR, 2006,p.118-119

A construção desta proposta poderá se desenvolver em forma de rede⁷, e exigirá uma estrutura que oportunize ao corpo discente um instrumental diferenciado que compense as dificuldades advindas da condição de isolamento em relação ao corpo docente e à coordenação do programa de formação.

A construção desta rede decorre da necessidade de se conectar o conjunto de discentes e docentes, de forma que aconteça o processo ensino-aprendizagem, sobretudo no período comunidade, que é quando este processo é mais dificultado e tem a sua fase mais relevante com vistas à contextualização da formação.

Como parte desta adequação, poderá ser desenvolvida uma plataforma na internet, para realização de fóruns e implantação de diários de campo individuais, a exemplo da Plataforma Constructore, utilizada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências e Saúde, do Nutes - Núcleo de Tecnologia Educacional em Saúde da UFRJ.

Com um recurso tecnológico⁸ com este perfil, esta aproximação, mesmo que virtual, abre uma perspectiva interacionista, fundamental nas condições em que se desenvolverá a formação em trabalho.

Outro aspecto importante deste instrumental será permitir à coordenação pedagógica do programa de formação a identificação do estágio em que se encontra cada discente, sobretudo em relação à sua prática cotidiana no ambiente de trabalho em tempo real.

Desta forma, com a alimentação do diário de campo na plataforma, poderá se desenvolver um ambiente relacional, aspecto fundamental para o crescimento do conjunto do corpo discente, pois o aprimoramento poderá se dar em nível de grupo, adquirindo assim características de uma *comunidade de prática*⁹.

Com base naquele recurso tecnológico associado ao contexto de uma comunidade de prática, estará estabelecida uma condição que permitirá aos docentes uma permanente interação com as ações desenvolvidas na origem do mestrando, bem como a identificação de etapas na construção, evolução e sistematização de seus projetos de pesquisa, bem como poderão se observadas possíveis mudanças em sua prática cotidiana.

Na construção desta rede, o programa coordenado pela UFRRJ, poderá se desenvolver também com a implantação de Pólos Regionais que poderão ser instalados nos centros de treinamentos de instituições de Ater parceiras, com as articulações possíveis.

⁷ “(...) as redes tornaram-se um dos principais fenômenos sociais do nosso tempo. A análise das redes sociais alçou-se ao grau de uma nova disciplina sociológica e é empregada por muitos cientistas para o estudo das relações sociais e da natureza das comunidades. Pensando em escala ainda maior, o sociólogo Manuel Castells afirma que a recente revolução da informática deu origem a uma nova economia, toda ela estruturada em torno de fluxos de informação, poder e riqueza nas redes financeiras internacionais. Castells observa ainda que em todos os graus da sociedade, a organização em redes tem se configurado como uma nova forma de organização da atividade humana; e cunhou o termo “sociedade em rede” (*network society*) para designar e analisar essa nova estrutura social. (CAPRA,2005, p.118-119)

⁸ “(...) a Pedagogia deve assumir o desafio do bom uso das *tecnologias* em educação. Trata-se de duplo desafio: dar conta delas em plano de igualdade com os profissionais de informática, por exemplo, e principalmente saber humanizar as tecnologias, colocando-lhe à frente os fins. Os cursos hoje, tanto pelo seu encurtamento, quanto por seu amadorismo, não trabalham essa área de maneira minimamente adequada. Não é o caso apenas de ‘ver’ o problema, tendo algumas aulas. É imprescindível entrar nesse mundo de peito aberto, não para substituir os profissionais das tecnologias, mas para, sabendo entender por dentro, poder trabalhar junto e não ser mais pisoteado por imposições de cima e de fora. Primeira questão é superar o ambiente de instrucionismo desvairado na nova mídia e que, no fundo, confunde meio e fim. Segunda questão é impor dignidade aos cursos a distância, mas também porque o futuro da educação está, sem sombra de dúvida, na tele educação.(...)”(DEMO, 2005,p.165)

⁹ “(...) Para que uma organização seja viva, porém, a existência de redes sociais não é o suficiente; é preciso que sejam redes de um tipo especial. As redes vivas, como já vimos, são autogeradoras. Cada comunicação gera pensamentos e um significado, os quais dão origem a novas comunicações. Dessa maneira, a rede inteira gera a si mesma, produzindo um contexto comum de significados, um corpo comum de conhecimentos, regras de conduta, um limite e uma identidade coletiva para os seus membros.(...) (CAPRA,2005, p.119)

Na concepção dos Pólos Regionais, deverão ser priorizadas as ações que propiciem a vivência¹⁰, contando com atividades contextualizadas na realidade regional, bem como com a implantação de unidades didáticas em parceria com instituições de pesquisa, tanto em nível nacional quanto estadual, a exemplo do SIPA - Sistema Integrado de Produção Agroecológica, mais conhecido como Fazendinha Agroecológica km 47, que oportunize ao corpo discente a apropriação teórica e prática de processos, tecnologias e métodos aplicados na construção de sistemas de produção agroecológicos.

Este programa deverá buscar uma estrutura não disciplinar¹¹, trabalhando com eixos temáticos que integrem os mais diversos campos do conhecimento, e os projetos de dissertação deverão tratar de vivências em situações reais na origem do mestrando, cuja abordagem inicial deverá constar de um diagnóstico participativo integrado ao objeto da pesquisa.

Como pensar em formação para uma Extensão Rural Agroecológica sem mudar o paradigma que lhe dá sustentação?

Demo (2005) ao ponderar sobre aspectos da formação em Pedagogia, muito contribui para a formação de profissionais de Ater, considerando-se que são áreas com muitas afinidades. Neste sentido, afirma que:“(...) Ser profissional hoje não é apenas exercer a profissão, é principalmente saber regenerar, de modo permanente, a profissão. Saber pensar é ingrediente fatal do bom profissional. Para além do trato de conteúdos, o aluno precisa aprender a aprender, aprender a estudar sempre, saber pensar, para dar conta de novos desafios profissionais.(...)”.

Não seria possível pensar neste programa em uma matriz disciplinar cartesiana, pois esta proposta tem como um dos objetivos desconstruir o padrão de fragmentação em que se concebe a maioria das iniciativas de formação nas mais diversas áreas.

Esta mudança de concepção implica em riscos e dificuldades¹², sobretudo decorrentes daquela cultura hegemônica vigente, e embora já se perceba novos discursos, na prática é comum a repetição da antiga fórmula de estruturação curricular.

Ao se conceber uma estrutura curricular com base em eixos temáticos, os conteúdos trabalhados passam a ter um caráter sistêmico¹³, onde as abordagens se viabilizam nos mais diversos campos do conhecimento, refletindo a complexidade necessária para que tais

¹⁰ “(...) Aula é apenas didática supletiva, estando o centro em procedimentos reconstrutivos e políticos que favoreçam a postura de sujeito nos alunos.(...)”(DEMO, 2005,p.163)

¹¹ “(...) A transmissão em penca de conteúdos é fútil e inócua, porque, sem estudo adequado, eles perdem-se ao vento. É preferível tomar algum conteúdo e tratar de cabo a rabo, sob o signo da pesquisa e elaboração, porque isso, além de formativo, fica para a vida. Além de dar conta de conteúdos, aprende-se o principal, que é aprender a aprender, também a reconstruir de maneira permanente os conteúdos. A transmissão de conteúdos, esbarra primeiro na futilidade da pretensa eternidade dos conteúdos, ignorando por completo sua provisoriade tendencial no tempo. Todos os conteúdos tendem a perecer, porque os paradigmas mudam. (...)”(DEMO, 2005,p.163)

¹² (...) A dificuldade de se organizar uma outra Didática, ainda enfrenta, além daquela conceituação já consolidada, a organização do mundo acadêmico sob o princípio da divisão das áreas de conhecimento. Ora, o homem é a conjugação de todas as áreas de conhecimento.(...) Reduzir o homem à sua racionalidade é muito pouco, e colocar o ensino levando em conta somente tal dimensão, oferece o risco de enfadar os alunos com as aulas expositivas.(...) O homem não se reduz a uma só dimensão, nem seu estudo a uma só disciplina.(...)”(SANTOS, 2003,p. 18-19)

¹³ “(...) os sistemas vivos são não-lineares – são redes – enquanto toda a nossa tradição científica está baseada no pensamento linear – cadeias de causa e efeito.(...) é preciso uma nova maneira de ver o mundo e pensar – o que contraria os princípios da ciência e da educação tradicionais do Ocidente.(...) o pensamento sistêmico pode ser aplicado para integrar disciplinas acadêmicas antes fragmentadas. Biólogos, psicólogos, economistas, antropólogos e outros especialistas, todos lidam com sistemas vivos. Como elas têm em comum um conjunto de princípios, essas disciplinas podem também compartilhar uma mesma estrutura conceitual.(...)”(CAPRA, 2006, p.48-50)

inserções sejam úteis à formação que se pretende construir e, portanto, vale buscar novamente a contribuição de Demo(2005):

“(…) O currículo intensivo reorganizaria o curso de maneira radical:

- a) sugere fazer, por semestre, algumas matérias apenas, não mais que quatro, mas em profundidade que corresponda à verve desconstrutiva e reconstrutiva do conhecimento;
- b) requer cuidado metodológico primoroso, para se fazer de fato ciência, não outros discursos perdidos;
- c) exige professores que sabem pesquisar e elaborar, para que o aluno aprenda a pesquisar e elaborar;
- d) pode reduzir o número de professores e aprimorar as condições de trabalho, já que aula se torna didática supletiva;
- e) pode haver aula, em particular aula magna que reúne número expressivo de estudantes para fins de informação e orientação, ao mesmo tempo em que os professores se dedicam em especial à tarefa de cuidar da aprendizagem dos alunos, de preferência em grupos pequenos;
- f) o curso deve admitir uma ‘tese’ ao final, para oferecer ao estudante a chance de apresentar seu melhor fruto de pesquisa e elaboração;
- g) o estudante será avaliado pelo que pesquisa e elabora, não por aquilo que memoriza;
- h) torna-se ainda mais conveniente usar parte do tempo com procedimentos à distância, desde que não se prejudique a presença física;
- i) teoria deve estar aliada à prática e vice-versa- muitos assuntos podem ser estudados na prática, desde que ela seja teorizada devidamente;
- j) com tais procedimentos, pode-se mais facilmente alternar aprendizagem individual e coletiva.(…)” (DEMO, 2005, p.164-165)

Como a atividade extensionista, quando calcada na construção participativa do conhecimento agroecológico, tem em sua matriz a essência da complexidade, esta formação deverá oportunizar o desenvolvimento da capacidade de observar¹⁴ e perceber as possibilidades de integração potenciais do cotidiano destes profissionais junto às comunidades.

Desenvolvendo esta capacidade, passam a atuar como atores realmente inseridos no contexto complexo destas comunidades, cujas questões que demandam suas abordagens, são transpassadas simultaneamente por todos os eixos possíveis de se identificar em qualquer realidade de qualquer grupo.

Na identificação e no desenvolvimento destes eixos temáticos, poderão ser contempladas as infinitas possibilidades de combinações de aspectos de qualquer natureza, que possam contribuir na formação de um novo padrão de Ater.

Assim, a construção de uma proposta pedagógica deverá estar sempre associada às questões de caráter social e político, onde os alunos são agentes de transformação da sociedade e que os meios didáticos devem estimular sua participação ativa, no sentido da

¹⁴ “(…) descobri alguns paralelos surpreendentes entre a agricultura e a educação(…) conclui que em vez de mais respostas, eu, na verdade, tenho mais perguntas(…) Ninguém jamais me falou desse modo de aprender quando eu comecei a trabalhar com agricultura. Hoje, eu exijo que os aprendizes andem com um caderno para anotar simplesmente tudo o que vêem nas suas várias andanças semanais pela fazenda. Eu quero que eles desenvolvam o que eu considero a mais importante qualidade de quem trabalha na terra - a observação - e quero que eles descubram por si mesmos que os sistemas biológicos estão em constante mudança. Eu tenho ouvido falar muito em educação ultimamente - por parte de autoridades públicas, jornalistas, estrelas de cinema e candidatos a cargos públicos. E todos eles parecem ser especialistas no assunto. Mas o que significa realmente a palavra ‘educação’ e em que medida o ‘conhecimento’ deles vem de pressuposições e não de observação do que realmente acontece em nossas escolas.(…)”(ABLEMAN, 2006,p.217-218)

construção de uma sociedade justa e igualitária, sendo que, no caso da extensão rural agroecológica, os princípios da Ecopedagogia são extremamente oportunos.

Vale lembrar que estamos completando 16 anos desde a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, e que em um evento paralelo ao evento, denominado Fórum Global 92, foi aprovada a Declaração do Rio, também conhecida como Carta da Terra, ou a Declaração de Princípios Globais que orientasse a questão do meio ambiente e do desenvolvimento. Em 1997, durante o novo fórum, denominado “Rio +5”, percebeu-se a importância da Ecopedagogia.

“(…) Mais especificamente, é uma pedagogia que promove a aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana; é no cotidiano que se constrói a cultura que valoriza a vida, que promove o equilíbrio dinâmico entre seres vivos e não vivos. Os princípios da Ecopedagogia acentuam a unidade de tudo que existe, a inter-relação e auto-organização dos diferentes ecossistemas, o reconhecimento global e do local na perspectiva de uma cidadania planetária, a centralidade do ser humano no processo educativo e a intersubjetividade, a educação voltada para a vida cotidiana.”(Libâneo, 2005,p.4)

Uma proposta que se pretenda transformadora deve reafirmar os princípios acima, e nas palavras de Moacir Gadotti pode ser assim compreendida:

“(…) ‘ O futuro é possibilidade’, insistia nosso mestre Paulo Freire. Ele não pode ser previsto, mas pode ser inventado. A **escola cidadã** e a **ecopedagogia** são um projeto histórico nascido da rica tradição latino-americana da **educação popular** e apontam para um novo professor, um novo aluno, uma nova escola, um novo sistema e um novo currículo.(…)” (GADOTTI, 2000, p.45)

E é também neste sentido que se insere a *ecologia dos saberes* proposta por Boaventura de Souza Santos, como uma forma de reconstruir as relações que a educação comporta, mudando o possível, no ritmo do consenso e da criatividade coletiva, no sentido de impregnar as instituições da essência das necessidades do mundo, e não o contrário:

“(…) Mas não se muda o mundo de uma vez, é importante fazer as duas coisas: trabalhar dentro da universidade convencional e criar instituições paralelas. Durante muito tempo vamos ter que trabalhar assim. Isso é característico de um tempo de transição: trabalhar o velho para renová-lo até o limite. A universidade tem um máximo de consciência possível, é preciso explorá-lo. E pode-se fazer a ecologia de saberes dentro da universidade. Para mim, é a extensão universitária ao contrário: a extensão convencional é levar a universidade para fora, a ecologia de saberes é trazer outros conhecimentos para dentro da universidade, uma nova forma de pesquisa-ação(…)” (SANTOS, 2007, p.46)

6 - CONCLUSÕES

Após a trajetória apresentada neste trabalho e à luz da PNATER- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, fica evidenciada a pertinência em se propor uma formação específica para o público de extensionistas rurais, pois, se considerarmos todas as possibilidades de formação identificadas, trata-se de um trabalho fundamental para atender uma demanda aqui caracterizada, para o qual deverá ser empreendido todo o esforço possível.

Se considerarmos apenas o número de extensionistas de campo vinculados às entidades públicas estatais de Ater, que segundo a ASBRAER (2006) já ultrapassava 15.000 extensionistas naquele ano, além de mais de 7.000 funcionários em áreas de apoio à atividade finalística, que também carecem de formação continuada, podemos considerar praticamente inviável o atendimento desta demanda com os programas disponíveis atualmente.

Se ao quantitativo acima somarmos o público formado por profissionais que de alguma forma atuam em Ater em ministérios, secretarias estaduais, prefeituras municipais, secretarias de agricultura e meio-ambiente, cooperativas, sindicatos, associações, movimentos sociais e demais organizações governamentais e não – governamentais, este número pode crescer mais ainda, indicando assim que o trabalho é muito maior, merecendo outros diagnósticos para que se tenha a magnitude desta dimensão.

Os programas estudados nesta pesquisa informam, no máximo, uma oferta de aproximadamente 250 vagas/ano, sendo que em alguns cursos, a oferta de vagas fica condicionada à disponibilidade de orientadores, conforme explicitado em editais e documentos de páginas da internet visitadas.

Considerando-se que, mesmo que todas estas vagas fossem acessadas por extensionistas, ainda assim estaria muito longe de suprir uma pequena parte das necessidades identificadas neste estudo.

Porém, se considerarmos que tais programas são disputados por outros públicos, sobretudo do universo acadêmico, que, de certa forma, podem ser mais competitivos e atualizados em conteúdos habitualmente cobrados nos processos seletivos dos programas, podemos inferir que as possibilidades de acesso de extensionistas a estes ficam ainda mais reduzidas.

A inferência acima não pretende subestimar a capacidade do público de extensionistas em competir nos processos seletivos, entretanto é justo que se leve em conta que, pelo isolamento inerente à atuação deste público e pelo caráter essencialmente prático de suas atividades, estejam defasados em conteúdos teóricos que normalmente são abordados e cobrados nos referidos processos.

Por outro lado, mesmo que todos aqueles programas estudados pudessem ser acessados por extensionistas, percebe-se nas propostas dos mesmos uma grande heterogeneidade, com alguns cursos totalmente teóricos e outros com abordagens essencialmente fitotécnicas e/ou fragmentadas, em grande parte adequando-se mais às atividades de pesquisa e/ou de ensino.

Entre aqueles cursos estudados, mesmo os que apresentam potencial para subsidiar uma ação extensionista agroecológica, na totalidade são concebidos e implementados em regime de dedicação exclusiva, o que inviabiliza a participação deste público, que como já foi demonstrado, não apresenta tais condições.

Contudo, defendemos que este segmento deva ser resgatado e valorizado profissionalmente, com a criação de oportunidades de formação continuada em nível de mestrado e doutorado, acessíveis e compatíveis com a sua realidade, sob pena de comprometermos algumas condições predisponentes para uma necessária e urgente transição agroecológica.

Obviamente, que este público é apenas uma parte do universo composto por tantos públicos, todos imprescindíveis ao processo de transição agroecológica, por famílias agricultoras, por técnicas e técnicos de nível médio e demais categorias trabalhadoras envolvidas.

Há registros de que estes vêm sendo contemplados, com políticas públicas de formação massiva em agroecologia, via entidades de Ater e Ates, oportunizando mudanças atitudinais, sendo comum hoje identificar discursos e práticas agroecológicas na realidade da agricultura familiar, como resultado destes esforços.

Entretanto, é fato que o universo acadêmico ainda conforma o desenvolvimento tecnológico dos diversos setores da sociedade em outros níveis, e que o conhecimento que tem sido implementado, em geral, emana das universidades.

É fato também que a universidade ainda conserva, em grande parte, a matriz cartesiana de produção de conhecimentos, e se não houver mudança neste nível, certamente que todo o processo será mais lento do que o necessário.

Com relação às universidades, podemos observar que as transformações paradigmáticas são mais dinâmicas em nível de pós-graduação, sendo comum esta conformar as graduações, desencadeando as mudanças necessárias também nestes cursos.

Assim, seguindo a mesma linha de pensamento, com as mudanças nas graduações, a atuação da Ater junto às famílias agricultoras poderá ser transformada, e as licenciaturas poderão facilitar transformações na formação técnica agropecuária em nível médio.

Uma afirmativa é possível: não há nenhuma novidade em tudo que foi explicitado até agora, pois estamos partindo em direção a uma proposta, que se soma a um processo já em andamento.

Assim, convém avaliar as conclusões contidas no relatório do I Fórum de Educação em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção, realizado de 30 de setembro e 01 de outubro de 2007, em Guarapari, ES, resultado de um esforço da Comissão Interministerial para Educação em Agroecologia e da sociedade organizada.

Este evento contou com representantes de diversas instituições, entre as quais o Ministério da Educação, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Ciência e Tecnologia, comprovando estarmos vivendo um momento oportuno, no qual contamos com interinstitucionalidade necessária e um ambiente de criatividade coletiva.

Por tratar-se de uma mobilização de grande amplitude social, política e cultural, também contou com uma significativa representação de Instituições de Ensino Superior e outras escolas de todos os níveis, entidades de Ater públicas estatais e não estatais, além de outras representações da sociedade, interessadas e atuantes neste contexto, o que indica a necessidade de aderência desta proposta aos encaminhamentos alcançados naquela articulação.

Assim, com base nesta pesquisa e fundamentadas na certeza da urgência de se implementar todo o esforço possível para a transição agroecológica no Brasil, estas reflexões nos levam a convicção de que a concepção desta proposta deva contemplar os preceitos básicos da construção participativa.

E para que estes preceitos sejam efetivados, a partir das evidências colhidas ao longo desta pesquisa, e que nos confirmaram ser acertado o caminho da criatividade coletiva e da gestão compartilhada, sugere-se que a presente proposta deva ser concebida em um processo igualmente compartilhado.

Este compartilhamento poderá se dar com a criação de um grupo de trabalho e na realização de dinâmicas para o aprimoramento das intenções explicitadas neste trabalho, podendo resultar na proposta de uma estrutura pedagógica, na concepção de eixos temáticos, além da transdisciplinaridade que deverá permear todo o processo formativo.

Seria incoerente propor uma fórmula pronta e acabada, quando já existe um caminho percorrido por uma infinidade de pessoas que dividem estas mesmas inquietações, que são portadoras de conhecimentos e experiências, e que poderão trazer o sentido maior da complementaridade e da visão sistêmica nesta construção.

Se com a agroecologia é assim, com a educação em agroecologia não poderia ser diferente.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABLEMAN, M. Criar filhos íntegros é como cultivar alimentos saudáveis: Além da agricultura industrial e da educação massificada. *In*: STONE, M.K., BARLOW, Z.(Orgs.); **Alfabetização Ecológica - A educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2006, 312 p.

ALEMANY, C.; SEVILLA GUZMÁN, E. **Vuelve la extensión rural?: Reflexiones y propuestas agroecológicas vinculadas al retorno y fortalecimiento de la extensión rural en Latinoamérica**. Lectura nº 11-1 del Modulo de Trabajo Personal: Programa Interuniversitario Oficial de Posgrado 2007-2008. "Agroecología: Un enfoque sustentable de la agricultura ecológica". UCO/UNIA. España, 2007.

ALTIERI, M; NICHOLLS, C.I. **Agroecología - Teoría y práctica para una agricultura sustentable**. México DF: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente - Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe, 2000. 1ª edición. 250 p.

ASBRAER - **Revista da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: Asbraer. Ano 1. Número 1. Junho, 2006.

ASSIS, R.L. **Agroecologia no Brasil: Análise do processo de difusão e perspectivas**. Campinas, SP: UNICAMP, 2002 (Tese de Doutorado)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. **Relatório Final do I Fórum em Educação em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção**. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/abaagroeco/?download=Carta%20Porto%20Alegre%202007.pdf>> Acesso em 20/05/2008.

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2005, 521 p.

BARROS, E.V., **Princípios de Ciências Sociais para a Extensão Rural**. Viçosa, MG: UFRV, 1994. 715 p.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Dater / SAF/ MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, DF: 2004, 26 p.

CALLOU, A.B. Estratégias de comunicação em contextos populares: Implicações contemporâneas no desenvolvimento local sustentável *In*: TAVARES, Jorge Roberto; RAMOS Ladjane (Org.). **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus, AM: IDAM, 2006. p.53 128 p.

CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portal disponível em <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/recomendados.html>> Acessado entre maio de 2006 e maio de 2008.

CAPORAL, F.R. **A Extensão Rural e os Limites à Prática dos Extensionistas do Serviço Público**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS: UFSM, 1991, 125 p.

CAPORAL, F.R. Superando a Revolução verde: A transição agroecológica no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. *In: CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio (Org.). Agroecologia e Extensão Rural - Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável.* Brasília, DF: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004, p.121-166 p.

CAPORAL, F.R. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. *In: TAVARES, Jorge Roberto; RAMOS Ladjane (Org.). Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico.* Manaus, AM: IDAM, 2006, p.9-128 p.

CAPORAL, F.R. **Bases para uma nova Ater pública** (Texto baseado no Capítulo VIII da Tese de Doutorado do Programa de “Agroecología, Campesinado e Historia” – ISEC/ETSIAM, Universidad de Córdoba (Espanha),2003. Disponível em <www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/Bases%20para%20uma%20nova%20ATER%20publica.pdf> Acesso em 3 de fevereiro de 2007.

CAPORAL, F.R., COSTABEBER, J.A. **Por uma Nova Extensão Rural: Fugindo da Obsolescência.** Reforma Agrária, São Paulo, SP: v.24, n.3, p.70-90, set./dez.1994.

CAPRA, F. **As conexões ocultas - ciência para uma vida sustentável.** São Paulo, SP: Editora Cultrix, 2005. 296 p.

CAPRA, F. Falando a linguagem da natureza: Princípios da sustentabilidade. *In: STONE, M.K., BARLOW, Z.(Orgs.); Alfabetização Ecológica- A educação das crianças para um mundo sustentável.* São Paulo: Cultrix, 2006. 312 p.

DEMO, P. **A Educação do Futuro e o Futuro da Educação.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005. 191 p.

FERNANDES, R.A.U.; BOTELHO, M.I.V. A Reestruturação da Extensão Rural: Da tecnologia à valorização dos vínculos. *In: AMODEO, N.B.P.; ALIMONDA, H.(Orgs.) Ruralidades, Capacitação e Desenvolvimento.* Viçosa-MG: Editora UFV/CPDA, 2006. 214 p.

FONSECA, M.T.L , **A Extensão Rural no Brasil, um Projeto Educativo para o Capital.** São Paulo, SP: Edições Loyola, 1985. 192 p.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, 93 p.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra** São Paulo: Editora Peirópolis, 2000. 224 p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 657 P.

LIBÂNEO, J. C. As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo. *In: LIBÂNEO, J. C. e SANTOS, A.(Orgs.) Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade.* Campinas, SP: Alínea, 2005.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986. 100 p.

MATTOS, L. (Coord.). **Marco Referencial em Agroecologia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.70 p.

MARTINS, G.A. **Estudo de Caso: Uma Estratégia de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006. 101 p.

MATTELART, M., MATTELART, A. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2007. 227 p.

NICOLESCU, B. **O manifesto da Transdisciplinaridade**. São Paulo:Trion, 2005. 167 p.

ORR, D.W., Lugar e pedagogia. *In*: STONE, M.K.; BARLOW, Z.(Orgs.) **Alfabetização Ecológica - A educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo: Editora Cultrix, 2006. 312 p.

SACHS, I. **Rumo à Ecosocioeconomia - Teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Cortez, 2007. 473 p.

SANCHES DE PUERTA, F (2004). “**Agroecologia, desarrollo, comunicación y extensión rural: La construcción de um paradigma ecossocial em Iberoamérica**” em CIMADEVILLA,G. y CARNIGLIA,E. (eds.); **Comunicación, ruralidad y desarrollo: Mitos, paradigmas y dispositivos del cambio**. Buenos Aires. INTA, pp 251-263, ISBN 987-521-101-X.

SANCHEZ, S. B. **Conceituação, concepção e organização de um programa de pós-graduação para docentes da educação profissional agrícola**. Seropédica, RJ: UFRRJ, 2002.131 p.(Tese de Doutorado).

SANTOS, A. **Didática sob a Ótica do Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2003.124 p.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.127 p.

SILVA, L.H., QUEIROZ, J.B.P. Experiências e princípios da pedagogia da alternância na formação de jovens agricultores. *In*: AMODEO, N.B.P.; ALIMONDA, H.(Orgs.) **Ruralidades, Capacitação e Desenvolvimento**.Viçosa-MG: Editora UFV/CPDA, 2006. 214 p.

SOMMERMAN, A. **Inter ou Transdisciplinaridade?** São Paulo: Paulus, 2006. 75 p.

SOMMERMAN, A. **Pedagogia da Alternância e Transdisciplinaridade**. CETRANS/Artigos. Disponível em: <www.cetrans.com.br>Acesso em: 20/05/2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. **Portal na WEB**. Disponível em <<http://www.agroecologia.uema.br/>>. Acessos entre maio de 2006 e maio de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Portal na WEB**. Disponível em <<http://www.nca.ufmg.br/>>. Acessos entre maio de 2006 e maio de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Portal na WEB.** Disponível em <

<http://www.ufpel.edu.br/faem/ppgspaf>>. Acessos entre maio de 2006 e maio de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. **Portal na WEB.** Disponível em <<http://www.prppg.ufrpe.br/>>. Acessos entre maio de 2006 e maio de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (1). **Portal na WEB.** Disponível em <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea>> Acessos entre maio de 2006 e maio de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (2). **Portal na WEB.** Disponível em < <http://www.ia.ufrj.br/cpgf/>> Acessos entre maio de 2006 e maio de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Portal na WEB.** Disponível em < <http://www.pgagr.cca.ufsc.br/>> Acessos entre maio de 2006 e maio de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Portal na WEB.** Disponível em < <http://www.ufsm.br/extrural>> Acessos entre maio de 2006 e maio de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Portal na WEB.** Disponível em <<http://www.ppgat.ufam.edu.br/>> Acessos entre maio de 2006 e maio de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Portal na WEB.** Disponível em <<http://www.ufpa.br/cca>> Acessos entre maio de 2006 e maio de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Portal na WEB.** Disponível em <<http://www.ufrgs.br/pgdr>> Acessos entre maio de 2006 e maio de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Plataforma Constructore.** Disponível em:< <http://lrc.nutes.ufrj.br/constructore/>> Acesso em: 20/05/2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Portal na WEB.** Disponível em <<http://www.neren.ufs.br/>> Acessos entre maio de 2006 e maio de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Portal na WEB.** Disponível em <

<http://www.progp.ufscar.br/ppgadr/index.php>> Acessos entre maio de 2006 e maio de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Portal na WEB.** Disponível em <

http://www.ufv.br/der/ext_rural> Acessos entre maio de 2006 e maio de 2008.

YIN, R.K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.** 3.Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

Anexo A

QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AO PÚBLICO EM ESTUDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

Seropédica, 10 de julho de 2007

Prezados(as),

Venho por meio desta solicitar a sua valiosa colaboração na pesquisa que estou realizando como aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ.

A maior motivação para realizar esta pesquisa foi a convicção de que a Extensão Rural tem um papel importante a desempenhar na construção de uma sociedade sustentável, e por esta razão, aproveito a oportunidade de estar participando do Curso de Mestrado em Educação Agrícola, de forma que o produto deste trabalho possa contribuir para o aprimoramento deste segmento.

Desta forma, os dados gerados a partir da presente pesquisa poderão viabilizar a construção de propostas de formação para extensionistas rurais, que, se implementadas, beneficiarão aos que compartilham desta convicção.

Assim, me comprometo a retornar aos colaboradores as informações acerca dos desdobramentos da pesquisa ora em andamento.

Atenciosamente,

Ernani Jardim Reis

QUESTIONÁRIO

ESTE QUESTIONÁRIO DEVERÁ SER PREENCHIDO APENAS POR EXTENSIONISTAS RURAIS E/OU SOCIAIS, EM PLENO EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS E VINCULADOS A ALGUMA ENTIDADE PRESTADORA DE SERVIÇOS DE EXTENSÃO RURAL, SEJA GOVERNAMENTAL OU NÃO-GOVERNAMENTAL.

QUALQUER DÚVIDA, FAVOR ENTRAR EM CONTATO PELO E-MAIL: ernanijardim@cnpab.embrapa.br

Obs: Preencher ou marcar com um "X" ao lado da opção correspondente à sua situação.

NOME	
IDADE	
INSTITUIÇÃO	
ESTADO	
MUNICÍPIO	
CONTATOS: E-MAIL/ TEL.	

1- TEMPO ATUANDO EM EXTENSÃO RURAL:

ATÉ 5 ANOS	
5-10 ANOS	
10-15 ANOS	
15-20 ANOS	
20-25 ANOS	
25-30 ANOS	
MAIS DE 30 ANOS	

2- CURSO DE GRADUAÇÃO:

CURSO	UNIVERSIDADE	ANO DE CONCLUSÃO	
AGRONOMIA			
ECONOMIA DOMÉSTICA			
ENGENHARIA FLORESTAL			
MEDICINA VETERINÁRIA			
ZOOTECNIA			
OUTRO CURSO (QUAL?)			

3- NA SUA AVALIAÇÃO, OS CONTEÚDOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO FORAM SUFICIENTES /ADEQUADOS PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EXTENSIONISTA?

SIM	
NÃO	

4- VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE PARA A PRÁTICA EXTENSIONISTA QUE O TÉCNICO AVANCE SEUS CONHECIMENTOS ATRAVÉS DE UM CURSO REGULAR DE PÓS-GRADUAÇÃO?

SIM	
NÃO	

5- CASO TENHA RESPONDIDO “SIM” AO ÍTEM ANTERIOR, FAVOR NUMERAR DE 1 ATÉ 3, EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA , SEGUNDO SUA OPINIÃO, AS OPÇÕES ABAIXO:

CURSO	
ESPECIALIZAÇÃO	
MESTRADO	
DOUTORADO	

6- JÁ REALIZOU CURSO DE MESTRADO?

SIM	
NÃO	

* Caso responda SIM, favor informar qual:. . . .

7-CASO TENHA RESPONDIDO “NÃO” AO ÍTEM ANTERIOR, FAVOR INFORMAR SE POSSUI INTERESSE EM REALIZAR UM CURSO DE MESTRADO?

SIM	
NÃO	

8- CASO TENHA RESPONDIDO “SIM” AO ÍTEM ANTERIOR, FAVOR INFORMAR A ÁREA DE INTERESSE PARA A REALIZAÇÃO DE UM CURSO DE MESTRADO?

Resposta:. . . .

9- EM RELAÇÃO ÀS DIFICULDADES QUE VOCÊ IDENTIFICA PARA REALIZAÇÃO DE UM CURSO DE MESTRADO, RESPONDA AS QUESTÕES A SEGUIR:

9-A) FALTA DE TEMPO OU POR IMPOSSIBILIDADE DE LIBERAÇÃO PELO EMPREGADOR:

SIM	
NÃO	

9-B) FALTA DE CONDIÇÕES FINANCEIRAS:

SIM	
NÃO	

9-C) DIFICULDADE DE ACESSO (DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE):

SIM	
NÃO	

9-D) DESINTERESSE NOS CURSOS DE MESTRADO DISPONÍVEIS:

SIM	
NÃO	

9-E) FALTA DE INFORMAÇÃO SOBRE OS CURSOS DISPONÍVEIS:

SIM	
NÃO	

10- QUAIS OS SEUS CONHECIMENTOS GERAIS NA ÁREA DA AGROECOLOGIA?

NENHUM	
POUCO	
MÉDIO	
SATISFATÓRIO	
PLENAMENTE SATISFATÓRIO	

11- QUAIS SEUS CONHECIMENTOS GERAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO?

NENHUM	
POUCO	
MÉDIO	
SATISFATÓRIO	
PLENAMENTE SATISFATÓRIO	

12- QUAIS OS SEUS CONHECIMENTOS GERAIS NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO?

NENHUM	
POUCO	
MÉDIO	
SATISFATÓRIO	
PLENAMENTE SATISFATÓRIO	

13- POSSUI CONHECIMENTO SOBRE A “PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA”?

SIM	
NÃO	

14- SABENDO QUE PELA “PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA” É POSSIVEL A REALIZAÇÃO DE UM CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO NO PRAZO DE 18 A 24 MESES, NO QUAL AS AULAS PRESENCIAIS OCORREM DURANTE UMA SEMANA A CADA 30 OU 40 DIAS, COM A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS DE VIVÊNCIA E TRABALHOS NOS PERÍODOS NÃO PRESENCIAIS, VOCÊ ACREDITA NA VIABILIDADE DE PARTICIPAR DE UM PROGRAMA COM ESTE PERFIL, PARA O APRIMORAMENTO DE SUA FORMAÇÃO NA ÁREA DE EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA?”

SIM	
NÃO	

ANEXO B

FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS CURSOS ESTUDADOS

Neste campo estão reunidas as fichas individuais de identificação dos cursos, nas mesmas formas e conteúdos disponíveis no portal da CAPES, para que possam ser acessadas as informações apresentadas nesta pesquisa e também para subsidiar outras pesquisas neste tema.

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS AGRÁRIAS				
ÁREA: AGRONOMIA				
UEMA - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO / MA				
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: <i>Estadual</i>				
PROGRAMA: AGROECOLOGIA (20002017001P0)				
NÍVEIS: M				
ÁREA BÁSICA: AGRONOMIA				
Logradouro: Programa de Pós-Graduação em Agroecologia				
Bairro: Tirirical				
Cidade/UF: São Luís / MA				
CEP: 65054970 Caixa Postal: 3004				
Telefone: (98) 32310775 / Ramal: / Ramal:				
FAX: (98) 32310775				
E-Mail: agroecologia@cca.uema.br				
URL: http://www.agroecologia.uema.br/				
CURSO(S)	SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	NÍVEL	CONCEITO
<u>AGROECOLOGIA</u>	Em Funcionamento	Homologado pelo CNE (Portaria N° 2.878 , 24/08/2005)	Mestrado	3

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS AGRÁRIAS				
ÁREA: AGRONOMIA				
UFAM - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS / AM				
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: <i>Federal</i>				
PROGRAMA: AGRONOMIA TROPICAL (12001015003P3)				
NÍVEIS: M/D				
ÁREA BÁSICA: AGRONOMIA				
Logradouro: Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000				
Bairro: Aleixo				
Cidade/UF: Manaus / AM				
CEP: 69077000 Caixa Postal:				
Telefone: (092)36474058 / Ramal: / Ramal:				
FAX: (092) 647-4058				
E-Mail: agronomiatropical@ufam.edu.br				
URL: http://www.ppgat.ufam.edu.br/				
CURSO(S)	SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	NÍVEL	CONCEITO
<u>AGRONOMIA TROPICAL</u>	Em Funcionamento	Homologado pelo CNE (Portaria N° 2.878 , 24/08/2005)	Mestrado	4
<u>AGRONOMIA TROPICAL</u>	Em Funcionamento	Aguardando homologação pelo CNE	Doutorado	4

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO				
Agroecologia				
Plantas Nativas e Potenciais Usos				

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS AGRÁRIAS					
ÁREA: AGRONOMIA					
UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS / MG					
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: <i>Federal</i>					
PROGRAMA: CIÊNCIAS AGRÁRIAS (32001010073P8)					
NÍVEIS: M					
ÁREA BÁSICA: AGRONOMIA Logradouro: Av. Osmani Barbosa, s/n Bairro: JK Cidade/UF: Montes Claros / MG CEP: 39404006 Caixa Postal: 135 Telefone: (38)21017748 ou 7730 / Ramal: / Ramal: FAX: (38)2101 7703 E-Mail: pcaa@nca.ufmg.br URL: http://www.nca.ufmg.br/					
	CURSO(S)	SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	NÍVEL	CONCEITO
<u>CIÊNCIAS AGRÁRIAS</u>	Em Funcionamento	Homologado pelo CNE (Portaria N° 2.000 - DOU 21/12/06 - Parecer 165/2006 , 20/12/2006)		Mestrado	3
ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO					
Agroecologia					

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS AGRÁRIAS					
ÁREA: AGRONOMIA					
UFPA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ / PA					
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: <i>Federal</i>					
PROGRAMA: AGRICULTURAS AMAZÔNICAS (15001016027P8)					
NÍVEIS: M					
ÁREA BÁSICA: AGRONOMIA Logradouro: Rua Augusto Corrêa, N° 01 Campus Universitário do Bairro: Guamá Cidade/UF: Belém / PA CEP: 66075900 Caixa Postal: Telefone: (91)3201-8010 / Ramal: / Ramal: FAX: (91) 3201-8011 E-Mail: mafds@ufpa.br URL: http://www.ufpa.br/cca					
	CURSO(S)	SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	NÍVEL	CONCEITO
<u>AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</u>	Em Funcionamento	Homologado pelo CNE (Portaria N° 2.878 , 24/08/2005)		Mestrado	4

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS AGRÁRIAS				
ÁREA: AGRONOMIA				
UFPEL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS / RS				
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: <i>Federal</i>				
PROGRAMA: SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR (42003016025P4)				
NÍVEIS: <i>M/D</i>				
ÁREA BÁSICA: AGRONOMIA				
Logradouro: CAMPUS UNIVERSITÁRIO - CAPAO DO LEAO				
Bairro: CAMPUS				
Cidade/UF: CAPÃO DO LEÃO / RS				
CEP: 96010900 Caixa Postal: 354				
Telefone: 53 32757581 / Ramal: 53 32757390 / Ramal:				
FAX: 53 32757390				
E-Mail: marta@ufpel.tche.br				
URL: http://www.ufpel.edu.br/faem/ppgspaf				
CURSO(S)	SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	NÍVEL	CONCEITO
<u>SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR</u>	Em Funcionamento	Homologado pelo CNE (Portaria N° 2.000-DOU 21/12/06 - Parecer 165/2006-Pág 35 , 20/12/2006)	Doutorado	4
<u>SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR</u>	Em Funcionamento	Homologado pelo CNE (Portaria N° 2.000-DOU 21/12/06 - Parecer 165/2006-Pág 35 , 20/12/2006)	Mestrado	4

GRANDE ÁREA: OUTRAS				
ÁREA: MULTIDISCIPLINAR				
UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL / RS				
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: <i>Federal</i>				
PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO RURAL (42001013071P3)				
NÍVEIS: <i>M/D</i>				
ÁREA BÁSICA: MULTIDISCIPLINAR I : Meio Ambiente e Agrárias				
Logradouro: AV. JOÃO PESSOA, 31				
Bairro: Centro				
Cidade/UF: PORTO ALEGRE / RS				
CEP: 90040000 Caixa Postal:				
Telefone: 3316.3281 / Ramal: (51) 3308.3309 / Ramal:				
FAX: (51) 3308.3281				
E-Mail: pgdr@ufrgs.br				
URL: http://www.ufrgs.br/pgdr				
CURSO(S)	SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	NÍVEL	CONCEITO
<u>DESENVOLVIMENTO RURAL</u>	Em Funcionamento	Homologado pelo CNE (Portaria N° 2.878 , 24/08/2005)	Mestrado	5
<u>DESENVOLVIMENTO RURAL</u>	Em Funcionamento	Homologado pelo CNE (Portaria N° 2.878 , 24/08/2005)	Doutorado	5

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS AGRÁRIAS				
ÁREA: AGRONOMIA				
UFRPE - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO / PE				
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: <i>Federal</i>				
PROGRAMA: <i>EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL (25003011016P7)</i>				
NÍVEIS: <i>M</i>				
ÁREA BÁSICA: <i>EXTENSÃO RURAL</i>				
Logradouro: Av. Dom Manoel de Medeiros, s/nº				
Bairro: Dois Irmãos				
Cidade/UF: Recife / PE				
CEP: 52171900 Caixa Postal:				
Telefone: (81)33206587 / Ramal: (81)91336669 / Ramal:				
FAX:				
E-Mail: peixes@elogica.com.br				
URL: http://www.ufrpe.br/				
CURSO(S)	SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	NÍVEL	CONCEITO
<u>EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL</u>	Em Funcionamento	Homologado pelo CNE (Portaria Nº 4.310 , 21/12/2004)	Mestrado	3

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS AGRÁRIAS				
ÁREA: AGRONOMIA				
UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO / RJ				
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: <i>Federal</i>				
PROGRAMA: <i>FITOTECNIA (31002013010PO)</i>				
NÍVEIS: <i>M/D</i>				
ÁREA BÁSICA: <i>AGRONOMIA</i>				
Logradouro: BR 465 Km 07				
Bairro: UFRRJ				
Cidade/UF: Seropédica / RJ				
CEP: 23890000 Caixa Postal:				
Telefone: (021) 2682-1210 / Ramal: 3490 (021) 3787-3755 / Ramal: 231				
FAX: (021) 3787-3755				
E-Mail: cpgf@ufrj.br				
URL: http://www.ia.ufrj.br/cpgf/				
CURSO(S)	SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	NÍVEL	CONCEITO
<u>FITOTECNIA</u>	Em Funcionamento	Homologado pelo CNE (Portaria Nº 2.878 , 24/08/2005)	Mestrado	5
<u>FITOTECNIA</u>	Em Funcionamento	Homologado pelo CNE (Portaria Nº 2.878 , 24/08/2005)	Doutorado	5
ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO				
AGROECOLOGIA				
FISIOLOGIA DA PRODUÇÃO				
FITOSSANITARISMO				
PRODUÇÃO VEGETAL				

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS					
ÁREA: EDUCAÇÃO					
UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO / RJ					
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: <i>Federal</i>					
PROGRAMA: EDUCAÇÃO AGRÍCOLA (31002013017P4)					
NÍVEIS: M					
ÁREA BÁSICA: ENSINO PROFISSIONALIZANTE					
Logradouro: RODOVIA BR 465, KM 7, SEROPÉDICA - RIO DE JANEIRO					
Bairro: Campus Universitário					
Cidade/UF: Seropédica / RJ					
CEP: 23890000 Caixa Postal:					
Telefone: (21) 3787-3741 / Ramal: 3295 (21) 3787-3684 / Ramal:					
FAX: (21) 3787-3755					
E-Mail: ppgea@ufrj.br					
URL: http://www.ia.ufrj.br/ppgea					
	CURSO(S)	SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	NÍVEL	CONCEITO
<u>EDUCAÇÃO AGRÍCOLA</u>	Em Funcionamento	Homologado pelo CNE (Portaria N° 679 - DOU 16/03/06 - Parecer 474/2005 , 15/03/2006)	Mestrado	3	

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS AGRARIAS					
ÁREA: AGRONOMIA					
FUFSE - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE / SE					
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: <i>Federal</i>					
PROGRAMA: AGROECOSSISTEMAS (27001016012P4)					
NÍVEIS: M					
ÁREA BÁSICA: AGRONOMIA					
Logradouro: Av. Marechal Rondon, s/n, Campus Universitário					
Bairro: Jardim Rosa Elze					
Cidade/UF: São Cristovão / SE					
CEP: 49100000 Caixa Postal:					
Telefone: 79 21056986 / Ramal: 79 21056566 / Ramal:					
FAX: 79 21056566 21056494					
E-Mail: apedroti@ufs.br					
URL: http://www.neren.ufs.br/					
	CURSO(S)	SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	NÍVEL	CONCEITO
<u>AGROECOSSISTEMAS</u>	Em Funcionamento	Homologado pelo CNE (Portaria N° 2.609 , 25/08/2004)	Mestrado	3	

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS AGRÁRIAS					
ÁREA: AGRONOMIA					
UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA / SC					
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: <i>Federal</i>					
PROGRAMA: AGROECOSSISTEMAS (41001010038P7)					
NÍVEIS: M					
ÁREA BÁSICA: AGRONOMIA					
Logradouro: Av. Admar Gonzaga, 1346					
Bairro: Itacorubi					
Cidade/UF: Florianópolis / SC					
CEP: 88034001 Caixa Postal: 476					
Telefone: (48) 3721-5341 / Ramal: (48) 3721-5339 / Ramal:					
FAX: (48) 3721-5339					
E-Mail: pga@cca.ufsc.br					
URL: http://www.pgagr.cca.ufsc.br/					
	CURSO(S)	SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	NÍVEL	CONCEITO
<u>AGROECOSSISTEMAS</u>		Em Funcionamento	Homologado pelo CNE (Portaria N° 2.878 , 24/08/2005)	Mestrado	3

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS AGRÁRIAS					
ÁREA: AGRONOMIA					
UFSCAR - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS / SP					
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: <i>Federal</i>					
PROGRAMA: AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL (33001014022P7)					
NÍVEIS: M					
ÁREA BÁSICA: AGRONOMIA					
Logradouro: RODOVIA ANHANGUERA, KM 174					
Bairro:					
Cidade/UF: ARARAS / SP					
CEP: 13600970 Caixa Postal: 153					
Telefone: 19 3543 2615 / Ramal: 2696 / Ramal:					
FAX: 19 3543 2614					
E-Mail: beskow@cca.ufscar.br					
URL: http://www.progp.ufscar.br/ppgadr/index.php					
	CURSO(S)	SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	NÍVEL	CONCEITO
<u>AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL</u>		Em Funcionamento	Homologado pelo CNE (Portaria N° 679 - DOU 16/03/06 - Parecer 474/2005 , 15/03/2006)	Mestrado	4

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS AGRÁRIAS				
ÁREA: AGRONOMIA				
UFSM - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA / RS				
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: <i>Federal</i>				
PROGRAMA: <i>EXTENSÃO RURAL(42002010009P6)</i>				
NÍVEIS: <i>M/D</i>				
ÁREA BÁSICA: <i>EXTENSÃO RURAL</i> Logradouro: AV. RORAIMA, 1000 Bairro: CAMOBI Cidade/UF: SANTA MARIA / RS CEP: 97105-900 Caixa Postal: Telefone: 55 32208213 / Ramal: / Ramal: FAX: 55 32208241 E-Mail: rssouza@smail.ufsm.br URL: http://www.ufsm.br/extrural				
CURSO(S)				
	SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	NÍVEL	CONCEITO
<u>EXTENSÃO RURAL</u>	Em Funcionamento	Homologado pelo CNE (Portaria MEC 524, DOU 30/04/2008 - Parecer CES/CNE 33/2008, 29/04/2008)	Mestrado	4
<u>EXTENSÃO RURAL</u>	Em Funcionamento	Homologado pelo CNE (Portaria Nº87- DOU de 18/01/2008- Parecer 277/2007 - Pag 30 a 33, 17/01/2008)	Doutorado	4
ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO				
Extensão Rural e Desenvolvimento				

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS AGRÁRIAS				
ÁREA: AGRONOMIA				
UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA / MG				
PROGRAMA: <i>EXTENSÃO RURAL(32002017008P8)</i>				
NÍVEIS: <i>M</i>				
ÁREA BÁSICA: <i>EXTENSÃO RURAL</i> Logradouro: DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL - UFV Bairro: CAMPUS UNIVERSITÁRIO Cidade/UF: VIÇOSA / MG CEP: 36570000 Caixa Postal: Telefone: (31) 3899-2214 / Ramal: (31) 3899-1689 / Ramal: FAX: (31) 3899-2219 E-Mail: ext@ufv.br URL: http://www.ufv.br/der/ext_rural				
CURSO(S)				
	SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	NÍVEL	CONCEITO
<u>EXTENSÃO RURAL</u>	Em Funcionamento	Homologado pelo CNE (Portaria MEC 524, DOU 30/04/2008 - Parecer CES/CNE 33/2008, 29/04/2008)	Mestrado	4
ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO				
INSTITUIÇÕES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO CULTURA, PROCESSOS SOCIAIS E CONHECIMENTO				